



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS
RIO CLARO (SP)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ELAINE APARECIDA RAMOS

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
IMPLEMENTADOS NA DÉCADA DE 1990 EM ITUIUTABA (MG)



Rio Claro (SP)
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus de Rio Claro

ELAINE APARECIDA RAMOS

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
IMPLEMENTADOS NA DÉCADA DE 1990 EM ITUIUTABA (MG)

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do espaço.

Orientadora: Dra. Ana Claudia Giannini Borges.

Rio Claro (SP)

2018

R175e Ramos, Elaine Aparecida
ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS
ASSENTAMENTOS RURAIS IMPLEMENTADOS NA
DÉCADA DE 1990 EM ITUIUTABA (MG) / Elaine Aparecida
Ramos. -- Rio Claro, 2018
155 p. : il., tabs., fotos, mapas

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientadora: Ana Claudia Giannini Borges

1. Assentamentos rurais. 2. Espacialização. 3.
Territorialização. 4. Território. 5. Ituiutaba (MG). I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ELAINE APARECIDA RAMOS

ESPACIALIZAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS
IMPLEMENTADOS NA DÉCADA DE 1990 EM ITUIUTABA (MG)

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do espaço.

Comissão Examinadora

Prof. Dra. Ana Claudia Giannini Borges (orientadora)
FCAV/ UNESP/ Jaboticabal (SP)

Prof. Dra. Joelma Cristina dos Santos
ICH/UFU/ Ituiutaba (MG)

Prof. Dr. José Gilberto de Souza
IGCE/ UNESP/ Rio Claro (SP)

Resultado: **APROVADA**

Rio Claro (SP), 25 de Outubro de 2018.

AGRADECIMENTOS

À, Profa. Dra. Ana Claudia Giannini Borges, por ter aceitado me orientar, pelo apoio e confiança, além dos ensinamentos e questionamentos que possibilitaram ampliar meu olhar sobre a temática do estudo.

Ao Prof. José Giacomo Baccarin e Prof. Dr. José Gilberto de Souza, pela contribuição e avaliação do relatório de qualificação.

À Prof^a. Dr^a. Joelma Cristina dos Santos e ao Prof. Dr. José Gilberto de Souza por terem aceitado compor a banca de avaliação da dissertação e pela arguição realizada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia que propiciaram a ampliar a construção do conhecimento.

Aos funcionários da Unesp pela convivência e solicitude.

À Pâmela por me informar sobre quais documentos jurídicos que apresentam históricos dos imóveis rurais. Ao Rogério por auxiliar os primeiros passos na utilização de programas de geoprocessamento. À Isabella pelas dicas sobre base de dados sobre áreas de pastagens.

Ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG) pelas informações e dados concedidos.

Às famílias dos PA'S Divisa, Chico Mendes e Engenho da Serra, pela confiança, pelas informações prestadas e por me receberem gentilmente em seus lares.

Aos meus familiares, especialmente, meus pais Hélio e Maria Aparecida, que entenderam minhas escolhas e sempre me incentivaram e apoiaram.

Aos queridos amigos e colegas, Aécio, Alessandra, Ana Letícia, Artur, Bruna, Bruna R., Carolina, Diogo, Eliézer, Felipe, Francielly, Jéssica, Larissa, Marco Antônio, Marcelo, Mariane, Pâmela, Patrícia, Raiane, Raquel, Rogério Sibeli, e Taison, pelo convívio, por poder compartilhar com vocês aspirações, alegrias e angústias, e pelas palavras recebidas de conforto e motivação.

E, por fim, ao CNPq pela bolsa concedida, possibilitando a realização desta pesquisa.

RESUMO

O campo brasileiro é marcado por contradições desde o processo de ocupação do território, e as mudanças político-econômicas contribuíram para algumas transformações do espaço. Estas, a partir da década de 1990, são marcadas pela reestruturação econômica, que integrada à lógica do capitalismo mundializado, ampliam as desigualdades, visto a concentração de terras e de renda. Ao mesmo tempo, crescem também a organização de grupos e movimentos sociais que demonstram, por meio de sua luta e resistência, a intenção de garantir a viabilização e aplicação de políticas que atendam as demandas sociais. Assim, a partir das lutas e de políticas que visam diminuir os conflitos no campo, a desapropriação de terras que não cumprem sua função social e o assentamento de famílias, busca-se identificar e analisar a construção e o desenvolvimento do território dos assentamentos rurais implementados no município de Ituiutaba (MG) na década de 1990. Para tal, realizou-se levantamento bibliográfico, análise do uso da terra, identificação de ocupações e assentamentos implementados, verificação de legislações, leis e documentos dos imóveis desapropriados, e coleta de dados primários e secundários. A partir disso, identificou-se que os PA's (Projeto de Assentamento) Divisa, Chico Mendes e Engenho da Serra são resultantes da organização, luta e resistência de sujeitos oriundos de municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nestes, destaque para o município de Ituiutaba (MG), se constatou a permanência da questão agrária e das contradições no campo, visto: os índices de conflitos no campo, número significativo de ocupações e assentamentos implementados; e, por outro lado, a expansão da produção ligada ao agronegócio (*commodities*). Além disso, a partir do histórico e de documentos sobre o pagamento dos imóveis desapropriados, verificou-se que estes foram remunerados conforme valor de mercado, condição garantida e sustentada por legislação (Lei complementar nº 76) aos proprietários das áreas que não cumpriam função social. Nessas áreas desapropriadas do município de Ituiutaba, houve o assentamento de 136 famílias, que com o acesso a terra, essas construíram seus modos de vida e trabalho. Nos assentamentos, há o desenvolvimento de atividades agrícolas, porém, a principal produção desenvolvida nos lotes corresponde à pecuária leiteira. Nota-se que nem todas as famílias que estiveram no processo de ocupação permanecem em seus lotes, em que as principais dificuldades identificadas por aqueles que se encontram nos assentamentos, correspondem a infraestrutura e apoio técnico. Diante disso, adotam estratégias para permanecer no campo que estão relacionadas às rendas monetárias e não monetárias, aposentadorias e, também, trabalho (formal e informal) realizado pelos sujeitos em áreas próximas ou na cidade. Nessa fração do território, apresenta-se as contradições do capitalismo no campo, resultante da subordinação dos sujeitos fornecedores de leite à laticínios/agroindústrias leiteiras, que se valem dessa relação e mesmo sem produzirem no campo monopolizam o território. Assim, a partir da intencionalidade dos sujeitos expressos em sua história, estratégias adotadas, pelos meios e modos de vida e de produção, identificou-se a territorialização e a territorialidade nesses assentamentos, que exprimem os desafios da recriação camponesa, como também, a reprodução e resistência das famílias nos lotes.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; espacialização; territorialização; território; Ituiutaba (MG).

ABSTRACT

The Brazilian countryside has been marked by contradictions since the process of occupation of the territory, and political-economic changes have contributed to some transformations of space. These, from the 1990s, are marked by economic restructuring, which, integrated with the logic of mondialized capitalism, widen social differences, given the concentration of land and income. At the same time, there is also an increase in the organization of groups and social movements that demonstrate, through their struggle and resistance, the intention to ensure the viability and application of policies that meet social demands. Thus, from the struggles and policies aimed at reducing conflicts in the countryside, the expropriation of lands that do not fulfill their social function and the settlement of families, seeks to identify and analyze the construction and development of the territory of rural settlements implemented in the municipality of Ituiutaba (MG) in the 1990s. Were made a bibliographic survey, land use analysis, identification of occupations and settlements implemented, verification of legislation, laws and documents of expropriated properties and collection of primary data were carried out and secondary. From this, it was identified that the SPs (Settlement Project) Divisa, Chico Mendes and Engenho da Serra are the result of the organization, struggle and resistance of subjects from municipalities of the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba. In these cases, the municipality of Ituiutaba (MG) pointed out the permanence of the agrarian question and the contradictions in the field, since: the indexes of conflicts in the field, significant number of occupations and settlements implemented; and, on the other hand, the expansion of production linked to agribusiness (commodities). In addition, from the history and documents on the payment of the expropriated properties, it was verified that these were remunerated according to market value, condition guaranteed and sustained by legislation (Complementary Law No. 76) to the owners of areas that did not fulfill social function. In these expropriated areas of the municipality of Ituiutaba, there were the settlement of 136 families, who with access to land, these built their ways of life and work. In the settlements there is the development of agricultural activities, however, the main production developed in the lots corresponds to the dairy cattle. It is noted that not all the families that were in the occupation process remain in their lots, in which the main difficulties identified by those in the settlements correspond to the infrastructure and technical support. Given this, they adopt strategies to stay in the field that are related to monetary and non-monetary incomes, pensions and, also, work (formal and informal) carried out by the subjects in nearby areas or in the city. In this fraction of the territory, we present the contradictions of capitalism in the countryside, resulting from the subordination of milk supplying subjects to dairy / dairy industries, who use this relation and even without producing in the field monopolize the territory. Thus, from the intentionality of the subjects expressed in their history, strategies adopted, by means and ways of life and production, territoriality and territoriality were identified in these settlements, which express the challenges of peasant recreation, as well as, in the family reproduction and resistance on the lots.

Keywords: Rural settlements; spatialization; territorialization; territory; Ituiutaba (MG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Trajetória de titularidade da terra - “Fazenda Divisa”.	92
Figura 2. Parcelamento do imóvel rural “Fazenda Divisa”.....	93
Figura 3. Localização lotes do PA Divisa.	96
Figura 4. Trajetória de titularidade da terra - “Fazenda São Joaquim do Salto”.....	100
Figura 5. Localização lotes PA Chico Mendes.....	103
Figura 6. Histórico da titulação dos imóveis rurais – “Fazenda Capão Rico” e “Fazenda Engenho da Serra”.....	106
Figura 7. Localização lotes PA Engenho da Serra.....	108
Figura 8. Estrada de acesso aos assentamentos, 2017.....	118
Figura 9. Arredores dos assentamentos – PA Divisa, PA Chico Mendes e PA Engenho da Serra	120
Figura 10. Produção agrícola destinada ao PAA/PNAE no PA Chico Mendes, 2018.....	124
Figura 11. Pecuária leiteira nos assentamentos PA Divisa, PA Chico Mendes e PA Engenho da Serra.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Evolução do número de ocupações pós 1990 até 2015, no Brasil, Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TM) e Ituiutaba	55
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização do município de Ituiutaba (MG).....	16
Mapa 2. Localização e número de assentamentos rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em 2017.....	62
Mapa 3. Localização assentamentos rurais em Ituiutaba (MG), 2017.	64
Mapa 4. Uso da terra nos assentamentos rurais do município de Ituiutaba.	65
Mapa 5. Áreas de pastagem no município de Ituiutaba, 1990 e 2015	69

Mapa 6. Territorialização de empresas do agronegócio com capital internacional no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2015.....	77
Mapa 7. Espacialização da trajetória dos assentados que participaram do processo de ocupação.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Principais mobilizações no campo, entre as décadas de 1940 e 1950.....	30
Quadro 2. Legislações para a política agrária e agrícola, na década de 1990 e início dos anos 2000, no Brasil.....	40
Quadro 3. Assentamentos rurais implantados no Brasil, por estado, 1964 a 1989	51
Quadro 4. Metas previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária.....	59
Quadro 5. Territorialização de empresas do agronegócio com capital internacional em Minas Gerais, em 2015.....	76
Quadro 6. Tentativa de assassinatos a pessoas ligadas às organizações camponesas em Santa Vitória e Capinópolis, em 1998 e 1999	88
Quadro 7. Valores da avaliação e do pagamento do imóvel rural “Divisa”, em termos correntes.....	94
Quadro 8. Manifestações em Santa Vitória (MG), 1998.....	98
Quadro 9. Artigo 1º dos Decretos de desapropriação das: “Fazenda Terra Rica”, Fazenda Vargem Grande” e “Fazenda Shalon”.....	99
Quadro 10. Resumo da avaliação da “Fazenda Shalon”.....	101
Quadro 11. Resumo da avaliação da “Fazenda Terra Rica”	101
Quadro 12. Resumo da avaliação da “Fazenda Vargem Grande”	101
Quadro 13. Decretos de desapropriação dos imóveis rurais: “Fazenda Engenho da Serra” e “Fazenda Capão Rico”	105
Quadro 14. Resumo da avaliação da “Fazenda Capão Rico e Fazenda Engenho da Serra”.....	109
Quadro 15. Lançamento de TDAs do imóvel desapropriado “Fazenda Capão Rico e Fazenda Engenho da Serra”	110

LISTA TABELAS

Tabela 1. Número de assentamentos rurais criados no Brasil, da década de 1990 até o ano de 2017.	58
Tabela 2. Assentamentos rurais no estado de Minas Gerais e mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado, a partir de 1990 até 2017.	60
Tabela 3. Número de assentamentos rurais de Ituiutaba no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a partir de 1990 a 2017	63
Tabela 4. Rebanho bovino em Minas Gerais e participação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em 1990 e 2015.....	67
Tabela 5. Rebanho bovino no do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e participação de Ituiutaba, em 1990 e 2015	68
Tabela 6. Participação e variação das áreas de pastagem no município de Ituiutaba (MG)....	70
Tabela 7. Principais lavouras em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nos anos de 1990 e 2015	71
Tabela 8. Efeito Escala e Efeito Substituição Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período de 1990 a 2015.....	74
Tabela 9. Área das culturas no município de Ituiutaba (MG), nos anos de 1990 a 2015.	78
Tabela 10. Efeito Escala e Efeito Substituição, no município de Ituiutaba, no período de 1990 a 2015	79
Tabela 11. Assentados que participaram do processo de luta pela terra, em porcentagem	86
Tabela 12. Participação do número de membros por família.....	115
Tabela 13. Participação da idade dos responsáveis pela renda da família dos PA'S Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra, 2017/2018.....	115
Tabela 14. Participação da escolaridade dos responsáveis pela renda da família dos PA'S Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra.....	116
Tabela 15. Infraestrutura das habitações, 2017/2018... ..	117
Tabela 16. Principais atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, dos assentamentos, 2017/2018.....	121
Tabela 17. Famílias com criação de gado (por quantidade de cabeças) nos PAs.....	122
Tabela 18. Famílias produtoras de leite (capacidade de produção) nas PAs.....	122

Tabela 19. Produção e Renda das famílias vinculadas ao PAA e PNAE, no PA Chico Mendes	123
Tabela 20. Laticínios de destino da produção do leite das famílias nos PAs	127
Tabela 21. Leite ao produtor: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - Preço Líquido (Abr/Mai), 2017	127
Tabela 22. Renda média obtida mensalmente oriunda na produção no lote, 2017	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 TERRITÓRIO E QUESTÃO AGRÁRIA.....	22
2.1 Território: reflexões e construções.....	22
2.1.1 Territorialização e territorialidade.....	26
2.2 Histórico da Questão Agrária.....	27
2.3 Território e Questão agrária: uma análise a partir dos anos 1990.....	39
2.3.1 Concepções sobre mundialização, financeirização e monopolização e a Questão Agrária.....	43
3 OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL E NO ESTADO DE MINAS GERAIS ..	48
3.1 Breve histórico dos assentamentos no período da década de 1960 a de 1989.....	48
3.2 Ocupação e Assentamentos rurais pós 1990: evolução e tipos.....	53
4 CARACTERIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA E DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA	66
4.1. O uso da terra no espaço agrário do estado de Minas Gerais e Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	66
4.1.1 Uso da terra agrícola no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e em Ituiutaba: efeito escala e substituição	73
5 A ESPACIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM ITUIUTABA (MG)	81
5.1 O processo de luta pela terra no município de Ituiutaba.....	81
5.2 A espacialização dos primeiros assentamentos rurais em Ituiutaba	85
5.2.1 A espacialização do PA Divisa	91
5.2.2 A espacialização do PA Chico Mendes.....	97
5.2.3 A espacialização do PA Engenho Da Serra	104
6.1 Territorialidade e territorialização dos PAs	113
6.1.1 – Características sociais e estruturais	115

6.2 A produção nos assentamentos de reforma agrária: organização produtiva e renda	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICE A	144
APÊNDICE B.....	146
APÊNDICE C.....	154

1 INTRODUÇÃO

A questão agrária consiste em um tema relevante para refletir as contradições existentes no campo brasileiro, esse é discutido pela Geografia e por diversas áreas do conhecimento. Assim, em um contexto de transformação dos modos e relação de produção, emergem as primeiras lutas e organizações de trabalhadores e camponeses. (ANDRADE, 1964, MARTINS, 2015; MEDEIROS, 1989; OLIVEIRA, 1989) As políticas de desenvolvimento adotadas, as leis criadas e implantadas, e as condutas do Estado frente às demandas sociais e as ações de agentes e grupos sociais marcam as formas de apropriação do espaço. Deste modo, tem-se a transformação em território, a partir das relações de poder, que é identificado e analisado por meio de práticas e ações dotadas de intencionalidade. (RAFFESTIN, 1993; J. SOUZA, 2009; M. SOUZA, 2014)

Assim, no período do regime militar, a apropriação do espaço é identificado por meio de políticas agrícolas e agrárias, viabilização de créditos à elite agrária, apropriação de terras estatais, via expansão das fronteiras agrícolas, criminalização e repressão à organização camponesa e sindical. Por outro lado, nesse período foram criados os assentamentos rurais. (MEDEIROS, 1989; OLIVEIRA, 1989, 2007; DELGADO, 2010; INCRA, 2017a, 2017b, 2017c)

Posteriormente, em um processo de redemocratização, tem-se a criação do Movimento dos Sem Terra (MST), em 1984, a regulamentação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, e a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, marcos que representam avanços sociais e democráticos. A partir desses, houve alteração nos moldes legais, nas políticas de desenvolvimento econômico e social, e ampliação das ocupações de terras. (DELGADO, 2005; OLIVEIRA, 2007; FERNANDES, 2001) Porém, mesmo com a aprovação do I PNRA e a criação da Constituição Federal de 1988, não se teve a garantia da realização da reforma agrária no país.

Ademais, no contexto da década de 1990, identificado pela mundialização do capital e reestruturação econômica, altera-se a forma de regulação pelo Estado, que viabilizou o crescimento econômico em detrimento ao desenvolvimento social. As medidas e leis adotadas impactaram os mais diversos setores e no campo contribuiu para a ampliação da concentração e das contradições. Fato observado também no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e em Ituiutaba, onde ocorreu número elevado de ocupações de terras ao mesmo tempo em que se ampliavam as áreas destinadas à produção de *commodities*. (OLIVEIRA, 2007; DELGADO, 2010; DATALUTA-MG, 2013; IBGE, 2015)

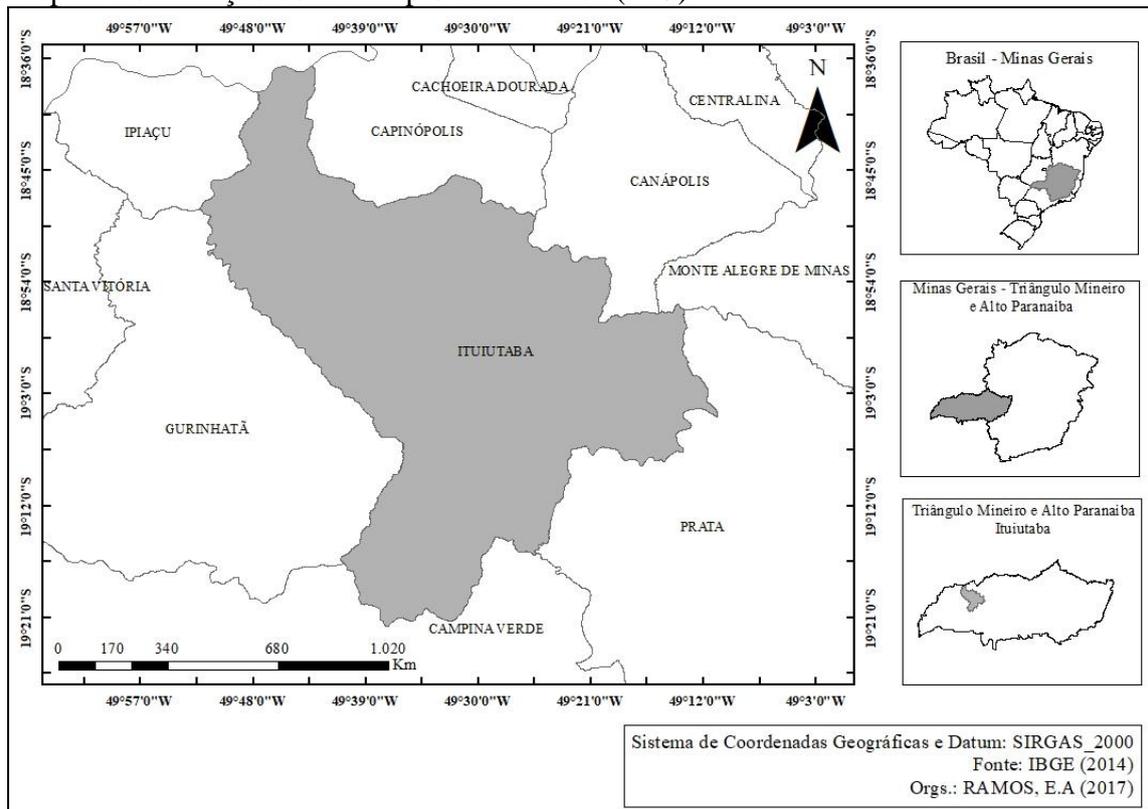
Diante deste cenário, faz-se importante refletir a respeito das transformações influenciadas pelo contexto político econômico mundial, que se sustenta na concentração de terra e renda, como também na acumulação e exploração. Além disso, e não menos importante, pensar sobre a luta de homens e mulheres que se organizam, lutam e resistem frente a desigualdade imposta. Assim, faz-se importante discutir a questão agrária brasileira, as políticas agrícolas e agrárias, destacando as ocupações e os assentamentos rurais. Para mais, caracterizar o uso da terra pela agricultura e produção da pecuária leiteira em Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Ituiutaba, a fim de identificar a maneira que os impasses de ordem política, econômica e social, alteram/transformam o espaço.

Por conseguinte, adota-se essa abordagem, visto que essas transformações são resultado das relações capitalistas de produção e da condição de grande concentração da estrutura fundiária. O que impacta negativamente nas formas de reprodução dos sujeitos sociais.

ÁREA DE ESTUDO

A área do estudo corresponde aos primeiros assentamentos rurais que se localizam no município de Ituiutaba - MG. O município onde se localizam, integra a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e é sede municipal da microrregião geográfica de Ituiutaba, que é composta por outros cinco municípios. Ituiutaba (MAPA 1) possui área de 2.598,05 km², com uma população estimada, em 2016, de 103.945 habitantes. Situa-se sobre áreas de planaltos e da bacia hidrográfica do Paraná. (IBGE, 2017)

Mapa1. Localização do município de Ituiutaba (MG).



Org.: A autora.

Em Ituiutaba, a implantação dos assentamentos rurais inicia-se na década de 1990, nesse período é observada a crescente ocupação de terras e ampliação da produção de *commodities*. Conforme está exposto na seção 4, as principais atividades desenvolvidas no município correspondem à pecuária, cultivo de cana-de-açúcar, soja e milho. (IBGE, 2017)

Desse modo, é identificada por meio da espacialização e territorialização dos assentamentos rurais no município de Ituiutaba (MG), a ação dos grupos e movimentos sociais envolvidos, na construção do território por esses sujeitos. Assim, no intuito de conquistar melhores condições de vida e trabalho, esses sujeitos do campo e da cidade buscaram, por meio da luta e resistência, ampliar o número de famílias com posse da terra, possibilitando produzir e gerar sustento.

OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é identificar e analisar a construção e o desenvolvimento dos primeiros assentamentos rurais implantados na década de 1990, no município de Ituiutaba, no estado de Minas Gerais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as contradições do agrário brasileiro expressas pelas lutas de acesso à terra e às políticas agrárias no Brasil;
- Identificar o processo de ocupações e assentamentos no Brasil, no estado de Minas Gerais e Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba;
- Analisar a disputa entre as atividades agropecuárias no uso da terra da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e do município de Ituiutaba;
- Verificar a espacialização dos primeiros assentamentos de Ituiutaba, por meio do processo de luta pela terra, da mobilização dos grupos sociais e da constituição legal desses assentamentos; e
- Analisar a territorialização e territorialidade nos primeiros assentamentos de Ituiutaba.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos da pesquisa consistiram de levantamento bibliográfico, pesquisa em banco de dados, aplicação de formulários, realização de entrevistas, tabulação dos dados obtidos em campo e, por fim, análise das fontes primárias e secundárias à luz da teoria.

O levantamento bibliográfico fundamentou-se na utilização de artigos científicos, dissertações, livros e teses que abarcam conceitos e temas sobre: espaço e território; questão agrária; movimentos sobre a luta pela terra; política agrícola e agrária. Para tal, utilizou-se de contribuições teóricas e metodológicas de diferentes áreas de conhecimento, tais como da Geografia, Economia, História, Direito e Sociologia.

O território é a categoria analítica e conceitual na pesquisa, tendo como centralidade a análise das relações de poder, visto que por meio das contradições existentes no agrário, têm-se os elementos explicativos para a realidade estudada. Para tal, utilizou-se como referencial teórico principal: Lefebvre (2000); Haesbaert (2004); Raffestin (1993); J. Souza (2009 e 2013); M. Souza (2014); Tuan (1983); Correa (2014).

Para discutir a questão agrária brasileira foi realizada revisão bibliográfica, utilizando dentre outros, principalmente: Andrade (1964) que discute em sua obra, as transformações ocorridas no campo e as condições de vida e trabalho dos camponeses; Oliveira (2001, 2007, 2012) que traz reflexões sobre a questão agrária, a partir do desenvolvimento do capitalismo

no campo brasileiro; Martins (2015) que faz uma análise sobre o campo brasileiro a partir das relações de trabalho, destacando a maneira que o sistema escravocrata no Brasil, determina os caminhos de subordinação do trabalhador ao trabalho assalariado precário; e Medeiros (1989) que aborda a história dos movimentos sociais no campo.

A fim de entender a expansão de *commodities* pelo território e identificar o surgimento do território dos assentamentos rurais (processo de territorialização), utiliza-se: Oliveira (2007, 2012); J. Souza (2009 e 2013) e Raffestin (1993). Diante desta lógica de produção de *commodities*, os elementos de internacionalização, mundialização e financeirização aparecem como parte do processo de expansão dos mercados pelas políticas econômicas do Estado, para tal acrescenta-se a discussão proposta por Delgado (2010 e 2012), Chesnais (1996) e Pereira (2015).

A partir dos dilemas da questão agrária brasileira e dos conflitos evidenciados no campo, se faz pensar a importância das ações dos movimentos sociais contra as contradições evidenciadas. Assim, para entender a dinâmica territorial da área de estudo, utilizou-se Oliveira (1989), Medeiros (1989) e Fernandes (2001), pois estes autores trazem contribuições para pensar a Geografia Agrária, por meio das lutas no campo, a resistência camponesa e a reforma agrária.

Com o intuito de identificar o perfil produtivo do estado de Minas Gerais, da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e do município de Ituiutaba, foram realizadas pesquisas no banco de dados agregados do Sistema IBGE de Recuperação Automática, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE). Nesta, utilizou-se os dados da base de Produção Agrícola Municipal e de Produção da Pecuária Municipal, para obter nos anos de 1990 a 2015: área colhida das lavouras temporárias e permanentes, em hectares; cabeças de gado, em unidades; e produção leiteira, em litros.

Enquanto que, para obter as áreas de pastagens, utilizou-se o mapeamento das áreas de pastagens do Brasil-Mapbiomas do LAPIG (Laboratório de Processamentos de Imagens e Geoprocessamento). Esta base consiste de uma série histórica das pastagens brasileiras, que é produzida através de “abordagens automáticas e métricas espectro temporais Landsat”. Por meio da utilização do ArcGIS 10.3, foi possível processar os dados, conforme a base das áreas de pastagem e dos limites municipais e mesorregião, para obter os dados referentes a essas áreas para os anos de 1990 e 2015, para assim, identificar a variação das pastagens no período.

A obtenção de informações sobre ocupações e conflitos, para os anos de 1990 a 2015, consistiram de dados disponibilizados pelo relatório Dataluta-MG (2014) e Dataluta Brasil (2015). O Dataluta é um banco de dados de luta pela terra, em que por meio de seus relatórios publiciza as informações sobre manifestações, ocupações, acampamentos e assentamentos rurais. Além disso, utilizou-se o relatório dos conflitos no campo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), para os anos de 1985 a 2000. Também foi consultado o painel dos assentamentos rurais, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2017abc). Estas informações são relevantes para esse estudo, pois possibilita uma primeira caracterização sobre a questão agrária na mesorregião e no município.

As entrevistas e os formulários foram instrumentos importantes na coleta de informações, pois permitiu atingir os objetivos da pesquisa que tratam sobre a formação do território do assentamento, bem como da territorialização deste pelos assentados, no município de Ituiutaba (MG) e na territorialidade desenvolvida por esses sujeitos.

É importante destacar que no planejamento para a aquisição dos dados primários, fez-se a elaboração de um roteiro para a aplicação das entrevistas e dos formulários, para verificar se esses instrumentos de coleta de dados teriam eficácia para atingir os objetivos da pesquisa. Realizou-se um piloto, em área de assentamento rural, com sujeitos de similaridades aos do objeto de pesquisa. Foi realizada uma entrevista, com um dos membros do assentamento, e aplicado formulários a dez famílias assentadas.

O campo da pesquisa consiste de três assentamentos rurais implantados na década de 1990 em Ituiutaba que são: PA Divisa, PA Chico Mendes e PA Engenho da Serra.

O cumprimento dos objetivos decorreu, primeiramente, da realização de entrevista semiestruturada com um sujeito de cada assentamento, exceto para o PA Engenho da Serra que foi para duas pessoas. A escolha desses entrevistados considerou a relevância destes sujeitos nos assentamentos, como líderes, e a participação na ocupação até a consolidação do assentamento dessa fração do território (APÊNDICE A). O processo de luta pela terra no município foi verificado a partir dos dados coletados nas entrevistas aplicadas aos assentados. Além da utilização de dados da base Dataluta-MG, o que permitiu demonstrar a dimensão das ocupações e os movimentos envolvidos nos conflitos nessa área. Por fim, utilizou-se também o relatório da CPT, a fim de apresentar as ações repressivas aos sem terra na região.

O segundo instrumento de coleta de dados primários consistiu na aplicação de formulários, com o objetivo de reunir e registrar dados sobre o perfil dos assentados e sobre

os modos e meios de produção nos assentamentos (APÊNDICE B). Este instrumento foi aplicado às famílias assentadas dos PAs Divisa, Chico Mendes e Engenho da Serra, em que o universo é de 111 famílias cadastradas (INCRA, 2017c) e 136 de acordo com a pesquisa de campo, número que corresponde a capacidade total destes assentamentos. No entanto, foi possível aplicar o formulário em 72 lotes, visto que os demais não se encontravam no local, no momento da realização do trabalho de campo. Com este formulário, foi possível identificar a organização social e produtiva das famílias residentes nos assentamentos de Ituiutaba (MG).

A fim de identificar a existência de apoio técnico aos assentados, aplicou-se formulário (Apêndice C) ao um extensionista da Emater.

O trabalho de campo para a área de estudo, ocorreu em momentos distintos, nos meses de maio, novembro e dezembro de 2017, e janeiro e fevereiro de 2018, para a aplicação dos formulários e das entrevistas. Os nomes dos entrevistados serão trocados por nomes fictícios, a fim de manter o sigilo.

Para verificar a constituição legal dos assentamentos, buscou-se informações em Decretos de desapropriação, daqueles imóveis rurais que são declarados de interesse social, para fins de reforma agrária. Também, obteve-se documentos no 2º Cartório de Ofícios de Registros de Ituiutaba, quantos aos registros dos imóveis desapropriados, a fim de obter o histórico destas terras. No INCRA, pelo sistema de informação ao cidadão, obteve-se o extrato de laudo de avaliação dos imóveis dos três PAs e o lançamento de preços pagos para a área que hoje se constitui o PA Engenho da Serra.

Estrutura do trabalho

O trabalho está organizado de modo que a introdução é a primeira parte. A segunda, “Território e Questão Agrária”, apresenta os conceitos sobre as categorias de análise geográfica, espaço e território. A partir desse entendimento é identificado os processos de territorialização e territorialidade que possibilitam o entendimento da realidade das relações engendradas sobre estes. Também é realizado um breve resgate histórico da questão agrária a partir do final século XIX, identificando o papel das lutas pela terra, do poder político e econômico, além disso, as leis que regulamentam e direcionam as políticas nacionais.

Na terceira parte, “Os assentamentos rurais no Brasil e no estado de Minas Gerais”, é realizada uma análise do contexto histórico de surgimento dos assentamentos rurais no Brasil, a partir da década de 1960 até a atualidade. Nesse resgate, busca-se enfatizar as políticas e

ações que sustentam a criação dos assentamentos rurais no país, no estado de Minas Gerais e em Ituiutaba.

A quarta parte, “Caracterização agropecuária da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e do município de Ituiutaba”, trata das principais atividades econômicas desenvolvidas na mesorregião e no município, identificando a participação dessas atividades, assim como, a expansão ou retração de áreas produtivas, de acordo com a atividade econômica desenvolvida.

Na quinta parte, “A espacialização dos assentamentos rurais em Ituiutaba (MG)”, é apresentada os principais grupos/movimentos que compuseram a luta pela terra no município, posteriormente, a espacialização dos PAs, o que foi identificada pelas entrevistas, dados sobre conflitos e documentos jurídicos. Após, é caracterizada a territorialização e territorialidade pelos sujeitos desses assentamentos. Por fim, tem-se as considerações finais deste trabalho.

Na sexta parte “Caracterização e organização no PA’s Divisa, Chico Mendes e Engenho da Serra”, é explicitado a territorialidade e territorialização, a partir da caracterização social e estrutural, organização social, produtiva e territorial nesses assentamentos.

E finaliza-se com as considerações finais, que discorre a partir da articulação entre arcabouço teórico, informações e os resultados alcançados com a realização da pesquisa. Posteriormente, apresentam-se as referências bibliográficas consultadas e em seguida os apêndices elaborados e utilizados.

2 TERRITÓRIO E QUESTÃO AGRÁRIA

Esse capítulo versa sobre a apresentação das categorias de análise espaço e território, tendo estas uma determinada centralidade, visto que são utilizadas como instrumento de investigação científica. Elas são base para o entendimento da espacialização dos assentamentos rurais, do acesso à terra e da territorialidade nos assentamentos no município de Ituiutaba.

A partir disto, em uma segunda seção apresenta-se um breve histórico da questão agrária brasileira, fomentando o debate da questão estrutural no qual se mantém a condição de subordinação e expropriação do trabalhador. E finaliza-se ao refletir sobre o território e a questão agrária, com a construção do território dos assentamentos a partir dos anos 1990, período no qual predomina o ideário neoliberal, com mudanças econômicas, políticas, sociais e produtivas. Contexto em que há o desenvolvimento do processo de mundialização e financeirização da agricultura e monopolização do território.

2.1 Território: reflexões e construções

O espaço é considerado um conceito de suma importância para a Geografia e, diante da busca pela compreensão deste, diferentes autores tratam sobre o tema, definindo e conceituando, o que acarreta em proximidades, ampliações e distanciamentos teóricos. Assim, para tratá-lo conceitualmente, este será abordado a partir de diferentes teóricos.

Compreende-se que há diversas formas de abordar o espaço, baseadas em diferentes correntes científicas, que possibilita o avanço da ciência geográfica a partir de diferentes concepções existentes, fomentando a reflexão e o debate científico.

O espaço é um elemento importante para a compreensão da realidade, no qual as ações do homem sob este produzem diferentes formas de uso e ocupação. Assim, norteado pelo pensamento político, Ratzel (1974) desenvolve suas reflexões científicas sobre o espaço, destacando-o como elemento fundamental para a vida do homem, em que a política exerce papel norteador na apropriação espacial e, a partir disso, tem-se o conceito de espaço vital. O ordenamento deste, pelo Estado, possibilita a transformação do espaço em território que é denominado pelo autor como solo. (CORREA, 2014)

No entanto, para Hartshorne (1934), o espaço refere-se ao absoluto que corresponde a um conjunto de pontos que tem existência em si, sendo independente de qualquer coisa. Desta

forma, o espaço constitui-se em um conceito importante para a descrição e análise dos fenômenos espaciais.

Tuan (1983), por sua vez, faz suas análises a partir dos aspectos culturais. Entende que o espaço é construído a partir das diferenças culturais das pessoas e das experiências vividas. “O espaço é um termo abstrato para um conjunto complexo de ideias.” (TUAN, 1983, p. 39).

Para Santos (1997), o espaço corresponde a um sistema de objetos e de ações. A partir disso, o espaço pode ser entendido pela materialização dos modos de produção e das relações socioeconômicas no espaço, sendo parte integrante e determinante na configuração deste.

Além desses autores, há aqueles que tratam o espaço a partir dos elementos políticos e econômicos, evidenciando a importância das relações de poder, tais como: Claval (1979), Lefébrvre (1986), Raffestin (1993) e J. Souza (2009). Esta visão é relevante para este estudo, pois permite analisar as relações de poder na apropriação do espaço e formação do território, inclusive o agrário.

Partindo dessa corrente, o geógrafo francês Paul Claval (1979) destaca o poder como fenômeno central da organização social e que está ligado ao apanágio das sociedades. As formas de poder são caracterizadas pela relação de poder puro, que corresponde a um controle absoluto, pela relação de: autoridade que pode ser concebida pela tradição, razão e/ou carisma; e criação que é orientada pela influência ideológica ou econômica. Estas evidenciam a divisão de classes, no qual a influência ideológica se manifesta a partir da difusão de ideias, verdades e valores e a econômica está baseada nas formas de utilização de recursos pelos indivíduos, nos conflitos, e nas novas formas de produção, centrada pelo poder de criar e inovar. (CLAVAL, 1979)

Identifica-se, portanto, estas relações como formas de manifestações de dominação sob a sociedade. E, deste modo, as formas de exercício do poder possibilitam o entendimento dos processos de transformação socioespacial.

A categoria espaço é tratada por Lefébrvre (1986) como “espaço social”, ou seja, é produto social, resultado das relações de produção e reprodução social. E, com base nesse pensamento, Raffestin (1993) destaca que o espaço pode ser entendido como matéria preexistente a qualquer prática ou ação sobre o mesmo. Estas, dotadas de intencionalidade, são capazes de produzir e transformar o espaço. Nesse sentido, Souza (2016) trata o espaço a partir da materialidade resultante das ações sociais no mesmo.

Em conformidade a estes autores, o espaço será utilizado para a compreensão dos processos, por meio de análises socioespaciais. Desta forma, o espaço constitui-se como elemento substancial no entendimento e análise do território.

Assim, é possível inferir que o espaço, enquanto categoria, fornece elementos explicativos, a partir das práticas socioespaciais, para a formação, organização e constituição dos territórios. Com isto, faz-se necessário apresentar a definição de território para Ratzel (1974), Raffestin (1993), Souza M. (2014) e Souza J. (2009), visto que são os autores os quais este trabalho se sustenta.

Ratzel (1974) é um dos primeiros autores da Geografia Política. O autor, em seus estudos, tem como categoria analítica, principalmente, o território (solo¹) que é entendido a partir do domínio político do Estado sobre o espaço vital. Este se constitui como espaço natural ou em que ocorre a exploração das “potencialidades territoriais” pela fixação de comunidades. Seus estudos, assim como os estudos de outros autores, foram utilizados como instrumento de dominação e controle pelo Estado.

Raffestin (1993), em suas reflexões sobre a categoria território, aponta elementos de compreensão e formação desta a partir das relações de poder que se apropriam do espaço. Assim, deve-se considerar que o poder é parte intrínseca de qualquer relação e que as relações ocorrem no espaço, transformando-o em território.

O autor explicita a importância em distinguir conceitualmente as categorias espaço e território.

Espaço e território não são termos equivalentes. [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço.

[...]

"Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144)

A partir disso, cabe salientar o papel dos sujeitos na produção social do espaço e na transformação espacial, que por meio de suas ações, sejam elas, políticas, sociais, culturais ou econômicas, territorializam o espaço.

¹ “Sintomaticamente, a palavra que Ratzel comumente utiliza não é território (*Territorium*), e sim solo (*Boden*), como se território fosse sempre sinônimo de *território de um Estado*.” (SOUZA, M., 2014, p. 86)

A partir dessa apresentação de território, pode-se considerar ainda as discussões de M. Souza (2014) e J. Souza (2009), que possuem proximidade teórica a Raffestin (1993).

M. Souza (2014) destaca que o território se constitui de um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder, o que permite compreender a materialidade das relações sociais em diferentes escalas temporais. Portanto, para o autor, o território se define a partir do espaço e do poder, ou seja, corresponde a um campo de forças, onde há relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. Então, para entender um determinado território, faz-se necessário considerar as ações e relações sociais.

Ainda, o autor ressalta que o poder é onipresente nas relações sociais e que o território está presente em toda espacialidade social, ao menos enquanto o homem estiver presente. Assim, M. Souza (2014) coloca que todo território pressupõe um espaço social.

J. Souza (2009), ao explicar sobre a categoria de análise território, o considera como o primeiro campo onde o poder se articula.

O território é sem sombra de dúvidas a primeira maneira de dar significado às relações de poder, ou seja, o território é um primeiro campo, no seio do qual, o poder se articula. Ele não é o único campo, por isso a importância das análises sobre as territorialidades, mas se constitui em um meio persistente e recorrente de dar eficácia à significação do poder e deve ser compreendido por meio de outras categorias de análise, como classe, sistemas de produção, tecnologia, trabalho, identidade, representação, objetivação, intencionalidade, e até mesmo estrutura. (SOUZA, J., 2009, p. 109)

Desta forma, o território corresponde a uma categoria analítica que fornece elementos capazes de desvendar a realidade por meio dos processos e ações espaciais, permitindo identificar e refletir sob as distintas formas de poder existentes. Destarte, o território se constitui de um instrumento significativo na identificação e análise dos processos sociais e da relação de diferentes grupos sociais, que produzem o espaço e/ou território. Portanto, a categoria território permite à ciência geográfica uma análise minuciosa da realidade.

Considerando os diferentes paradigmas científicos de investigação da realidade, o espaço e o território são importantes para esse entendimento, visto que são categorias complementares. O território, especificamente, constitui-se como categoria central para identificar e analisar as dinâmicas, os processos e as transformações ocorridas no espaço a partir das relações de poder.

Com desta explanação sobre espaço e território, identifica-se a necessidade de apresentar os conceitos de territorialização e de territorialidades, visto que estes fundamentam a análise territorial a partir dos processos.

2.1.1 Territorialização e territorialidade

Para compreender o território, a partir das relações de poder, faz-se necessário também tratar da territorialização e territorialidade.

Desta forma, a territorialização, para Haesbart (2004), refere-se a dominação e apropriação do espaço, sendo este elemento fundamental na construção do território.

Na tentativa de compreender o processo de territorialização, cabe também considerar as formas de concepção do território pelos grupos sociais. A partir dessa reflexão, J. Souza (2009, p. 109) afirma que “o território deixa de ser um conceito “em-si”, que explica (se foi possível ser) para se tornar um fenômeno “per-si” (para o sujeito), que exige uma explicação e que produz conhecimento”.

Cabe atentar às análises geográficas, compreendendo o território em sua totalidade, por meio de todo seu processo até a configuração territorial construída e transformada a partir, inclusive, das interações e ações de grupos sociais no campo das relações de poder. J. Souza (2009) aponta que o território não é dado *a priori*, mas sim que sua gênese e consolidação estão nas relações sociais que o sustentam.

Oliveira (2003) também trata o território como categoria central nas análises geográficas e afirma que a construção deste corresponde a uma “unidade dialética”, visto que é construído a partir da contradição existente e do desenvolvimento desigual e combinado.

Ainda segundo o autor, a lógica contraditória do desenvolvimento do modo capitalista de produção, “[...] constrói e destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital.” (OLIVEIRA, 2003, p. 13)

Desta forma, pode-se inferir que no campo do poder, a produção do território ocorre por meio da intencionalidade das ações de determinados grupos sociais, na produção e reprodução do território. Assim, a análise, ao adotar o território como resultado das relações sociais dos diferentes grupos que ali exercem suas ações, deve partir da totalidade da realidade da categoria de análise.

A construção das territorialidades, Haesbaert (2004), ocorre a partir das ações e interações dos grupos sociais com o território, por meio dos modos de vida, dos modos de produção e/ou das relações de poder. Para o autor, as territorialidades são constituídas como representações (produção de imaterialidade) da realidade vivida e “concebida” e é evidenciada por meio das dimensões política, econômica e cultural.

De acordo com Raffestin (1993), a territorialidade é compreendida pelo conjunto de relações que se originam em um sistema tridimensional (sociedade, espaço e tempo). Reflete a complexidade do vivido pela coletividade, expressas tanto pelas relações existenciais quanto pelas produtivas, ou seja, pelas relações de poder. A territorialidade se refere a maneira pelo qual os sujeitos se reproduzem socialmente em uma determinada escala de espaço-tempo.

Diante dos conceitos apresentados, fundamentado em Raffestin (1993) e J. Souza (2009), entende-se que o processo de territorialização corresponde à construção do território, a partir dos modos e meios de produção dos grupos sociais, numa escala espaço-temporal, e a territorialidade condiz a representação social, entendida a partir da imaterialidade desenvolvida pelos sujeitos.

2.2 Histórico da Questão Agrária

A estrutura fundiária do país apresenta as mesmas contradições existentes na sociedade brasileira, dentre elas pode-se destacar a distribuição desigual de renda que em parte tem origem, não exclusivamente, na concentração de terras. Características que persistem ao longo dos séculos, desde o período colonial e que, portanto, impactam na forma de uso e ocupação do espaço.

O processo de uso e ocupação do Brasil é marcado pela concentração fundiária sustentada pela Coroa portuguesa, que por meio do regime de sesmarias, e posteriormente, substituída pela posse da terra, o que fundamentou a manutenção de latifúndios por séculos no país (ANDRADE, 1980). Este processo, também, é marcado pelos conflitos sociais no campo, que conforme aponta Oliveira (1989), são uma das marcas do desenvolvimento e da ocupação do país. Nesse período, a contradição do campo se expressa pela oposição entre indígenas, a fim de garantir seu espaço de vida, e colonizadores portugueses em busca da acumulação de capital, ainda que primitiva. Segundo o autor, “o território capitalista brasileiro foi produto da conquista e destruição do território indígena. Espaço e tempo do universo cultural índio foram sendo moldados ao espaço e tempo do capital [...]” (OLIVEIRA, 1989 p.15).

Além disto, é importante destacar a luta dos escravos negros contra o domínio colonial imposto. Segundo Oliveira (1989), a luta dos negros escravizados inicia-se simultaneamente com a luta dos índios e o surgimento dos Quilombos. Assim, no cerne do território capitalista colonial, tem-se a materialização do “território livre” dos africanos e brasileiros escravos.

Desse modo, é visualizada ao longo da história, a destruição de povos e territórios, em que a terra tem papel importante como espaço para moradia e produção de alimento. Segundo

Andrade (1980), a terra não era mercadoria, era instrumento de produção, e adquire valor de troca a partir do momento em que se realizam atividades sob a mesma. E ao pensar sobre a estrutura fundiária, o autor destaca que, esta é “profundamente dependente do sistema de relações existente, como, indiretamente, no nível de absorção de novas técnicas e na qualidade de vida da população tanto rural quanto urbana [...]”. (ANDRADE, 1980. p. 23)

Entende-se, portanto, que a questão agrária brasileira é secular e a história de uso e ocupação da terra revelam as formas da organização do campo brasileiro, com predomínio de latifúndios, que se sustentam sob as formas de desenvolvimento do capitalismo no campo em suas diferentes fases.

Com isso, a questão agrária é pensada, a partir da segunda metade do século XIX, quando se começa a evidenciar mudanças significativas na sociedade brasileira com a expansão do modo de produção capitalista que coexiste com o sistema escravocrata. Ou seja, a forma de apropriação da renda se dava de forma distinta, em que no segundo caso dependia do monopólio do escravo para se ter a renda capitalizada. Martins (2015) destaca ainda que, com o surgimento do modo de produção capitalista, a renda capitalizada é decorrente do trabalho livre, obtido através da sujeição do trabalho ao capital.

O autor aponta que a constituição da força de trabalho é regulada pelas regras do mercado e que as transformações, geradas pelo capitalismo, no modo de produção “[...] não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas, igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.” (MARTINS, 2015, p. 36)

Segundo Oliveira (2007), o desenvolvimento do modo de produção capitalista consiste em um processo contraditório, visto que ao se reproduzir, o faz de forma a ampliar as contradições. Portanto, se faz necessário compreender de que maneira as transformações das relações de produção corroboram para as contradições ainda existentes no campo brasileiro. No entanto, estas não alteram o perfil da economia brasileira centrada na exportação.

Nesse cenário de expansão do capitalismo e manutenção de uma estrutura fundiária concentrada, Andrade (1964) identifica grandes desníveis econômicos da população rural, evidenciando a condição da região Nordeste do Brasil.

O autor, ao analisar o Nordeste brasileiro, aponta que os trabalhadores rurais assalariados, dos grandes e médios proprietários, tinham condições iguais ou semelhantes aos dos “trabalhadores sem terra”. Esta condição estimulou a migração, destes trabalhadores, para as cidades ou para outras regiões. Uma das causas que mais contribuem para agravar o

problema da “massa camponesa”, segundo Andrade (1964), é a estrutura fundiária dominante, desde a colonização, que é caracterizada pela concentração de terras, falta de garantias e de direitos para os trabalhadores.

Deve-se destacar que, nesse período, as principais atividades agrícolas desenvolvidas são: café no estado de São Paulo e, na região Nordeste, a cana-de-açúcar e o algodão (MARTINS, 2015; ANDRADE, 1964). Revela-se, a partir das mudanças da mão-de-obra utilizada nas grandes lavouras de café e cana-de-açúcar, a subordinação do trabalhador do campo ao capital. No Nordeste, a opção, de alguns senhores de engenho, por utilizar mão-de-obra de moradores, em detrimento de escravos negros, devido ao alto custo para aquisição destes. Assim, os moradores tornam-se substitutos do trabalho escravo e passam a ser denominados “moradores de condição” (ANDRADE, 1964). Estes, mesmo com o avanço do modo capitalista de produção, sofrem com a ampliação de seu empobrecimento e condição de dependência. Este avanço poderia proporcionar mudanças estruturais na sociedade brasileira, o que não se efetivou.

Nas primeiras décadas do século XX e com a crise de 1929, observa-se a destruição das lavouras de café, como instrumento de minimização do problema econômico, concomitantemente ao processo de industrialização crescente no país, objetivando diminuir a dependência econômica da atividade agrícola e do mercado externo. Estas mudanças contribuíram para gerar transformações econômicas, políticas e sociais. Neste contexto, grande contingente de colonos foi expulso das fazendas, sendo estes convertidos em trabalhadores temporários na agricultura ou mão de obra para as indústrias, o que resulta em considerável migração em direção às cidades. (MARTINS, 1995)

Diante da estrutura fundiária concentrada e excludente, a subordinação, precarização e empobrecimento do trabalhador rural provocam insatisfação e descontentamento popular, o que os estimula a se mobilizarem a fim de melhores condições de vida.

Conforme afirma Martins (1995), a mobilização política na região do café (estado de São Paulo) não teve a mesma eficácia do observado na região Nordeste. Apesar da região do café não ter sido a mais representativa nas mobilizações políticas, é relevante no processo histórico de configuração das lutas no campo, visto que o estado de São Paulo foi um dos primeiros a ter representações dos trabalhadores rurais. Já na década de 1940, há o surgimento, nos estados de Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, das primeiras entidades de representação dos trabalhadores rurais (MEDEIROS, 1989). O Quadro 1 apresenta as principais mobilizações no campo, nas décadas de 1940 e 1950.

Quadro 1. Principais mobilizações no campo, entre as décadas de 1940 e 1950.

SUJEITOS	MOTIVAÇÃO / REIVINDICAÇÃO	AÇÃO DOS GRUPOS	LOCAL DE OCORRÊNCIA
Trabalhadores das grandes lavouras	Causas trabalhistas	Greve	Fazendas de café (SP), cana-de-açúcar (PE e SP) e cacau (BA)
Arrendatários e meeiros	Redução das taxas de arrendamento e permanência na terra	Enfrentamento / resistência via recusa ao pagamento estipulado pelos fazendeiros	Goiás (GO) e Triângulo Mineiro (MG)
Posseiros	Ocupação de terras	Resistência e enfrentamento	Paraná (PR), São Paulo (SP), Goiás (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES)

Fonte: Adaptado de Medeiros (1989).

Esse período é caracterizado por diversos conflitos no campo, motivado pela insatisfação e expropriação do trabalhador rural. Segundo Oliveira (2007), desde a década de 1930, nota-se no país a contradição existente na sociedade nacional, que impulsionou o aprofundamento dos conflitos no campo, resultante da articulação de camponeses e trabalhadores assalariados rurais. O período entre o final da década de 1940 e o início da década de 1960 é marcado pela organização, reivindicação e luta no campo (OLIVEIRA, 2007). Por isso, caracteriza-se esse período como um marco histórico nas lutas por terra no país.

As primeiras Ligas Camponesas, que se desenvolvem com maior intensidade no Nordeste brasileiro (OLIVEIRA, 2007), surgem no ano de 1945. O autor não chega a detectar qual a razão deste fato, porém Andrade (1964) aponta que a ascensão das Ligas e sua influência ocorrem entre foreiros, pequenos proprietários e “moradores de condições”, por terem posse da terra a defender e, com isto, terem melhores condições de resistência. No entanto, sua organização é quase nula nas áreas onde predomina a produção de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas. Isto se deve, segundo o autor, ao fato de nestes locais a proletarianização do homem ser mais completa. Destaca, ainda, que estes trabalhadores assalariados são verdadeiros nômades, pois constantemente migram de um lugar para outro, o que dificulta associar esses trabalhadores a organização camponesa.

O marco da década de 1940 até o golpe militar, segundo Medeiros (1989), compreende o período de desenvolvimento das primeiras experiências de organização e articulação camponesa. Onde estas ocorreram por reivindicações desses trabalhadores que questionavam determinadas formas de exercício do poder e revelavam a questão estrutural, em que o latifúndio era símbolo das contradições evidenciadas no campo brasileiro. Desse modo, os conflitos evidenciam as questões no âmbito político e econômico, no qual a figura do latifúndio simboliza uma forma de exercício de poder.

Andrade (1964) aponta que, nas décadas de 1950 e 1960, a concentração fundiária é predominante e que as grandes lavouras são beneficiadas pelos órgãos governamentais, visto que os proprietários de terra, principalmente os grandes, têm crédito fácil, garantia de preços mínimos, comercialização organizada, dentre outros. Por outro lado, o autor destaca que as pequenas propriedades ficaram em condição de abandono e se sujeitaram a créditos oferecidos por agiotas, a mercê de oscilações entre as safras e do interesse dos intermediários.

[...] é conveniente salientar que a melhoria das técnicas de produção, o aumento da rentabilidade da terra, sem medidas complementares em defesa do trabalhador do campo, até hoje, no Brasil, apenas tem carreado mais dinheiro para os bolsos dos ricos proprietários, continuando os que mourejam a terra a viver nas condições de vida mais precárias. (ANDRADE, 1964, p. 229).

Diante desse contexto fundiário brasileiro, pensava-se na necessidade de uma reforma agrária no país. No governo do presidente João Goulart, ocorreram muitas manifestações em defesa de reformas de base, dentre elas a reforma agrária. Mesmo com as limitações legais existentes, o governo utilizou as Leis Delegadas² a fim de viabilizar a reforma agrária nesse período (OLIVEIRA, 2007). Assim, as bases legais para a reforma agrária foram elaboradas neste governo, bem como a articulação para uma Política Nacional de Reforma Agrária que não foi implementada devido ao golpe de 1964.

O pensamento a respeito da reforma agrária iniciou-se a partir do final da década de 1950 e início da década de 1960, com o avanço das reivindicações camponesas. Neste contexto, há a criação da Superintendência Regional de Política Agrária (SUPRA), com a Lei Delegada nº 11, de 11 de Outubro de 1962, com o objetivo de:

Art. 2º Compete à SUPRA colaborar na formulação da política agrária do país, planejar, promover, executar e fazer executar, nos termos da legislação vigente e da que vier a ser expedida, a reforma agrária e, em caráter supletivo, as medidas complementares de assistência técnica, financeira, educacional e sanitária, bem como outras de caráter administrativo que lhe venham a ser conferidas no seu regulamento e legislação subsequente.

² A Leis Delegadas são ações legais sobre a agricultura e abastecimento. (OLIVEIRA, 2007)

Parágrafo único. Para o fim de promover a justa distribuição da propriedade e condicionar o seu uso ao bem estar social são delegados à SUPRA poderes especiais de desapropriação, na forma da legislação em vigor. (BRASIL, 1962)

A Superintendência da Política Agrária (SUPRA) tem como obrigação “promover a desapropriação de terras por interesse social, objetivando a justa distribuição da propriedade rural e condicionando seu uso ao bem-estar social, e prestar serviços de extensão rural e de assistência técnica aos trabalhadores rurais.” (CPDOC, 2018)

Em 1964, foi promulgado um decreto em que desapropriava terras em torno das rodovias federais e as destinava à reforma agrária, porém as ações não avançaram, pois com o golpe militar as prioridades/planos políticos foram alterados. (MEDEIROS, 1989)

Por fim, a primeira metade do século XX apresentou avanço da organização camponesa e sindical, porém, com o Golpe de 1964, houve intensa repressão às organizações. Segundo Medeiros (1989), as sedes das Ligas e de sindicatos foram fechadas e vasculhadas, líderes presos, perseguidos e assassinados e trabalhadores foram perseguidos e presos.

Estes diversos conflitos por terra no país, são relevantes para compreender as formas de apropriação do espaço, com todas as suas contradições. Segundo Porto-Gonçalves et al. (2016), ao refletir sobre a questão agrária, os conflitos por terra, consistem em um fenômeno empírico que permite refletir a questão territorial, no qual demonstra sua centralidade teórico-política. E, a partir disso, é possível considerar que a organização camponesa e sindical revela, por meio das lutas, a contradição existente entre as classes.

Embora tenha ocorrido um avanço legal sobre a questão agrária no país e da organização de trabalhadores rurais, com o Golpe de 1964, observa-se uma diminuição das ações de luta do campo.

Nesse período, há a promulgação de Emenda Constitucional nº10 de 9 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964) e do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964). A Emenda Constitucional detalhou com parágrafos, dentre outros, o art. 147 da Constituição Federal de 1946 em vigor. Este artigo tratava de o uso da propriedade estar atrelado ao bem-estar social.

Artigo 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no Artigo 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos. (BRASIL, 1946)

A fim de promover a justa distribuição, a União será responsável pela desapropriação de terras, com indenizações prévias, segundo os “novos” parágrafos inseridos pela Emenda

Constitucional (BRASIL, 1964). Os parágrafos 5º e 6º do artigo tratam como será o processo de desapropriação.

§ 5º - Os planos que envolvem desapropriação para fins de reforma agrária serão aprovados por decreto do Poder Executivo, e sua execução será da competência de órgãos colegiados, constituídos por brasileiros de notável saber e idoneidade, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.

§ 6º Nos casos de desapropriação, na forma do § 1º do presente artigo, os proprietários ficarão isentos dos impostos federais, estaduais e municipais que incidam sobre a transferência da propriedade desapropriada. (BRASIL, 1946)

O Estatuto da Terra implementado no mesmo mês de 1964 previa, dentre outros, a desapropriação de terras com o intuito da reforma agrária. Neste, no art. 16 estabelece-se o objetivo da reforma agrária:

A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio. (BRASIL, 1964)

Neste mesmo período, o governo militar substituiu a SUPRA pelos seguintes institutos: o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e o INDA (Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário) (OLIVEIRA, 2007). Ambos foram criados pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e regulamentados em 31 de março de 1965, respectivamente, pelo Decreto nº 55.889 e o Decreto nº 55.891 (BRASIL, 1965a, 1965b). O Art. 4º do Decreto nº 55.891 estabelece os órgãos competentes para promover a Política Agrícola. Além disso, define que é de responsabilidade do IBRA “contribuir para consecução dos objetos da política agrícola” e “promover e coordenar a execução da Reforma Agrária” (BRASIL, 1965b, art. 3º e 4º). Ao INDA cabe promover “medidas ligadas à colonização, à extensão rural, ao cooperativismo, ao desenvolvimento de comunidades, à revenda, às obras de infra-estrutura, inclusive as de eletrificação rural, e à prestação de serviços” (BRASIL, 1965b, art. 4º, inciso I)

O Estatuto da Terra foi um instrumento utilizado basicamente para tratar sobre as políticas agrícolas e, no art. 1º, explicita a reforma agrária: “Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.” (BRASIL, 1964) As políticas voltadas para a realização da reforma agrária indicam o problema da concentração fundiária e do não acesso à terra.

Bombardi (2005) demonstra que a criação do Estatuto da Terra pelos militares é resultado de uma articulação a fim de controlar as decisões a respeito da reforma agrária. Observa-se que, mesmo com o Estatuto da Terra, são mantidas as contradições entre as classes sociais, configurando-o como instrumento de controle para minimizar às reivindicações existentes à respeito aos anseios da população por uma reforma agrária. A autora afirma que:

[...] O Estatuto da Terra foi planejado não exatamente para realizar um pacto de classe, mas para escamotear e procurar fazer sucumbir a luta de classes que era premente.

O próprio golpe militar de 1964 foi também resultado direto da mobilização política no campo. Ele foi articulado para que não houvesse um pacto social, para controlar a luta de classes, para – no que tange à reforma agrária – tirar a possibilidade de decisão dos sujeitos sociais que a reivindicavam, ou, em outros termos, tirar das mãos do campesinato a decisão de classe dos rumos da reforma agrária. (BOMBARDI, 2005, p. 639)

Oliveira (2007) aponta que em nada foi útil o Estatuto da Terra e que diante das leis fornecia elementos legais que sustentam a manutenção de latifúndio e a propriedade privada. Entende-se, portanto, que o Estatuto da Terra não atendeu aos anseios daqueles que lutavam para a realização da reforma agrária, pois serviu como instrumento de controle, considerando apenas as políticas agrícolas, voltadas ao desenvolvimento econômico do país e, portanto, à ampliação de privilégios e renda da classe dominante.

Assim, observam-se resultados contrários ao proposto por esta Lei, visto que há: o aumento da grilagem de terras públicas; a não realização da reforma agrária; e a manutenção da concentração fundiária. (OLIVERIA, 2007; BOMBARDI, 2005)

Oliveira (2007) aponta, também, que os institutos IBRA e INDA, criados no governo militar, contribuíram para o processo de concentração fundiária, em especial pelas vendas irregulares de terras a estrangeiros.

Essas instituições, criadas em 1965, são extintas em 1970 e suas competências, atribuições e responsabilidades passam a ser do INCRA que é instituído pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de Julho de 1970. (BRASIL, 1970) Neste Decreto-Lei, estabelece-se as responsabilidades do Instituto, especificamente no art. 2º (BRASIL, 1970), que dispõe o seguinte:

Passam ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), que ficam extintos a partir da posse do Presidente do Instituto.

Segundo Oliveira (2007), as ações do Incra não contribuíram para a diminuição da concentração fundiária e não promoveram a reforma agrária. O instituto foi utilizado pelo Estado brasileiro como instrumento estratégico na geopolítica militar (exploração da Amazônia). O autor também observa que na década de 1970 a questão agrária é marcada pela militarização.

No mesmo período, identifica-se o crescimento dos conflitos no campo e a consolidação do sindicalismo rural. Esses conflitos, nas décadas de 1970 e 1980, eram neutralizados pela ação do Estado. Medeiros (1989, p.157) aponta que essas ações tratam de “três dimensões: a repressiva, a intervenção regularizadora sobre algumas áreas de tensão e uma intensa propaganda sobre a realização da ‘maior reforma agrária do mundo’”. Oliveira (1989) aponta que, nesse contexto, os militares tentam iludir os trabalhadores, como se os projetos de colonização na Amazônia fossem sinônimo de Reforma Agrária. O autor ressalta que:

Junto com o incentivo à colonização, sobretudo particular, vieram os famosos projetos de regularização fundiária igualmente financiados com recursos internacionais. Através destes projetos, o INCRA regularizou a fraude fundiária praticada sobretudo na Amazônia Legal, através dos expedientes da grilagem de terras públicas. (OLIVEIRA, 1989, p. 84)

Situação que favoreceu a expansão da aquisição de terras públicas pela elite agrária e industrial. Segundo Oliveira (1989), neste período, o Estado promoveu leilão das terras públicas o que contribuiu para a articulação entre a burguesia industrial e latifundiária, induzindo ao processo de territorialização da burguesia industrial articulada com a militarização da questão agrária. A partir desta consideração do autor, entende-se que a militarização se refere à distribuição de terras a grupos restritos pelo governo militar, no qual essa intervenção favoreceu a apropriação de terras públicas por diferentes grupos econômicos.

Nesse período, o não atendimento das demandas da população do campo acarretou o crescimento dos conflitos e, com isso, o Governo Militar passa a perseguir, aprisionar e “desaparecer” com as lideranças das Ligas Camponesas, aumentando o número de assassinatos no campo (OLIVEIRA, 1989). Período que, segundo Medeiros (1989), ocorre um retrocesso tanto nas lutas do campo quanto nas cidades.

Mesmo diante desta situação, as organizações não se contiveram, visto a manutenção dos sindicatos (MEDEIROS, 1989). Ao mesmo tempo, verifica-se a intensificação dos problemas agrários no país, em um ambiente que priorizava a implementação da agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa, viabilizado pela integração de militares e

burguesia. Assim, o modelo de desenvolvimento econômico para o campo adotado contribuiu para a ampliação da concentração fundiária no país, bem como para o “arrocho” do salário dos trabalhadores assalariados, além do aumento da “exploração e expropriação de camponeses”, ou seja, é um período em que se tem a ampliação das contradições. (FERNANDES, 2001)

Segundo Medeiros (1989), durante o período militar, diante do desdobramento da política agrícola e agrária adotada, ainda ocorriam lutas no campo, de forma isolada sujeitas a repressão policial de proprietários de terras e grileiros. Ainda segundo a autora, foi nesse contexto de repressão e violência que o sindicalismo rural se reestruturou, afirmando-se como representante das lutas de trabalhadores rurais, sendo o sindicato então importante referência para entender o desenvolvimento de diversas lutas no campo.

Por outro lado, observa-se a implementação de diversas reformas no país, definindo políticas econômicas e sociais. Segundo Medeiros (1989), este período foi marcado pela concessão de subsídios e incentivos fiscais que proporcionaram um rápido crescimento econômico, no entanto, viabilizado pela concentração de capitais e de renda.

Desta forma, tem-se a ampliação de produção de bens de capital, modernização do parque industrial e agrícola e expansão da ocupação das fronteiras agrícolas (MEDEIROS 1989). Nesse contexto, Delgado (2010) afirma que o setor público por meio de financiamento, viabiliza o desenvolvimento da agricultura capitalista integrada à economia industrial e urbana e, ainda, atrelada ao setor externo. Este financiamento foi viabilizado, principalmente, a partir de 1967, por meio Sistema Nacional do Crédito Rural que reorienta as políticas agrícolas, objetivando fortalecer as estruturas fomentadoras da produtividade e proporcionar o crescimento capitalista no setor agrícola (DELGADO, 2012).

Para o autor, no período que compreende os anos de 1965 e 1982, a agricultura passa a articular suas relações técnicas com a indústria, subsidiados pelas políticas agrícolas, o que evidencia o papel central do Estado na articulação entre esses setores. A modernização da agricultura consiste das mudanças nas técnicas de produção, no qual se tem a inserção do uso de insumos e máquinas industriais, bem como a produção de alimentos e matéria-prima para o fornecimento de diversos ramos da indústria. (DELGADO, 2010)

Apesar desse aumento da produtividade, o caráter modernizante da política, nesse contexto, ocasionou um intenso êxodo rural e aumento do trabalho volante (MEDEIROS, 1989), ou seja, aumento na expropriação e exploração do trabalhador rural.

Segundo Delgado (2010), neste processo de modernização da agricultura prevalece a lógica socialmente conservadora das oligarquias rurais detentoras das grandes propriedades rurais. Portanto, tem-se a modernização das técnicas produtivas, ao mesmo tempo em que há a intensificação das desigualdades sociais no país.

Assim, a modernização da agricultura, como um projeto de desenvolvimento econômico, subsidiado por programas e políticas estatais, garantiu as formas de produção e reprodução do capitalismo no campo e, portanto, manteve a concentração fundiária.

A reforma agrária, portanto, constituiu-se em uma necessidade social, visto a questão agrária evidenciada ao longo dos séculos no país. Nesse período, de acordo com Oliveira (1989), 2,6% dos proprietários rurais do país detinham aproximadamente 286 milhões de hectares de terras agricultáveis, o correspondente a 47% do total de terras do país. O autor salienta também que pelo fato da terra ser apropriada como mercadoria (para fins especulativos), há o aumento da contradição já existente.

Assim, no Brasil, a reforma agrária terá início não pelo Estatuto da Terra, mas sim devido aos movimentos conjunturais para atenuar as pressões sociais advindas da concentração de terras. (OLIVEIRA, 2007). Diante disso, o autor aponta que a luta pela terra não deve ser restrita ao direito do acesso à terra, mas sim uma luta contra o capital e ao entendimento de que a terra deve ser tratada como um bem com valor de uso e não valor de troca.

A reforma agrária, proposto no Governo de João Goulart e interrompido com o Governo Militar, tem início em 1985 com a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA):

Art. 1º. Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, para o período 1985/1989, abrangendo 01(hum) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias, nos termos do anexo que é parte integrante do presente Decreto. (BRASIL, 1985)

Este Plano foi formulado e decretado com base no Estatuto da Terra, com o intuito de propor mudança na estrutura fundiária do país e minimizar problemas sociais, provocados pela concentração fundiária e de renda, bem como o êxodo rural.

É importante considerar que nesse Plano é identificado o potencial de terras agricultáveis no país, bem como a diferença de custo na geração de trabalho produtivo na agricultura e no setor urbano. Aponta também que no Brasil há terras agricultáveis que estão inativas, por motivo especulativo, inaptidão do proprietário, dentre outros, impedindo o acesso de trabalhadores do campo à terra, como meio de vida e trabalho (BRASIL, 1985).

Ao analisar os resultados deste Plano, Oliveira (2007) destaca que este cumpriu apenas 6% das metas previstas, não conseguindo proporcionar, efetivamente, a redução das contradições existentes.

Oliveira (2007) destaca que a reforma agrária é um paliativo que resolve mais as questões do modo capitalista como um todo do que da agricultura em particular. Segundo o mesmo autor, os dois pilares da reforma agrária são: a política fundiária e a política agrícola. Para primeira tem-se um conjunto de legislações, tais como: estipulam os tributos incidentes sobre a propriedade privada da terra; regulam seus usos e jurisdições de exercício de poder; e propõem programas de financiamento para a aquisição de terra. E para a política agrícola o Estado propõe ações que visam de apoio técnico (produtivo, de beneficiamento, industrialização e comercialização) e assistência social, nos assentamentos de reforma agrária.

Segundo Oliveira (2007), ao mesmo tempo em que há a aprovação do I PNRA observa-se forte luta dos ruralistas, por meio da UDR (União Democrática Ruralista), contra o movimento dos sem-terra e com o intuito de inviabilizar a implantação desse Plano.

Neste contexto, é formalizado no país um dos mais importantes movimentos sociais de luta pela terra, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em 1984. Seu surgimento, porém, advém do interior das lutas travadas contra a expropriação e exploração do trabalhador rural, no final da década de 1970. Estas se iniciam a partir do Rio Grande do Sul quando o movimento promove a ocupação de terras, expandindo para outras unidades federativas da região Centro-Sul. (FERNANDES, 2001)

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi importante para o surgimento do MST, pois articulava lutas e espaços de socialização entre trabalhadores de diversas partes do país, principalmente, a partir da organização do Primeiro Encontro Nacional, realizado em Cascavel – PR, no ano de 1984, que objetivava discutir o crescimento da luta pelo país, integrando os “sem-terra” de diversos estados. Com este encontro, os agricultores concluíram que o modelo de desenvolvimento econômico vigente é o maior inimigo dos trabalhadores, pois prioriza o interesse dos latifundiários, posseiros e grileiros (FERNANDES, 2001). Diante deste contexto, os “sem-terra” evidenciaram a importância de se ampliar as lutas e articulação de diversos movimentos.

O MST corresponde ao movimento social de maior dimensão política no país. Além disso, para se construir o MST em cada estado brasileiro, foi necessário adotar uma estrutura básica para a organização do movimento, sendo que a adoção dessa estrutura ocorre em todas

as etapas da luta, a iniciar-se nas ocupações e, posteriormente, na formação dos acampamentos até os assentamentos (consolidação e organização) (FERNANDES, 2001).

Da Política Agrícola para a reforma agrária proposta pelo Estado, observa-se ações insuficientes para fortalecer a produção dos assentados e, com isso, diminuir as contradições do campo brasileiro. Nesse sentido, Fernandes (2001) destaca que a transformação da realidade depende da iniciativa dos próprios camponeses.

2.3 Território e Questão agrária: uma análise a partir dos anos 1990

No período de reestruturação político-econômica, no final do século XX, a agricultura brasileira passa a ter influência forte das demandas internacionais e do capital financeiro sobre a produção, tendo o Estado como regulador das políticas e viabilizador da expansão do modelo de produção denominado agronegócio. Assim, faz-se necessário compreender como este ambiente, marcado por novas variáveis econômicas, políticas, sociais, impactam o território agrário.

No tocante às políticas de Estado ao campo brasileiro, neste período, cabe ressaltar que com a Constituição de 1988, dispositivo constitucional que trouxe mudanças legais, identificam-se as principais ações a partir da promulgação. Que, segundo Delgado (2005), não só altera os dispositivos legais, como também o ordenamento econômico do país. O autor diz que:

O jogo político que se dará no País a partir da Constituição de 1988 é regido não apenas pelo novo ordenamento constitucional, mas de maneira muito significativa pelo processo de ajustamento constrangido à ordem econômica globalizada a que o País se submete por toda a década dos 1990 até o presente. (DELGADO, 2005, p. 10)

A década de 1990 é marcada pela reestruturação econômica que impacta a questão agrária que perpassam até os dias atuais. Esse período torna-se relevante para a compreensão da apropriação do espaço, como as políticas estatais articulam com os demais agentes econômicos e como ocorrem as relações entre estes agentes.

No Quadro 2. É possível observar as leis promulgadas na década de 1990. As leis apresentadas dispõem sobre os principais aspectos da legislação agrária. Dentre as leis, destaca-se a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 que regulamenta os dispositivos da reforma agrária.

Quadro 2. Legislações para a política agrária e agrícola, na década de 1990 e início dos anos 2000, no Brasil.

Governo	Leis ordinárias	Leis complementares
Fernando Collor 1990-1992	Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 Dispõe sobre a política agrícola. Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991 Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências.	-
Itamar Franco 1992-1994	Lei nº 8.617, de 4 de janeiro de 1993 Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.	Lei complementar nº 76, de 6 de julho de 1993 Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.
Fernando Henrique 1995-1998	Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos DecretosLeis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.	Lei complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996 Altera a redação dos arts. 5º, 6º, 10 e 17 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Lei complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998 Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, e dá outras providências.
Fernando Henrique 1999-2002	Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Lei nº 9.871, de 23 de novembro de 1999 Estabelece prazo para as ratificações de concessões e alienações de terras feitas pelos Estados na faixa de fronteira, e dá outras providências. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras Lei nº 10.228, de 29 de maio de 2001 Acrescenta artigo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, a fim de estabelecer procedimentos relativos ao cadastramento e à recuperação de áreas desertificadas. Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001 Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.	-

Fonte: Adaptado de NEAD Especial, 2007.

Segundo Hoffman (1990), a política agrícola implementada no governo Collor é norteada pelas Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura, pautado de forma que desenvolvimento econômico seja regulado pelo mercado. É importante destacar que, neste governo, é adotada a política neoliberal, em que o Estado tem diminuído o seu poder sobre o desenvolvimento econômico em detrimento do mercado que passa a ter maior responsabilidade/liberdade para a tomada de decisões.

Conforme o autor, essas políticas induzem a produção de médios e grandes produtores, onde o caráter especulativo predomina na forma de organização da produção, sustentado na lógica de ganhos a partir do mercado financeiro. Aponta ainda que nessa política, em que o crédito rural foi importante para a produção no setor agrícola, beneficiou principalmente os médios e grandes proprietários.

Segundo Pereira (2015), o governo Collor tratou com repressão e criminalização os movimentos sociais, além de não realizar avanços no que se referem aos problemas agrários. A política agrícola implementada demonstra que a prioridade estava centrada no crescimento econômico, tendo o mercado como regulador da organização produtiva.

Conforme aponta Pereira (2015), com a Lei Agrária de 1993 instituída no governo do presidente Itamar Franco, tem-se uma retomada da reforma agrária na agenda governamental, que por meio das disposições constitucionais e sua regulamentação, viabilizam a realização de desapropriações. Porém, as ações foram limitadas, sem avanços significativos no que se refere a reforma agrária no país.

Delgado (2005) aponta que o mercado econômico internacional e a política econômica (monetária, cambial comercial) interna, no primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), contribuem para a desvalorização do preço da terra, o que dificulta a política de Reforma Agrária. O autor justifica que:

Ao baratear o custo da terra, criam-se condições facilitadoras à sua incorporação para fins de reforma agrária. Ainda observando por esta ótica – desvalorizar o preço da terra pode ser visto como uma desvalorização do poder econômico dos latifúndios. Por outro lado, a recessão e o absenteísmo do estado na política agrícola dificultam a construção de uma política alternativa de desenvolvimento rural, onde o papel do estado teria que ser protagônico. (DELGADO, 2005, p. 12)

Pereira (2015) destaca que a política de reforma agrária do governo FHC serviu como uma medida de caráter paliativo a pobreza rural. No entanto, diante do crescimento das ocupações e conflitos no campo, com a atuação do MST no país, há a necessidade de retomar a reforma agrária como uma das pautas da política nacional.

No entanto, o Governo FHC edita a Medida Provisória nº 2027 de 1998, proibindo realizar vistorias nas áreas ocupadas pelos “sem terra”. (DELGADO, 2005) Medida que explicita, portanto, quais interesses eram defendidos por este Governo.

É importante esclarecer, segundo Pinheiro (2009), que o Poder Executivo mesmo com a Constituição não consegue implementar a reforma agrária, devido a atuação Poder Judiciário que limita a atuação do INCRA. Com isso, Pinheiro (2009) estabelece relação entre judicialização da política e as práticas jurídicas referentes a Reforma Agrária. A autora aponta o conservadorismo do Poder Judiciário brasileiro, visto que este apresenta deliberações contrárias as reformas políticas, o que inviabiliza os avanços sociais. Ainda conforme a autora:

[...] a ampliação da conquista e ampliação de direitos se dá no âmbito da sociedade civil e da esfera pública em sociedades democráticas. A fragilidade dessas estruturas pode impor um destaque ao Poder Judiciário, todavia, gerando distorções políticas no seio da sociedade, que passa a aguardar que o “direito” seja ditado por este Órgão de Poder. (PINHEIRO, 2009, p. 122)

Pereira (2015) aponta que três fatores foram importantes para as mudanças na conjuntura agrária brasileira: primeiro é a repercussão nacional e internacional da violência contra trabalhadores em Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA); segundo é o aumento dos conflitos e ocupações; e, por fim, a Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, organizada pelo MST. Esta propiciou visibilidade e notoriedade às questões levantadas pelo movimento. Oliveira (2007, p. 141-142) destaca que:

Este governo entrou para a História, marcado por um tipo de violência que não havia acontecido de forma explícita no Brasil [democrático]: quem passou a matar os camponeses em luta pela terra, foram as forças policiais dos Estados. O massacre de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás são os exemplos ocorridos no governo FHC. Estes dois massacres representavam a posição das elites latifundiárias brasileiras em não ceder um milímetro sequer em relação à questão da terra e da reforma agrária. O apoio dos ruralistas à base de sustentação política do governo FHC, tem tido como contrapartida duas práticas políticas pelo governo: a primeira, posição repressiva aos movimentos sociais e a segunda, no plano econômico, prorrogando não se sabe até quando, as dívidas destes latifundiários que não às pagam.

Conforme aponta Delgado (2005), ampliaram-se as desapropriações de terras após os massacres mencionados. Mas, para Oliveira (2007), a reforma agrária no governo FHC consistiu de momentos e estratégias diferentes ao lidar com a luta pela terra no país, em especial com a atuação do MST. Dentre essas estratégias destacam-se a criminalização dos movimentos (Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996) e outras mudanças legais, tais como a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996. Nesta Lei, segundo o autor, institui-se o

Imposto Territorial Rural (ITR) progressivo. Pereira (2015) afirma que a iniciativa de alterações no ITR não avançou e que a evasão fiscal continuou elevada, correspondendo a mais de 90% no ano de 1997.

Outra lei que deve ser destacada é a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, que objetiva “financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural”. (BRASIL, 1998) Este banco contava com recursos do Banco Mundial.

Segundo Pereira (2015), o modelo de Reforma Agrária adotado, com esta Lei, consistia em financiar a compra de terras por trabalhadores rurais “pobres”, no qual a negociação ocorria diretamente com os proprietários. Assim, com a criação do Banco da Terra, a reforma agrária fica prejudicada nos moldes até então estabelecidos, passando a ser caracterizada como uma reforma agrária de mercado.

Desse modo, a tentativa em solucionar a questão agrária nesse período, está pautada em instrumentos legais, que dispõem, sobre meios a serem utilizados para sanar a pobreza no campo e reduzir os conflitos agrários, por meio de leis que visam o reordenamento fundiário e o assentamento rural. Por outro lado, o que se nota é a ampliação dos conflitos no campo, um modelo de política agrária que não soluciona as questões sociais e a adoção de políticas econômicas que viabilizam quase que exclusivamente as demandas do mercado.

2.3.1 Concepções sobre mundialização, financeirização e monopolização e a Questão Agrária

A fim de entender as transformações ocorridas no território e analisar a questão agrária atual, cabe também discutir o processo de mundialização, financeirização e monopolização do território, pois estes fenômenos fornecem indícios sobre a maneira em que o capitalismo se desenvolve. Assim, a partir das mudanças e transformações ocasionadas por uma nova lógica de reprodução do capital, é possível compreender a questão agrária atual.

Chesnais (1996) aponta que a mundialização do capital corresponde a nova configuração do capitalismo mundial e aos novos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação. Além disso, esse fenômeno integra internacionalmente os mercados financeiros, ao mesmo tempo em que há a abertura dos mercados nacionais, decorrente da liberalização e desregulamentação econômica (CHESNAIS, 1996).

Em conformidade a esse pensamento, Oliveira (2012) destaca que a mundialização, se amplia a partir dos anos de 1990. Esse processo caracteriza-se pela integração do capital, em escala mundial e pela capacidade das empresas se tornarem mundiais.

Neste contexto, em que as economias nacionais estão integradas a demanda da economia mundial, compreende-se a mundialização como elemento analítico das relações políticas, econômicas e sociais (CHESNAIS, 1996). A partir da identificação desse fenômeno e do desenvolvimento do capital, têm-se as transformações espaciais e territoriais e, nessa lógica, estão inseridas as transformações na agricultura brasileira.

Neste contexto, segundo Oliveira (2012), observa-se a ampliação da importância do mercado como principal regulador, o que de certa forma “subordina” as políticas governamentais aos interesses do mercado. Com isso, as políticas de subsídios agrícolas destinadas a pequena produção e de soberania alimentar são enfraquecidas.

Assim, determinados gêneros agrícolas passam a integrar o mercado mundial e, com isto, participam da mundialização do mercado financeiro. A financeirização, para Chesnais (1996), pode ser entendida como um processo que se tem a concentração de poder e capital nas mãos de grupos oligopolistas. Chesnais (1996) ressalta, ainda, que a integração do mercado financeiro mundial resultou na abertura do mercado de câmbio, de crédito, de ações e obrigações e também favoreceu para o surgimento de novos produtos financeiros. Logo, a desregulamentação proporciona a instalação de empresas que atuam no mercado internacional em diversas áreas, inclusive agrícola.

As transformações ocorridas no Brasil, a partir da integração ao mercado financeiro mundial, podem ser identificadas principalmente após a crise cambial de 1999, em que a política de Estado voltada para a financeirização corrobora para a ampliação de capital na agricultura. Neste contexto, Delgado (2010) destaca que o Estado estimula a acumulação de capital no setor rural como política de desenvolvimento. Essa ação ocorre por meio da expansão das cadeias agroindustriais, sistema de crédito público e mercado de terras. Compreende-se que a expansão do agronegócio no território brasileiro é impulsionada pelas ações do Estado e é viabilizada por empresas mundiais e nacionais que atuam no mercado internacional e detêm poder para dominar e monopolizar a terra de acordo com os interesses do mercado mundial (*commodities*). Este contexto proporciona impactos diretos à sociedade, amplificando as suas contradições.

Oliveira (2012) destaca a intensificação da produção agrícola para atendimento da demanda internacional, em específico por *commodities*³. Essa produção passa a demandar

³ “*Commodity*. Refere-se a produtos que são produzidos para serem transacionados unicamente no mercado – nesse caso específico, no mercado internacional – e está associado a um tipo de organização da produção que representou historicamente a integração das economias e sociedades periféricas à divisão do trabalho no sistema capitalista internacional.” (CALDART, 2012, p. 133). As principais *commodities* são: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo, óleo de soja, etanol e boi gordo. (OLIVEIRA, 2012)

políticas e investimentos públicos a fim de expandir a sua área, produtividade, produtos e renda, disputando espaço político e econômico com a produção de alimentos.

Dentre as *commodities*, tem-se o suco de laranja concentrado e congelado que, historicamente, sempre teve sua produção destinada para o mercado externo. Borges (2004), a partir desta constatação, evidência a dependência do setor citrícola brasileiro à dinâmica do mercado de consumo e produção internacional. Somado a isto, é importante considerar que, por produzir uma commodity com preço definido principalmente pela Bolsa de Mercadorias e Futuro de Nova York, a dependência ao mercado externo é ampliada, visto que depende das oscilações do mercado (especulativas).

A autora também destaca que o setor citrícola, para manter seu mercado, realiza investimentos para a expansão da produção, promovendo mudanças tecnológicas, espaciais (migração da atividade no estado de São Paulo) e, portanto, na formação e reorganização de seu território. Neste processo, é mantido e ampliado as contradições do espaço agrário, onde se observa a concentração da estrutura de mercado da indústria das processadoras (oligopólio concentrado), ao mesmo tempo em que há a exclusão e desistência de parte dos produtores citrícolas.

O setor sucroenergético também se destaca, a partir da década de 1990, quando há a extinção do Instituto do Açúcar e Alcool (IAA) e, com isso, a ampliação do poder de decisão do setor privado (Agroindústrias Sucroenergéticas). Essa mudança altera a dinâmica do setor, que somada a demanda crescente, no século XXI, por fontes renováveis de energia, aliadas a novas tecnologias (*flex fuel*), impactam positivamente a escala de produção de cana-de-açúcar nas regiões tradicionais, bem como em novas áreas.

Baccarin (2017) ressalta que um dos aspectos que indicam a ampliação das áreas de cana-de-açúcar, são os arrendamentos ou parcerias dos pequenos e médios agricultores, pelos usineiros ou grandes fornecedores de cana. O autor identifica que o tamanho médio e importância das áreas com produção canavieira correspondem a mais de mil hectares. Além disso, Baccarin, Gebara e Factore (2009) observam o aumento do tamanho médio das agroindústrias e dos “grupos sucroalcooleiros”. Características que, portanto, contribuem para a ampliação da concentração da posse da terra e manutenção das contradições.

Borges e Costa (2013) observam que há uma onda de fusões e aquisições no setor, a partir do século XXI, com 147 operações, das quais 79 ocorreram entre 2007 e 2011, o que ajuda a exemplificar a dinâmica recente deste setor. Além disso, pode-se observar que destas

operações 40 são de empresas estrangeiras comprando empresas brasileiras, o que denota o interesse deste setor pelo mercado internacional. Oliveira (2012) observa que este processo de fusão e aquisição, onde há o controle de parcela substancial dos meios e modos de produção por alguns grupos, contribui para a territorialização dos monopólios.

A dinâmica do setor impacta também as relações de trabalho, segundo Santos (2009), com a reestruturação produtiva, no interior do “setor sucroalcooleiro” verifica-se a precarização do trabalho, oriundo da intensificação das forças produtivas e da dinâmica do capital, no qual, se mantem os padrões de acumulação, além disso, com o desenvolvimento do capital industrial financeiro tem-se o reordenamento o territorial.

Estas dinâmicas setoriais, segundo Oliveira (2012), expressam o processo de territorialização dos monopólios e de monopolização do território que acabam controlando direta e indiretamente a propriedade privada da terra, o processo produtivo e o processamento industrial.

Outro agente fundamental para este processo de territorialização é o Estado, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Borges e Costa (2012) destacam a importância deste Banco, como credor de longo prazo, para a instalação e expansão de agroindústrias sucroalcooleiras no país.

Assim, as empresas em seu processo de crescimento se valem da obtenção de recursos financeiros, dentre outros, no BNDES, para viabilizar suas estratégias de expansão, instalação e, inclusive, de fusão e aquisição (BORGES; COSTA, 2012). Ações estas que permitem controlar o espaço e participar/viabilizar o processo de territorialização. As empresas (agroindústrias/grupos sucroenergéticas) se colocam, portanto, em condição de domínio sobre um grande número de empresas que atuam sobre o espaço, controlando as formas e os meios de uso e ocupação deste, contribuindo para a monopolização do território. Oliveira (2012) destaca que os processos de fusões e aquisições revelam a dimensão capitalista, no qual o Estado propicia a reprodução da lógica capitalista via participação do BNDES e dos fundos de pensão e, portanto, da territorialização do monopólio.

Ao identificar a especificidade do setor sucroenergético e a sua viabilização por meio do BNDES, evidencia-se que a participação do Estado contribui para a ampliação da atuação dos agentes econômicos (agroindústrias) sobre o espaço e, com isso, formando/modificando o território. Condição que preserva a concentração fundiária e mantém a exclusão e expropriação da classe trabalhadora.

A manutenção da concentração de terras, a improdutividade de algumas dessas áreas, bem como o não pagamento de impostos pelos latifundiários, mostra o privilégio que determinada camada da sociedade possui, que mesmo com prerrogativas legais (função social da terra) burlam as leis. (OLIVEIRA, 2007; DELGADO, 2010; SOUZA, 1999).

Oliveira (2007) evidencia que há um percentual muito grande de terras que não cumprem com sua função social, em desacordo com a Constituição Federal. Oliveira (2007, p. 133) evidencia que:

Estas grandes extensões de terras estão concentradas nas mãos de inúmeros grupos econômicos porque no Brasil, ela funciona, ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumento de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Assim, o Brasil tem uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis.

A utilização da terra como reserva de valor, como mercadoria, se deve a sua subordinação à agricultura capitalista, condição que se amplifica no contexto de economia mundializada. Conforme Souza e Borges (2017), a lógica da terra enquanto mercadoria propicia a expansão do valor da produção, que é caracterizado pelo alto grau de exploração do trabalho. Assim, “a territorialização do monopólio se estabelece pelos mecanismos de imposição de relações sociais de poder aos sujeitos sociais camponeses e às comunidades tradicionais nos processos produtivos”. (J. SOUZA, 2014, p. 2).

Portanto, a inserção do Brasil em uma lógica mundializada e o desenvolvimento econômico do país centrado na especulação e acumulação, permanecem ocasionando impasses a aqueles que estão à margem dos processos. Logo, diante do modelo de produção e da territorialização do monopólio, ampliam-se as questões de classe.

3 OS ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL E NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Este capítulo apresenta a implantação de assentamentos rurais no Brasil, considerando os diferentes períodos históricos, a partir da década de 1960. Analisa-se o contexto histórico do surgimento desses assentamentos, no qual o movimento de luta realizado por trabalhadores rurais e camponeses, em busca de melhores condições de vida e trabalho, forneceu elementos para a criação de assentamentos rurais no país. Após, é identificado a evolução no número de assentamentos criados a partir da década de 1990, as políticas que fundamentam a busca em solucionar o problema agrária do país, bem como os tipos de assentamentos existentes. Esta discussão é, principalmente, para Brasil, mas também há a apresentação de dados para o estado de Minas Gerais e o município de Ituiutaba.

3.1 Breve histórico dos assentamentos no período da década de 1960 a de 1989

Ao longo das décadas, observam-se no campo brasileiro algumas mudanças nos meios de produção, mas também no tamanho e distribuição dos estabelecimentos agropecuários.

Neste contexto, faz-se necessário evidenciar os assentamentos rurais que se constituem da materialização da luta de homens e mulheres por terra e território. Assim, território é onde se dá a reprodução de diversos modos e meios de vida. Além disso, identifica-se também como um elemento de investigação, em que parte dessa materialização se insere como resultado de uma política de reforma agrária no país e que, por conseguinte, permite a criação e recriação dos sujeitos enquanto classe social. A implantação de assentamentos rurais no país é resultado das pressões, lutas e resistência de diversos grupos sociais e a adoção dessa política de reforma agrária, inicialmente, objetivava diminuir os conflitos e mobilizações pela reforma agrária. (OLIVEIRA, 2007)

Diante da complexidade do termo assentamento, Fabrini (2002) o define como:

O assentamento é um território que expressa conteúdo histórico resultante de processos políticos e sociais, ou seja, trata-se de um espaço onde se materializam as relações sociais, no caso, relações camponesas. Neste espaço, se constituem relações econômicas, políticas e sociais. Então, cabe compreender como estas relações se realizam no espaço e como este território construído (espaço social) torna-se condição de manutenção ou produção de novas ou antigas relações. (FABRINI, 2002, p. 118)

No mesmo sentido, Almeida (2006 p. 268) define assentamento como: “[...] unidade territorial, parcela do território capitalista sob domínio do camponês e, quando existente, é

inequívoca sua distinção em relação à grande propriedade, ao uso que o capitalista faz de sua parte do território.”

A partir disso, compreende-se o assentamento como resultado da materialização das relações sociais em um determinado espaço e que as disputas e lutas políticas viabilizam a construção de seu território.

Os assentamentos rurais correspondem às áreas de uso agrícola em que imóveis rurais estavam em posse e propriedade de um único dono. Esta área é desapropriada e dividida entre um número maior de famílias, por meio de políticas públicas, sendo o Estado o responsável.

De acordo com Bergamasco e Norder (1996), o termo assentamento surge primeiramente em meados dos anos de 1960, no processo de reforma agrária vivenciado na Venezuela. A partir disso, para os autores, os assentamentos rurais passam a ser tratados como novas unidades agrícolas criadas por meio de políticas públicas, com o objetivo de reordenamento do uso da terra e, por consequência, com o propósito de atender as demandas de trabalhadores sem terra ou com pouca terra.

O Incra define o assentamento rural como um conjunto de unidades agrícolas independentes, em áreas onde existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Essas unidades chamadas de parcelas, lotes ou glebas são instaladas e entregues pelo Incra. Todavia, a quantidade e o tamanho dos lotes de um assentamento dependem das condições edafoclimáticas da localidade. Portanto, os lotes dependem das condições produtivas que o espaço proporciona. (INCRA, 2017^a)

É importante considerar que sete assentamentos surgiram antes, da década de 1960, no Brasil, sendo: PIC⁴ Monte Alegre – PA em 1927; Núcleo Colonial Santa Cruz – RJ em 1930; Núcleo Colonial Tingua – RJ em 1938; Núcleo Colonial Duque de Caxias – RJ em 1941; PIC Macaé – RJ em 1951; PIC Papucaia – RJ em 1951; PIC Santa Alice – RJ em 1955. (INCRA, 2017b)

Na década de 1960, especificamente em 1965, tem-se a criação do assentamento PIC Caxangá, localizado no município de Ribeirão (PE), em uma área de 19.724 hectares, assentando 971 famílias (naquela época) e, atualmente, 870 famílias (INCRA, 2017b). Este está na Zona da Mata Pernambucana, onde ocorreram diversas lutas (ANDRADE, 1964). O autor aponta que as lutas na zona da mata, região onde se localizavam as principais usinas de cana, foram realizadas pelos trabalhadores desta atividade. É importante retomar que este

⁴ PIC (Projeto Integrado de Colonização), termo em desuso. Este Projeto deixou de ser criado a partir da década de 1990. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>.

estado é um dos primeiros a apresentar a luta no campo, com a formação de entidades de representação, já na década de 1940 (MEDEIROS, 1989).

Segundo Andrade (1964), os proprietários das usinas, diante do empobrecimento, descontentamento e insatisfação dos trabalhadores rurais, contratavam parte destes para realizar pequenos trabalhos de assistência, como um paliativo às insatisfações, ou adotavam medidas drásticas e violentas para conter as vontades populares. É a partir da revolta geral da “massa camponesa” e de suas lutas que se conseguiu pressionar os políticos para melhorias nas condições desses trabalhadores.

É importante contextualizar, também, que o assentamento de PIC Caxangá surge pós-golpe de 1964, no qual os militares adotam ações de cunho modernizante, que já estavam previstas anteriormente, dentre elas a reforma agrária que adquire corpo legal por meio da Emenda Constitucional n. 10, alterando a Constituição de 1946 (BRASIL, 1964) e do Estatuto da Terra (MEDEIROS, 1989). É disposto no Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, a regulação dos direitos e obrigações dos imóveis rurais. O não cumprimento destas obrigações viabiliza o direcionamento deste imóvel para a realização da Reforma Agrária, como também assegura a oportunidade da propriedade da terra a todos, sob a condição do cumprimento da função social da terra (BRASIL, 1964).

Dessa forma, com uma política endurecida e repressora (1964 a 1985), os avanços quanto a solução das demandas da classe trabalhadora rural se efetivaram, visto que, foram criados 64 assentamentos rurais no país (QUADRO 3).

Quadro 3. Assentamentos rurais implantados no Brasil, por estado, 1964 a 1989.

PERÍODO	Nº ASSENTAMENTOS	ESTADOS
De 1964 a 1969	2	Pernambuco e Rio de Janeiro
De 1970 a 1979	19	Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão, Mato Grosso, Acre,
De 1980 a 1985	43	Ceará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Acre, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraíba, Sergipe, Piauí, Roraima e Distrito Federal
De 1986 a 1989	497	Tocantins, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Ceará, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão, Mato Grosso, Acre, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Amapá, Alagoas, Sergipe, Piauí, Roraima, Distrito Federal

Fonte: INCRA (2017b).

Observa-se que, neste período, o maior número de assentamentos rurais implantados no país ocorre na década de 1980, período de crescimento das organizações e movimentos sociais para a Democracia e outras demandas sociais. Este período compreende o governo do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo que foi responsável pelo início do processo de abertura política. A partir deste momento, amplia-se o número de assentamentos, e sua implantação acontece em vários estados brasileiros.

Em 1985, no governo do presidente José Sarney, é promulgado o Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, que institui o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Este Plano traz como objetivo geral:

Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural. (BRASIL, 1985)

Diante disso, tem-se a desapropriação de imóveis rurais que não cumprem a função social. Vale ressaltar que, mesmo assim, as metas estabelecidas no Plano não foram atendidas plenamente.

Nesse período, que marca o fim da ditadura militar e a reconstrução da democracia no país, cresce qualitativamente as lutas no campo e a consolidação das ocupações e acampamentos como formas de lutas pela terra. Estas foram adotadas para pressionar o governo a realizar a reforma agrária, dando maior visibilidade às questões do campo. (MEDEIROS, 1989)

Apesar de caracterizar um período de redemocratização, ainda se observaram marcas da violência no campo. No ano de 1985, no país, ocorreram 768 conflitos, em que 216 pessoas foram mortas/assassinadas, 1.363 feridas e 557 presas. (CPT, 1985) A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registra, para os anos de 1988 e 1989, 151 ocupações. (CPT, 1988, 1989) Em Minas Gerais, os conflitos foram evidenciados por um número elevado de ameaças de mortes, 50 mortes, 5 feridos e 5 presos. Destes conflitos, ocorreram 65 ocupações, abrangendo 21.123 famílias. A CPT (1985, p. 19) analisa o estado da seguinte maneira: “A terra do “entendimento” [...] revelou, em 1985, ser, antes de tudo, uma terra de “coronéis modernos”, tendo em comum com os antigos a violenta defesa do “patrimônio””.

A partir desse período, especificamente pós Constituição de 1988 e a derrota do I PNRA⁵, há um crescimento do número de ocupações. Segundo Oliveira (2007), os conflitos agrários no Brasil são resultado de uma questão histórica, visto que as políticas públicas não foram capazes de solucionar os problemas agrários.

Nesse sentido, as lutas por reforma agrária, a partir de 1988, passam a priorizar as ocupações em várias partes do país, como forma de luta e resistência, principalmente naquelas regiões onde o agronegócio predominava e, com isso, as contradições do campo. Esta forma de luta persiste ao longo do tempo.

Diante da ampliação das desigualdades oriundas das relações de poder desenvolvidas no espaço, destacam-se as ocupações como importante instrumento de resistência e luta dos grupos sociais, a fim de combater a exploração e exclusão, simbolizando um dos elementos importantes para se compreender a questão agrária (FERNANDES, 2001). Com o desenvolvimento do capitalismo no campo, o autor entende que o ato de resistência

⁵ Considera-se derrota do I PNRA, pois haviam metas para realização da reforma agrária no país e estas não foram atingidas.

camponesa é próprio dessa lógica contraditória e elemento fundamental para a resolução desses problemas.

Nesse contexto, em que as ocupações se tornam uma das principais formas de garantir o acesso à terra, surgem na década de 1980, os primeiros assentamentos rurais em vários estados (QUADRO 2), dentre eles em Minas Gerais, especificamente, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

A criação do primeiro assentamento rural do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba ocorreu em setembro do ano de 1986, no município de Limeira do Oeste. Este é denominado PA Iturama e é dividido em 131 lotes, com uma área de 2.486,1703 hectares. É importante destacar que, em 2017, este assentamento era composto por 117 famílias cadastradas. (INCRA, 2017c)

Assim, a apropriação do espaço brasileiro é marcada pela questão agrária, em que as contradições são sustentadas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo. E em diversos períodos demonstram que a contradição existente é a base para que esse modo de produção se desenvolva. Logo, a concentração fundiária, os conflitos por terra, a mundialização da agricultura e a política econômica do Estado, direcionada ao mercado mundial, intensificam as condições de subordinação e exploração da classe trabalhadora.

Deste modo, frente à luta evidenciada e observações a respeito da questão agrária no país, entende-se que a economia do agronegócio representa uma estratégia de ampliação de lucro e renda da terra, no qual se apropria do território, gerando mantendo e/ou mudando as condições estruturais e sociais. Com isso, para romper com essa hegemonia do grande capital, a resistência e luta de grupos sociais são primordiais para a transformação social, a partir de suas práticas, na construção e reconstrução de territórios e territorialidades.

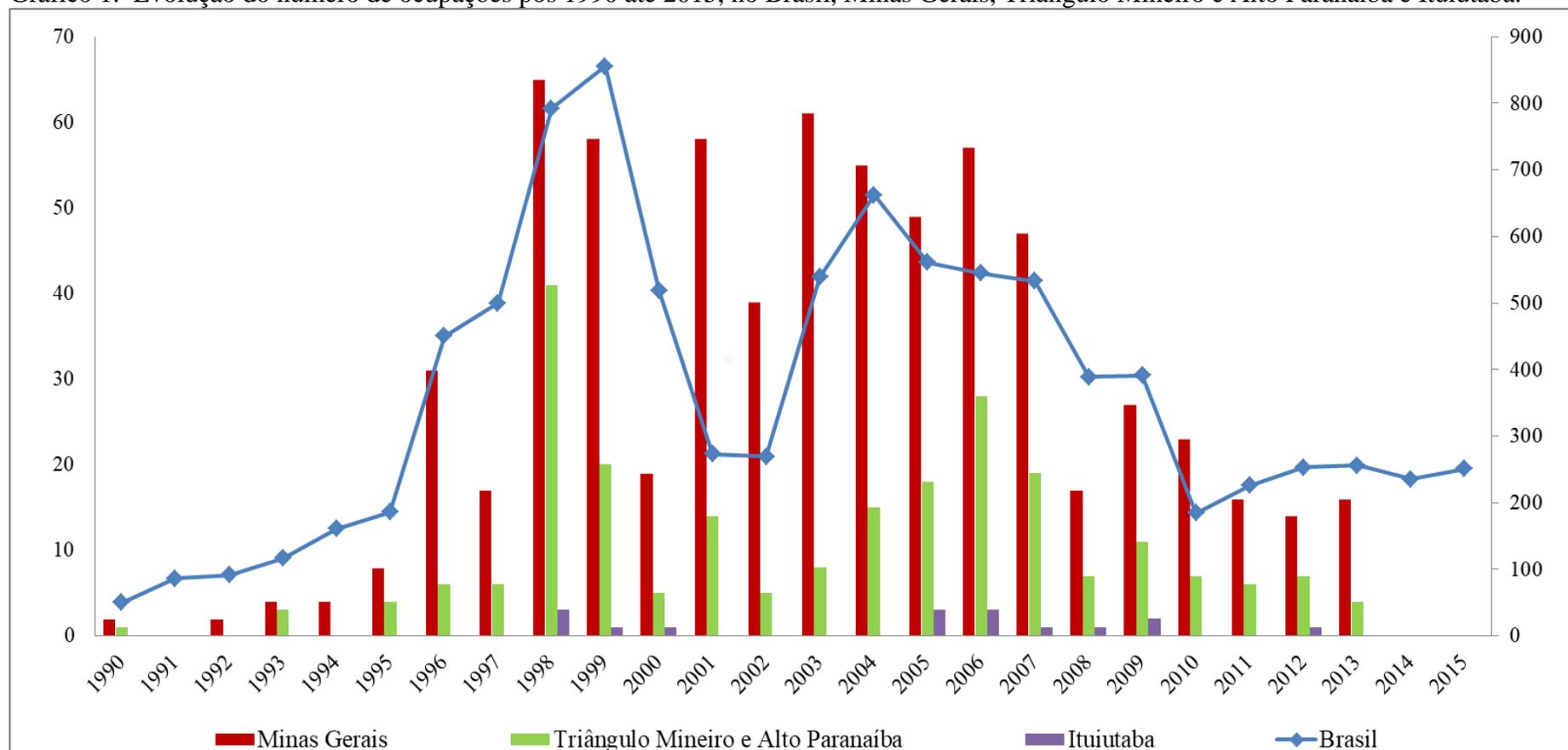
A década de 1990, portanto, consiste em um período que há crescente mobilização social pela reforma agrária, com ações de diferentes grupos sociais e ação do Estado, por meio do INCRA, viabilizando a criação de assentamentos rurais.

3.2 Ocupação e Assentamentos rurais pós 1990: evolução e tipos

A partir da década de 1990, observa-se o crescimento dos conflitos no campo (GRÁFICO 1), sendo que o período de 1998 a 2006 é o que compreende a maior média de ocupações. As ocupações de terras são as práticas de resistência e luta pela terra. Conforme destacado por Fernandes (2001), a ocupação é uma importante forma de acesso a terra, em que os trabalhadores se inserem no processo político e econômico contra a expropriação, a fim de possibilitar sua criação e recriação em determinada espacialidade.

De acordo com o Dataluta (2015), de 1995 a 1999, ocorreram no Brasil 2.784 ocupações. Em Ituiutaba, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, também é possível observar a evolução das ocupações, a partir da década de 1990. Estas acompanham a tendência observada no Brasil, estado de Minas Gerais e Mesorregião (GRÁFICO 1).

Gráfico 1. Evolução do número de ocupações pós 1990 até 2015, no Brasil, Minas Gerais, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e Ituiutaba.



Fonte: Dataluta Brasil (2015) Dataluta MG (2014)

Esse crescimento nas ocupações, favoreceram à constituição de assentamentos rurais, o que denota a capacidade organizativa dos grupos sociais, bem como a distribuição de terras, como resultado positivo.

O processo de criação de assentamento é divulgado por meio de publicação no Diário Oficial da União, no qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos para assegurar a implantação (INCRA, 2017).

As terras para a realização da Reforma Agrária são obtidas por diferentes maneiras. Segundo Delgado (2005), a obtenção de terras para a Reforma Agrária pode ser realizada por arrecadação de terra devoluta pública, compra, utilização de crédito fundiário e desapropriação. A desapropriação pode ocorrer em situações em que o imóvel não cumpre sua função social prevista em lei.

Para a instalação das famílias, os beneficiários recebem os primeiros créditos para o plantio de alimentos e, posteriormente, a determinação dos lotes que são realizados via sorteio. Após, faz-se o repasse de créditos produtivos para investimento, diversificação e melhoria do processo produtivo (INCRA, 2017a).

No país, há diferentes tipos de assentamentos rurais, sendo o Inca o órgão responsável pela criação e reconhecimento dos projetos. De acordo com o Inca (2017a), os assentamentos estão divididos nos seguintes tipos de grupos: na forma tradicional, identificam-se os Projetos de Assentamentos (PAs); e na forma ambientalmente diferenciado, têm-se os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE), Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Assentamento Florestal (PAF).

Além destes tipos de assentamentos, há mais dois reconhecidos pelo Inca, que são o Projeto de Assentamento Casulo (PCA)⁶ e o Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). Logo, no Brasil há estes 6 tipos de assentamentos criados pelo Inca, bem como 9 “áreas de assentamento” reconhecidas, totalizando 15 tipos de assentamentos rurais⁷. Estas áreas de assentamento são: Projeto de Assentamento Estadual (PE); Projeto de Assentamento Municipal (PAM); Programa Nacional de Crédito Fundiário (antigo Programa Cédula da Terra) (PCT); Reservas Extrativistas (RESEX); Território Remanescentes Quilombola (TRQ); Reconhecimento de Assentamento de Fundo de Pasto (PFP);

⁶ Modalidade revogada pela Portaria Inca nº 414, de 11 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2017.

⁷ Disponível em: <http://www.inca.gov.br/assentamentoscriacao>.

Reassentamento de Barragem (PRB); Floresta Nacional (FLONA); e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). (INCRA, 2017d)

Observa-se ao longo das décadas, que um dos períodos em que há a criação do maior número de assentamentos foi no segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, quando criaram-se 2.326 (TABELA 1), o que corresponde a 26,46% do total de assentamentos de 1990 a 2017. Segundo Oliveira (2007), a ampliação das ocupações realizadas pelos movimentos sociais pressionou o governo a ampliar os assentamentos e demonstrou a importância da política de reforma agrária, para o atendimento da pressão das demandas sociais. Assim, o governo viu-se obrigado a agir, com a criação de assentamentos rurais, a fim de conter as mobilizações e as organizações contrárias ao governo.

Diante disso, “O governo Cardoso nos seus oito anos praticamente dobrou a área de terras obtidas para a Reforma Agrária, de 2% para mais de 4% do território nacional, processo que praticamente se paralisou em 2002 e 2003”. (DELGADO, 2005, p. 20)

Tabela 1. Número de assentamentos rurais criados no Brasil, da década de 1990 até o ano de 2017.

Período de Governo	Governo do País	Assentamentos				Família	
		Número	Participação no total de assentamentos (%)	Área (ha)	Participação no total da área (%)	Número de Cadastros	Participação no total de cadastros (%)
1991-1994	Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994)	344	3,91	2.623.711,53	3,51	44.611	5,20
1995-1998	Fernando Henrique Cardoso	2.327	26,47	12.399.115,03	16,59	266.307	31,02
1999-2002	Fernando Henrique Cardoso	1.947	22,15	8.708.361,16	11,65	142.937	16,65
2003-2006	Luís Inácio da Silva (Lula)	2.304	26,21	31.371.947,37	41,99	266.586	31,05
2007-2010	Luís Inácio da Silva (Lula)	1.220	13,88	16.442.063,08	22,00	101.582	11,83
2011-2014	Dilma Vana Rousseff	510	5,80	2.928.224,48	3,92	33.920	3,95
2015-2018*	Dilma Vana Rousseff (2015-2016) e Michael Temer (2016-2018)**	117	1,33	247.720,25	0,33	2.652	0,31
TOTAL DE ASSENTAMENTOS		8.769	100	74.721.142,90	100	858.595,00	100

* Os dados terminam em 2017, sem completar o período do último mandato de governo. ** Apresenta-se os dois Presidentes do último período, mesmo com a ilegitimidade do último Presidente.

Fonte: INCRA (2017b).

No governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, a partir da pressão dos movimentos sociais, foi nomeado um grupo de trabalho, com integrantes desses movimentos, responsável por elaborar um documento que pudesse resolver o problema agrário no Brasil. Do trabalho deste grupo resultou o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) (RAMOS FILHO, 2008) que foi apresentado durante a Conferência da Terra, no ano de 2003.

O II PNRA corresponde a uma agenda a ser cumprida no período de 2003 a 2006. De acordo com as diretrizes desse Plano, previa-se realizar 11 metas para transformar o campo brasileiro, sendo elas (QUADRO 4):

Quadro 4. Metas previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Metas II PNRA - 2003/2006
400.000 novas famílias;
regularizar a posse de 500.000 famílias;
beneficiar 150.000 famílias com o Crédito Fundiário;
recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;
implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;
reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;
garantir assistência técnica e extensão rural;
capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;
e “universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Fonte: Adaptado de BRASIL (2005, p. 38).

A partir deste documento, tem-se a criação de 2.304 assentamentos, com 31,37 milhões de hectares e 266.586 famílias cadastradas (TABELA 1). No segundo mandato, há a continuidade das ações de assentamento, mas em proporção menor que o observado no primeiro governo.

É importante destacar que estas transformações sociais ocorreram em intensidade menor do que o esperado pelos movimentos sociais, mas superior ao observado nos demais governos, especificamente quanto ao número de famílias cadastradas e área destinada a assentamentos.

No estado de Minas Gerais, foram criados e reconhecidos pelo Incra 327⁸ assentamentos rurais, com capacidade de 19.152 famílias, ocupando uma área de 823.206,9688 hectares, desse total (327), se distribuem em 4 tipos de assentamentos: Projetos de Assentamentos – PAs (84,1%), Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE (0,30%), Projeto de Assentamento Estadual – PE (4,6%) e Reassentamento de Barragem – PRB (11,9%) (INCRA, 2017c). Essa distribuição denota, portanto, a predominância dos assentamentos do tipo tradicional.

Desses 85 localizam-se na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, distribuídos em uma área de 121.151,6561 hectares, com capacidade para 4.448 famílias.

⁸ Anterior a esse período de análise, 10 assentamentos foram implementados no período de 1986 a 1989, dos quais 2 no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Portanto, o número total são: 337 assentamentos no estado e 87 na mesorregião. (INCRA, 2017).

(INCRA, 2017) Esses assentamentos são, exclusivamente, do tipo Projeto de Assentamentos (PAs). (INCRA, 2017c)

É importante destacar que a responsabilidade, por este tipo de assentamento, se divide entre o Incra e a União. O primeiro é responsável pela obtenção da terra, criação dos assentamentos e seleção das famílias beneficiárias. E, a União é responsável pelo aporte de recursos de crédito, apoio à instalação, crédito de produção, infraestrutura básica e titulação. (INCRA 2017a)

Os assentamentos rurais do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possuem participação significativa no estado de Minas Gerais. A participação da área dos assentamentos existentes no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba corresponde a 14,72% das áreas destinadas aos assentamentos do estado de Minas Gerais (TABELA 2). O número de famílias assentadas, na mesorregião, representa 25,99% do total do estado.

Tabela 2. Assentamentos rurais no estado de Minas Gerais e mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no estado, a partir de 1990 até 2017.

	Minas Gerais	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Participação do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (%)
Área dos assentamentos (ha)	823.207	121.152	14,72
Número de assentamentos	327	85	25,99
Número de famílias*	19.152	4.448	23,22

* Capacidade do assentamento em número de famílias.

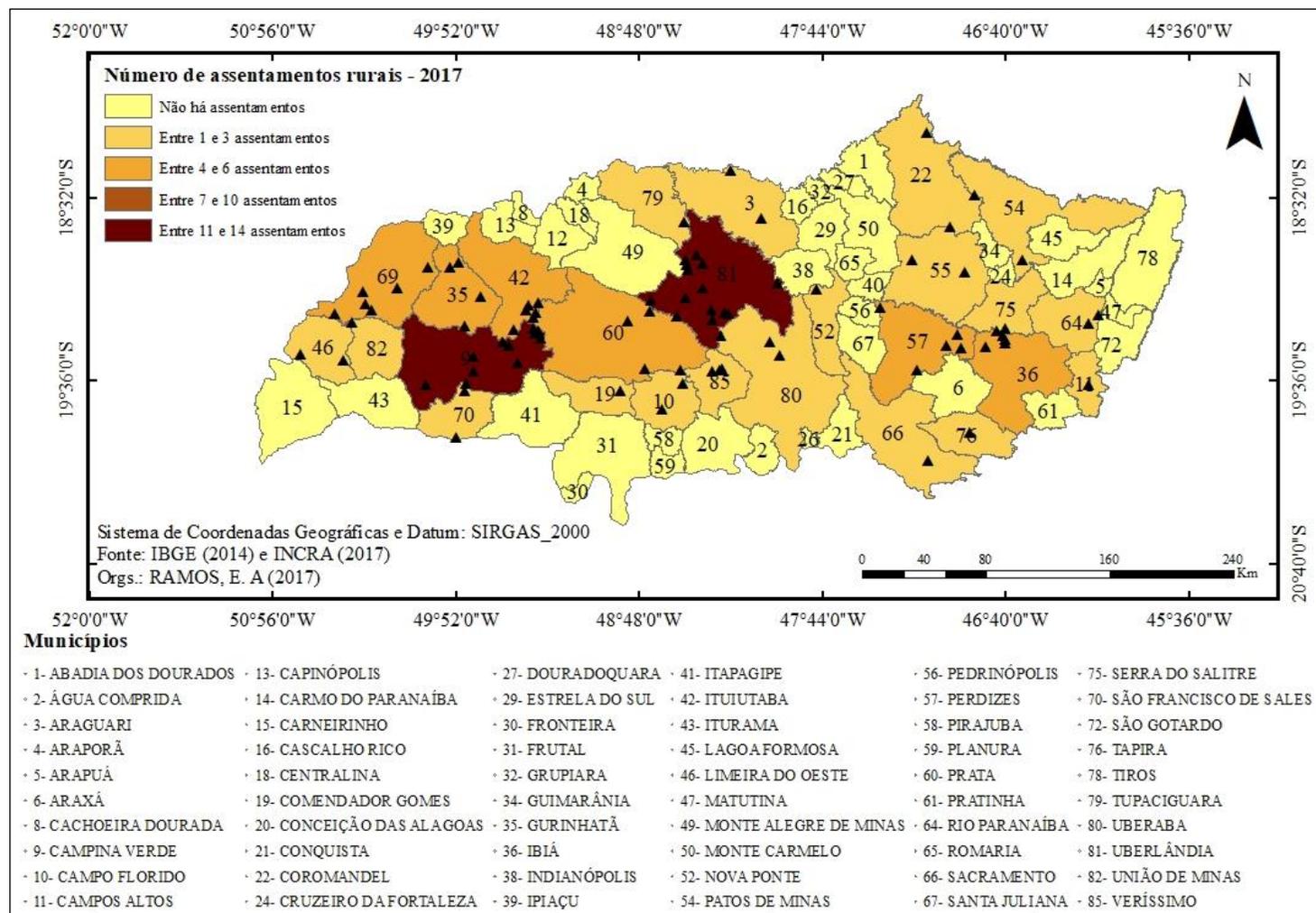
Fonte: Elaborada a partir de INCRA (2017c).

Pode-se considerar que o número de assentamentos rurais criados no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba expressa a existência de terras improdutivas, já que a desapropriação é realizada, exclusivamente, em grandes propriedades rurais que não cumprem função social. (BRASIL, 1988) E com a conquista da terra, os assentados passam a ter outras demandas, tais como os meios de produção para iniciar a atividade econômica. O assentamento, além de ser um espaço para a moradia, produção agrícola, pecuária e/ou agroindustrial, é também lugar de debate político, visto que a conquista da terra possibilita aos assentados inclusão produtiva, social e política. (FABRINI, 2002)

Esses assentamentos existentes na mesorregião estão localizados nos municípios de: Araguari, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Comendador Gomes, Coromandel, Gurinhatã, Ibiá, Ituiutaba, Limeira do Oeste, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Perdizes, Prata, Rio Paranaíba, Sacramento, Santa Vitória, São Francisco de Sales, Serra do Salitre, Tapira, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo (MAPA 2).

Destes 26 municípios, destaca-se Uberlândia por possuir o maior número de assentamentos (14), seguido por Campina Verde (12) e Ituiutaba e Santa Vitória com 6 assentamentos em cada município. O número de assentamentos existente nestes municípios corresponde a 43,68% do total da mesorregião (INCRA, 2017c).

Mapa 2. Localização e número de assentamentos rurais no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em 2017.



Org.: A autora.

- Assentamentos do município de Ituiutaba

No município de Ituiutaba há seis assentamentos rurais: PA Chico Mendes, PA Divisa, PA Douradinho, PA Engenho da Serra, PA Pântano Mariano e PA Renascer. Os seis assentamentos do município correspondem a 6,40% da área total dos assentamentos e a 7,06% do número total de assentamentos da mesorregião (TABELA 3). Portanto, o território destes são elementos investigativos que permite identificar as formas de poder inseridas/existentes no espaço agrário de Ituiutaba.

Tabela 3. Número de assentamentos rurais de Ituiutaba no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, a partir de 1990 a 2017.

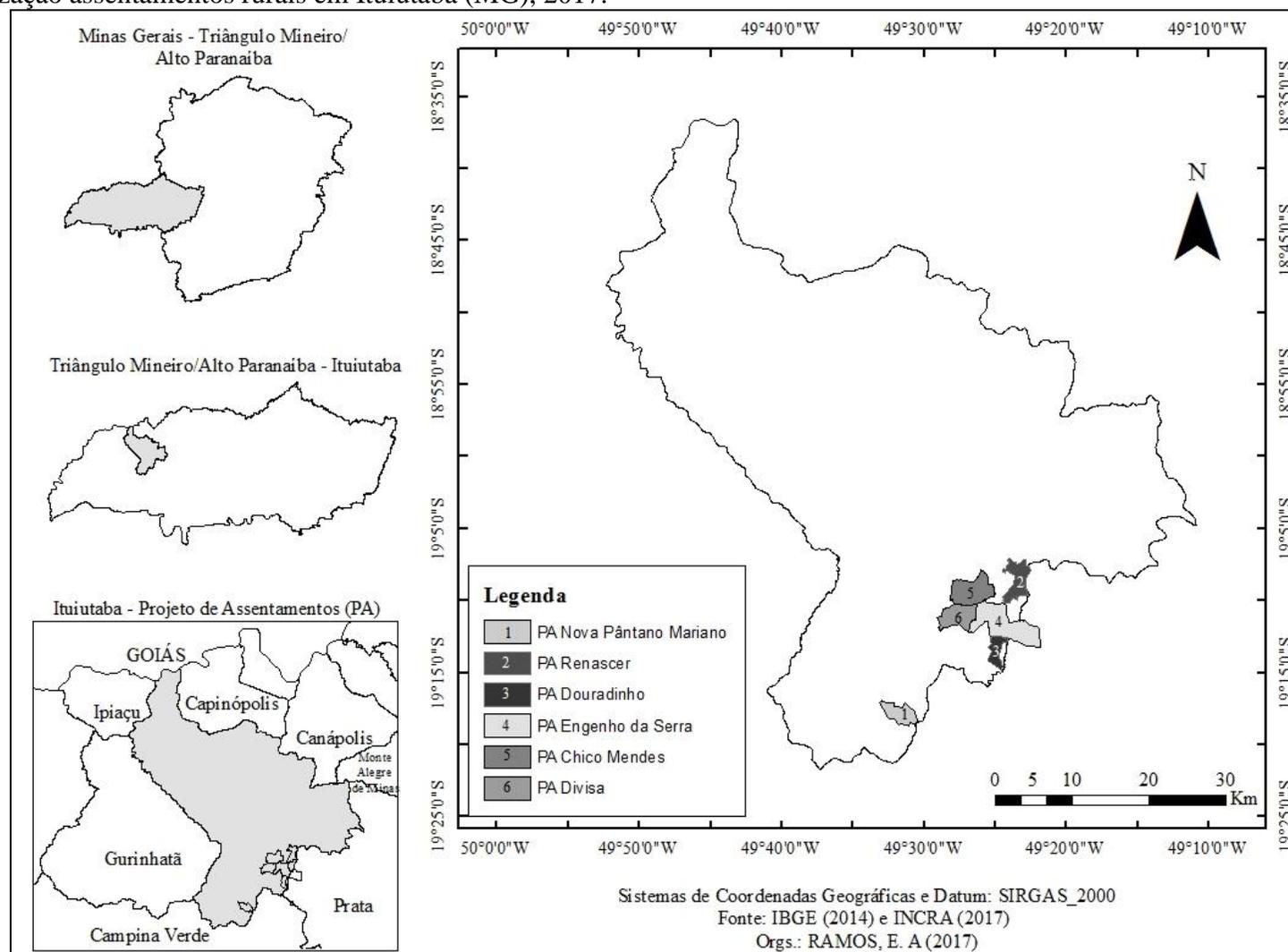
	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Ituiutaba	Participação do município de Ituiutaba (%)
Área dos assentamentos (ha)	121.152	7.748	6,40
Número de assentamentos	85	6	7,06
Número de famílias*	4.448	209	4,70

* Capacidade do assentamento em número de famílias.

Fonte: Elaborada a partir de INCRA (2017c).

Esses assentamentos estão localizados na porção sul do município (MAPA 3), sendo que cinco deles são limítrofes (Chico Mendes, Divisa, Engenho da Serra, Douradinho e Renascer). De acordo com a delimitação da área dos assentamentos, o PA Engenho da Serra possui parte de sua área no município de Prata, mas segundo a atualização de cadastros do Incra (2017c), este está registrado no município de Ituiutaba.

Mapa 3. Localização assentamentos rurais em Ituiutaba (MG), 2017.

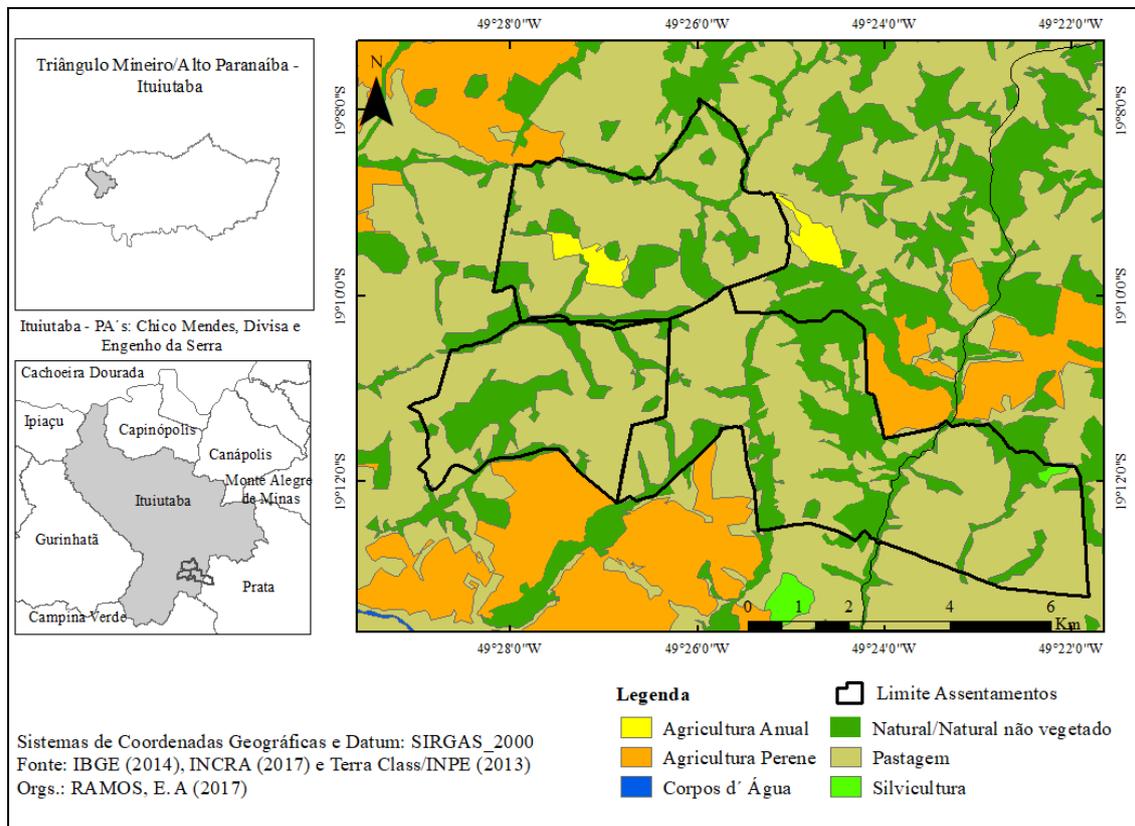


Org.: A autora

Dentre os assentamentos existentes no município, três foram criados na década de 1990: Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra. A área total desses assentamentos corresponde a 5.276,924 hectares, onde vivem o total de 136 famílias. (INCRA, 2017c)

O uso da terra nos assentamentos corresponde a uma área em que é identificado áreas de pastagem e vegetação natural/natural não vegetado, entretanto, identifica-se além destas áreas mencionadas o cultivo de agricultura anual no PA Chico Mendes e silvicultura no PA Engenho da Serra (MAPA 4).

Mapa 4. Uso da terra nos assentamentos rurais do município de Ituiutaba.



Org.: A autora.

Predomina-se nos assentamentos o uso da terra por pastagem. Já no entorno deste território, há existência do uso da terra por agricultura perene. E ao realizar trabalho de campo nessa área, foi possível verificar que esta cultura é a lavoura de cana-de-açúcar. No capítulo a seguir faz-se a caracterização do uso da terra pelas lavouras e identificação das áreas de pastagens, permitindo assim, constatar a ampliação da produção de *commodities* no município, sendo um dos fatores que altera a organização espacial deste.

4 CARACTERIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DA MESORREGIÃO DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA E DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA

Neste capítulo é caracterizado o estado de Minas Gerais, evidenciando as principais atividades econômicas desenvolvidas, no estado, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e no município de Ituiutaba. Para tal, identifica-se a participação da pecuária e da agricultura, este por meio da área colhida das lavouras temporárias e permanentes e a pecuária pelo tamanho do rebanho bovino, da produção de leite e das áreas de pastagem.

Identifica-se o uso da terra pelas atividades agrícolas na mesorregião e no município de Ituiutaba, onde se localizam os assentamentos do estudo. Para tal, foi utilizado: o Efeito Escala e Efeito Substituição para análise dos territórios, por meio da mensuração dos efeitos da expansão e/ou substituição das áreas escolhidas; o mapeamento das áreas de pastagem do município para os anos de 1990 e 2015; e a identificação das empresas do agronegócio com capital internacional.

4.1. O uso da terra no espaço agrário do estado de Minas Gerais e Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba

O estado de Minas Gerais possui uma área de 586.522,122 km², localizado na região Sudeste do país, formado por 853 municípios, sendo a capital do estado o município de Belo Horizonte (IBGE, 2017).

Se considerar a classificação de atividade econômica⁹ do IBGE, esta evidencia cinco grandes setores: agropecuária, indústria, comércio, serviços e construção civil. Destes, destaca-se a importância das atividades do setor agropecuário no Brasil, visto que participa com 8,34% dos estabelecimentos existentes, no total do país, para o ano de 2015 (IBGE, 2017).

O estado de Minas Gerais possui o maior número de estabelecimentos agropecuários (72.222), o que equivale a 21,80% destes estabelecimentos no país, seguido pelo estado de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. (SEFMG, 2017)

A agricultura e pecuária são importantes atividades econômicas para o estado de Minas Gerais e a concentração da quantidade de estabelecimentos agropecuários e das

⁹ Segundo a classificação do IBGE publicada em 1980.

atividades agropecuárias ocorrem, principalmente, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, segundo a mesma base de dados.

A agricultura e a pecuária são impactadas pela ação do Estado, como grande regulador, definindo/direcionando o ordenamento da produção agrícola, ou seja, as áreas e as culturas. Nesse processo, portanto, nota-se a priorização do uso da terra por *commodities* agrícolas em detrimento da produção de alimentos, a fim de suprir as demandas internacionais em prejuízo das demandas da sociedade brasileira, como destacado por Oliveira (2012) e Delgado (2010).

Neste contexto, a produção pecuária bovina se concentra em estados como Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. O estado de Minas Gerais, em 2015, possuía o segundo maior rebanho de gado bovino (23.768.959 cabeças), o que representava 11,05% do país. Diante da importância do estado na criação de bovinos, tem-se destaque a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, visto que é a região que apresenta o maior número de cabeças de gado bovino e a maior produção leiteira do estado. (IBGE, 2017)

Verifica-se, na Tabela 4, que a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no ano de 1990, possuía 5.464.823 cabeças de gado, correspondendo a 26,96% da criação de bovinos do estado. Observa-se, na mesma Tabela, o aumento no número de cabeças de gado no estado e na mesorregião em destaque, no período entre 1990 e 2015. E apesar do aumento, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba sofre diminuição de sua participação para 25,35% no número de cabeças de gado do estado de Minas Gerais.

A produção leiteira também é uma atividade relevante no estado e a participação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba corresponde a 21,94%, em 1990, ampliando-se ao longo do período (1990-2015). A mesorregião é a maior produtora de leite de Minas Gerais, no ano de 1990, produzindo 941.388 mil litros de leite e, em 2015, passa a produzir 2.407.619 mil litros de leite, o que corresponde a 26,33% do estado.

Tabela 4. Rebanho bovino em Minas Gerais e participação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em 1990 e 2015.

Ano	Minas Gerais		Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba		Participação do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba em Minas Gerais	
	Cabeças de gado (unidade)	Litros de leite (mil)	Cabeças de gado (unidade)	Litros de leite (mil)	Cabeças de gado (%)	Litros de leite (%)
1990	20.471.639	4.290.800	5.464.823	941.388	26,96	21,94
2015	23.768.959	9.144.957	6.024.853	2.407.619	25,35	26,33

Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2017).

Como constatado, o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba possui relevante produção leiteira para o estado, bem como quantidade de cabeças de gado, mesmo com redução desta

última. Embora ocorram transformações na produção, essa atividade mantém sua importância na economia mineira. Para o caso de Ituiutaba, Tabela 5, também se observa a existência de criação de gado e produção leiteira.

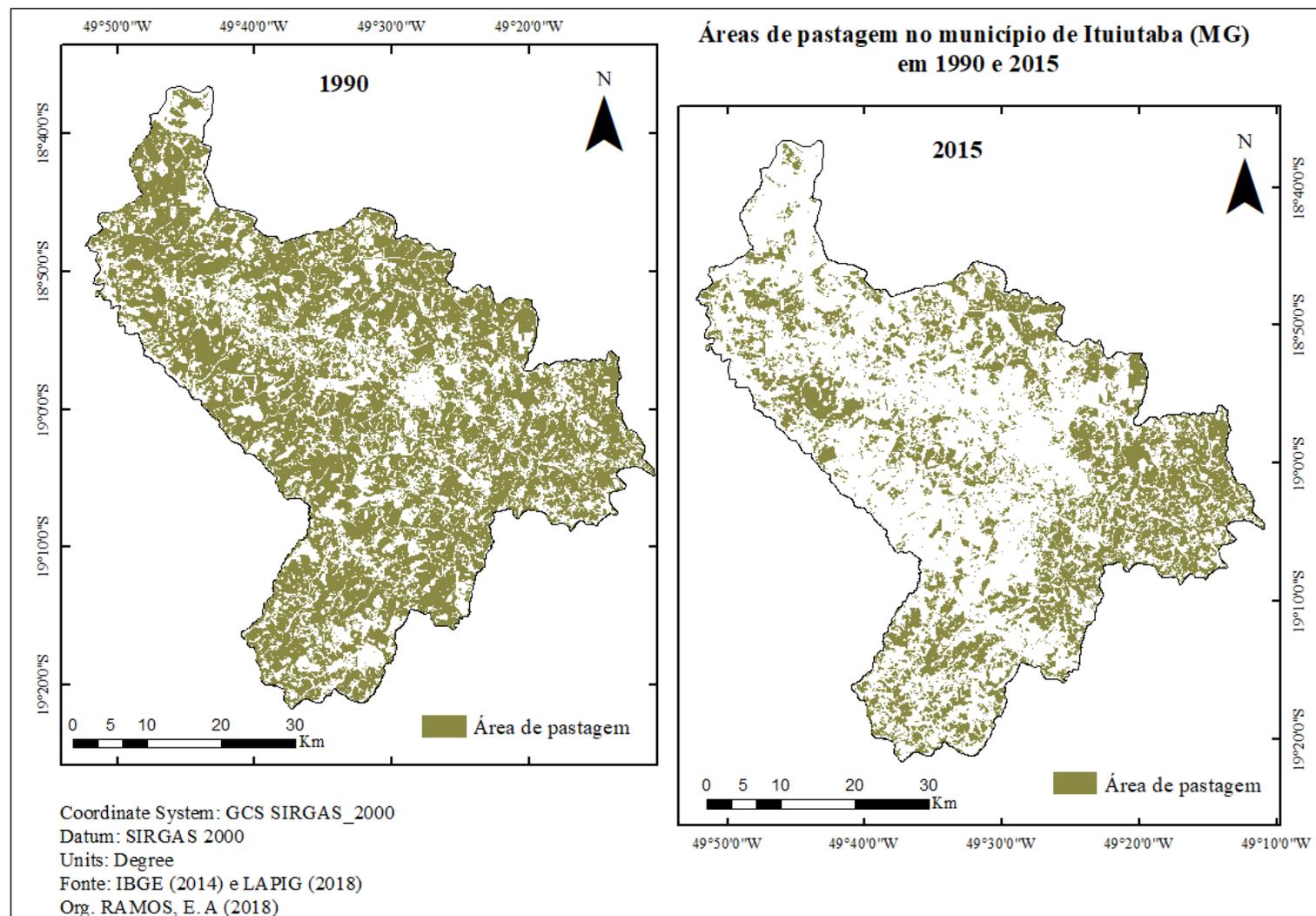
Tabela 5. Rebanho bovino no do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e participação de Ituiutaba, em 1990 e 2015.

Ano	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba		Ituiutaba		Participação de Ituiutaba no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	
	Cabeças de gado (unidade)	Litros de leite (mil)	Cabeças de gado (unidade)	Litros de leite (mil)	Cabeças de gado (%)	Litros de leite (%)
1990	5.464.823	941.388	178.222	23.628	3,26	2,51
2015	6.024.853	2.407.619	216.240	47.846	3,59	1,99

Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2017).

Porém, estas apresentam baixa participação no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, visto que no caso do número de cabeças de gado é de 3,59% e na produção de leite de 1,99% em relação à mesorregião, para o ano de 2015. No entanto, observa-se que as áreas de pastagem possuem participação significativa na área total do município, mesmo com decréscimo observado entre os anos de 1990 e 2015. (MAPA 5)

Mapa 5. Áreas de pastagem no município de Ituiutaba, 1990 e 2015.



Org.: A autora.

Observa-se na Tabela 6 que 56,72 % da área do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba corresponde a pastagem, enquanto em Ituiutaba 63,08% total do território, para o ano de 1990. Para ambos, a variação das áreas de pastagem (natural e plantada) foi negativa, ou seja, houve redução destas para 33,29% e 33,58%, respectivamente, mesmo com a ampliação da quantidade de cabeças de gado e da produção leiteira Tabela 4 e 5.

Tabela 6. Participação e variação das áreas de pastagem no município de Ituiutaba (MG)

	Pastagem (natural e plantada)					
	Área territorial total (ha)	1990	Participação na área territorial total (%)	2015	Participação na área territorial total (%)	Varição
Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	9.245.717	5.243.973	56,72	3.078.260	33,29	-70,3551032
Ituiutaba	259.804,60	163.873	63,08	87.234	33,58	-87,8545063

Fonte: IBGE (2017), LAFIG (2018).

Por outro lado, ampliam-se a participação das áreas de lavouras na mesorregião e no município. E, assim como a pecuária, a produção agrícola do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba consiste em uma atividade relevante para o estado, que ao longo dos anos teve sua produção ampliada, visto que se destaca sobre as demais mesorregiões, como apresentado na Tabela 7. Nesta, tem-se a participação das principais lavouras no estado e na mesorregião, considerando a área colhida para os anos de 1990 e 2015.

Identifica-se que a maior área colhida de Minas Gerais, em 1990, corresponde à lavoura de milho, sendo que o Triangulo Mineiro e Alto Paranaíba participa com 23,21% da área plantada com esta cultura no estado. No entanto, em 2015, ao se considerar o valor absoluto da área, observa-se que esta foi diminuída para a cultura de milho no estado, enquanto para a mesorregião há um aumento, o que resulta no aumento da participação da mesorregião para 33,69% do estado.

Tabela 7. Principais lavouras em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nos anos de 1990 e 2015.

Lavouras	1990			2015			Variação de Minas Gerais	Variação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
	Minas Gerais (ha)	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (ha)	Participação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais (%)	Minas Gerais (ha)	Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (ha)	Participação do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em Minas Gerais (%)		
Algodão herbáceo (em caroço)	129.899	24.783	19,08	18.231	3.687	20,22	-612,52	-572,17
Arroz (em casca)	422.694	87.886	20,79	10.139	419	4,13	-4068,99	-20875,18
Café	963.151	145.048	15,06	993.668	154.016	15,50	3,07	5,82
Cana-de-açúcar	298.065	103.862	34,85	910.927	625.413	68,66	67,28	83,39
Feijão	523.031	47.402	9,06	333.535	33.338	10,00	-56,81	-42,19
Mandioca	82.708	8.581	10,38	59.390	6.252	10,53	-39,26	-37,25
Milho (em grão)	1.410.772	327.510	23,21	1.219.333	410.785	33,69	-15,70	20,27
Soja (em grão)	558.387	346.370	62,03	1.327.581	714.866	53,85	57,94	51,55
Sorgo (em grão)	4.022	4.005	99,58	162.154	108.470	66,89	97,52	96,31
Outras lavouras	164.462	39.651	24,11	299.814	143.471	47,85	45,15	72,36
Total	4.557.191	1.135.098	24,908	5.334.772	2.200.717	41,25	14,58	48,42

Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2017).

O sorgo é produzido quase que exclusivamente no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em 1990, visto que a mesorregião participava com 99,58%, porém a sua participação é reduzida para 66,89%, em 2015. Já a área colhida de cana-de-açúcar aumenta em 612.862 hectares no período de 1990 a 2015 em Minas Gerais. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é o principal produtor de cana-de-açúcar do estado e apresenta, no período de análise, ampliação de sua participação no estado de 34,85% para 68,66%.

A produção de soja passa a ser a atividade agrícola que ocupa a maior área colhida de Minas Gerais (1.327.581 hectares) e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (714.866), sendo a lavoura mais expressiva no ano de 2015 (TABELA 7). A produção de soja é importante para o estado, assim como para o país. Ao analisar o mercado mundial da soja, Bertrand (1987) identifica que entre os anos 1980 e 1981, considerando a produção em toneladas, os três maiores produtores são os Estados Unidos, o Brasil e a China, que correspondem a 90% da colheita mundial. O

Brasil ainda mantém a posição de segundo maior produtor de soja do mundo, no qual a sua produção, na safra 2016/2017, corresponde a 33,43% da produção mundial (EMBRAPA, 2017).

É importante destacar que no período analisado, dentre as principais lavouras, identifica-se a redução da participação da área destinada ao cultivo de alimentos, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Em 2015, a área ocupada da produção de alimentos, como o arroz em casca, feijão e mandioca, é de 403.064 hectares em Minas Gerais, área inferior em 39,19% da área colhida de 1990. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba mantém essa tendência, apresentando redução de 27,81% para esses cultivos (diminuição de 103.860 hectares), entre o ano de 1990 e 2015, especificamente, esta redução foi de 87.467 hectares para arroz, de 14.604 hectares para feijão e de 2.329 hectares para mandioca. Ao mesmo tempo, como já destacado, há a ampliação da área colhida de grandes lavouras, como a cana-de-açúcar, o milho, a soja e o sorgo. Identifica-se, portanto, a importância dada ao cultivo de *commodities* agrícolas quando comparado às demais culturas, sobretudo à produção de alimentos.

A partir dessa mudança evidenciada, acrescenta-se a importância em refletir sobre a Soberania Alimentar. Segundo Tomaz Jr (2007), nesse contexto da mundialização, o modelo de produção do agronegócio é antagônico aos moldes de produção centrados no abastecimento dos mercados consumidores próximos e nas reais necessidades de consumo da sociedade. E diante dessa mudança, em que se verifica o perfil produtivo balizado pelo capital industrial-financeiro representado, principalmente, por grupos oligopolistas, ampliam a dependência do agricultor e, ao mesmo tempo, a insegurança alimentar. (GONÇALVES et al., 2016).

Portanto, esse contexto político-econômico, impacta a reprodução social de sujeitos que possuem em sua base de vida e trabalho atividades agrícolas e agrárias, como também as demandas alimentares dos demais sujeitos da sociedade brasileira. Desse modo, a articulação dos setores do agronegócio com o Estado inviabilizam ações para o desenvolvimento de uma produção que preze a Soberania Alimentar. O autor Tomaz Jr. (p. 2007) destaca que:

[...] a burguesia e os setores dominantes, com o apoio do Estado, desqualificam, desprestigiam e mesmo destróem as iniciativas de auto-sustento e de produção das pequenas unidades familiares, da mesma forma que o abastecimento e comercialização em pequenas distâncias (ciclo curto), na dimensão comunitária ou na escala regional, colocando em risco iminente o direito dos povos à alimentação de qualidade e acesso regular aos produtos com preços justos, que cubram os custos de produção [...] (TOMAZ JR. 2007, p. 4)

Além disso, a apropriação do espaço pelo modelo de produção do agronegócio teve como importante viabilizador às políticas de Estado criando condições à acumulação de capital. Segundo Delgado (2010), o agronegócio é um dos setores produtivos que operam com base em monopólio de recursos naturais, da demanda da produção de *commodities* e apropriação da renda e da riqueza social. E Tomaz Jr (2007) aponta que “a Soberania Alimentar supõe novas relações sociais, libertas das determinações do capital [...]”. Frente a isto, os autores destacam a necessidade de enfrentamento a esse modelo hegemônico de expansão agrícola, estimulado por políticas estatais.

4.1.1 Uso da terra agrícola no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e em Ituiutaba: efeito escala e substituição

Diante das transformações evidenciadas nas principais culturas agrícolas da mesorregião, busca-se identificar e analisar se há a ocorrência de expansão ou contração no tamanho das áreas, devido a substituição de culturas nas áreas ocupadas, na mesorregião e no município de Ituiutaba, por meio de dois índices: Efeito Escala (EE) e Efeito Substituição (ES). Esta análise também contempla os anos de 1990 e 2015, utilizando a área colhida em hectares para as lavouras de cana-de-açúcar, milho e soja, “demais lavouras temporárias” e lavoura permanente. As primeiras são tratadas separadamente, pois são as culturas de destaque na mesorregião, no ano de 2015.

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, apresenta Efeito Escala positivo para todas as culturas, sendo a soja com maior ampliação de sua área. Mas, ao analisar o Efeito Substituição, observa-se que este efeito para as culturas de cana-de-açúcar e soja é positivo, em 424.046,36 e 43.327,20 respectivamente (TABELA 8). Já o milho, as demais lavouras temporárias e as lavouras permanentes apresentam efeito negativo, em razão de que a área utilizada por essas culturas é substituída pela soja e, em maior intensidade, pela cana-de-açúcar.

O milho perdeu 224.188,21 hectares, assim como as demais lavouras temporárias (122.360,04 hectares) e lavouras permanentes (120.825,31 hectares). Desse modo, evidencia-se que a cana-de-açúcar e a soja estão ocupando a área dos demais cultivos. E, apesar da redução da área colhida de milho, este ainda mantém sua importância, pois é base da alimentação e da produção de insumos agrícolas, especialmente, destinada a alimentação animal, por exemplo.

Tabela 8. Efeito Escala e Efeito Substituição Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no período de 1990 a 2015.

	Lavouras anuais (temporária)				Lavouras Permanentes	TOTAL
	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Demais Lavouras temporárias		
Área 1990	103.862	327.510	346.370	191.407	165.949	1.135.098
%	9,15	28,85	30,51	16,86	14,62	100,00
Área 2015	625.413	410.785	714.866	248.738	200.915	2.200.717
%	28,42	18,67	32,48	11,30	9,13	100,00
EE 1990/2015	97.504,64	307.463,21	325.168,80	179.691,04	155.791,31	1.065.619,00
ES 1990/2015	424.046,36	-224.188,21	43.327,20	-122.360,04	-120.825,31	0,00

Fonte: Elaborada a partir de PAM, IBGE (2017).

Diante da expansão e substituição de áreas, observa-se o predomínio do cultivo de *commodities* agrícolas em detrimento das demais culturas, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Isto é uma resposta à demanda dos grandes grupos produtores de *commodities* que se localizam na mesorregião, se valendo de suas condições geográficas, de relevo e de logística, além da proximidade com os grandes centros (OLIVEIRA, 2012; PORTO-GONÇALVES et al., 2016). Assim, a partir da identificação das culturas e como estas se expandem pelo espaço, se observa a apropriação deste para a reprodução ampliada do capital, da lógica de acumulação e das demandas internacionais.

As áreas de cerrado ao longo dos anos estão sendo utilizadas pela produção de *commodities*, sendo um dos fatores que ocasionam ampliação dos conflitos no campo, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, devido aos interesses do modelo de produção do agronegócio. Porto Gonçalves et al. (2016) apontam que os aspectos físicos das áreas do Cerrado são interessantes ao modelo de produção do capital latifundiário, centrado no plantio de monoculturas, pois as características típicas desse domínio morfoclimático, são fundamentais para o desenvolvimento desta atividade econômica. Além disso, os autores destacam fatores que favoreceram a expansão do agronegócio para as áreas de cerrado, dentre elas:

“[...] as condições metabólicas tropicais de reprodução da vida, com destaque para os amplos terrenos planos ou suavemente ondulados das chapadas e dos chapadões, a disponibilidade de água (“o cerrado é uma caixa d’ água”) e a disponibilidade de energia solar e; (4) a estrutura fundiária que tradicionalmente conforma a estrutura de poder oligárquica brasileira que tem sido capaz de garantir todo o sistema de normas (e de poder) necessário para sua reprodução ampliada do que, talvez, o Poder Judiciário seja o principal guardião, poder oligárquico esse que também forja as interpretações das leis que garantem que o Brasil mantenha sua integração subordinada ao sistema mundo capitalista moderno-colonial, sobretudo com a exportação de matérias primas. (Porto Gonçalves et al., 2016, p.78)

Ademais, esta expansão é viabilizada pelo poder estatal, via políticas neoliberais e práticas econômicas atreladas à demanda internacional e que, portanto, consolida a mundialização da agricultura (DELGADO, 2010; OLIVEIRA, 2012; SOUZA, 2013). Segundo Oliveira (2012), a agricultura passa a se estruturar em três pilares: na produção de *commodities*; nas bolsas de mercadorias e de futuro; e nos monopólios mundiais.

Segundo Souza (2013), a expansão mundial de *commodities* é marcada pelo processo de produção na agricultura que integra uma dinâmica de padronização de produtos, moldada pela ampliação de mercados e acentuada pela internacionalização das relações comerciais agrícolas. Nota-se, portanto, a integração do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba à dinâmica de padronização produtiva referida pelo autor.

Nesse contexto, os principais investimentos consistiram de incentivos à agroindustrialização, dentre elas pode-se destacar a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba que recebeu investimentos direcionados ao cultivo da cana-de-açúcar, soja e milho. (CLEPS Jr., 1998)

Assim, a partir da instalação de agroindústrias sob o espaço, ocorrem mudanças no uso da terra, com a expansão de áreas para o cultivo de *commodities*. Segundo Oliveira (2012), as empresas de comercialização e/ou processamento industrial da produção agropecuária, mesmo sem produzirem no campo, monopolizam o território, controlando camponeses e capitalistas produtores do campo por meio de mecanismos de subordinação.

O autor destaca que essas empresas são empresas monopolistas, que atuam em todo o estado de Minas Gerais, no setor agrícola destaca-se o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o que permite inferir seu poder de controle sobre a produção da mesorregião, evidenciada pela substituição de áreas de alimentos em detrimento da cana-de-açúcar, milho e soja (TABELA 8). No Quadro 3 é apresentada essas empresas de *commodities*, no estado de Minas Gerais.

Quadro 5. Territorialização de empresas do agronegócio com capital internacional em Minas Gerais, em 2015.

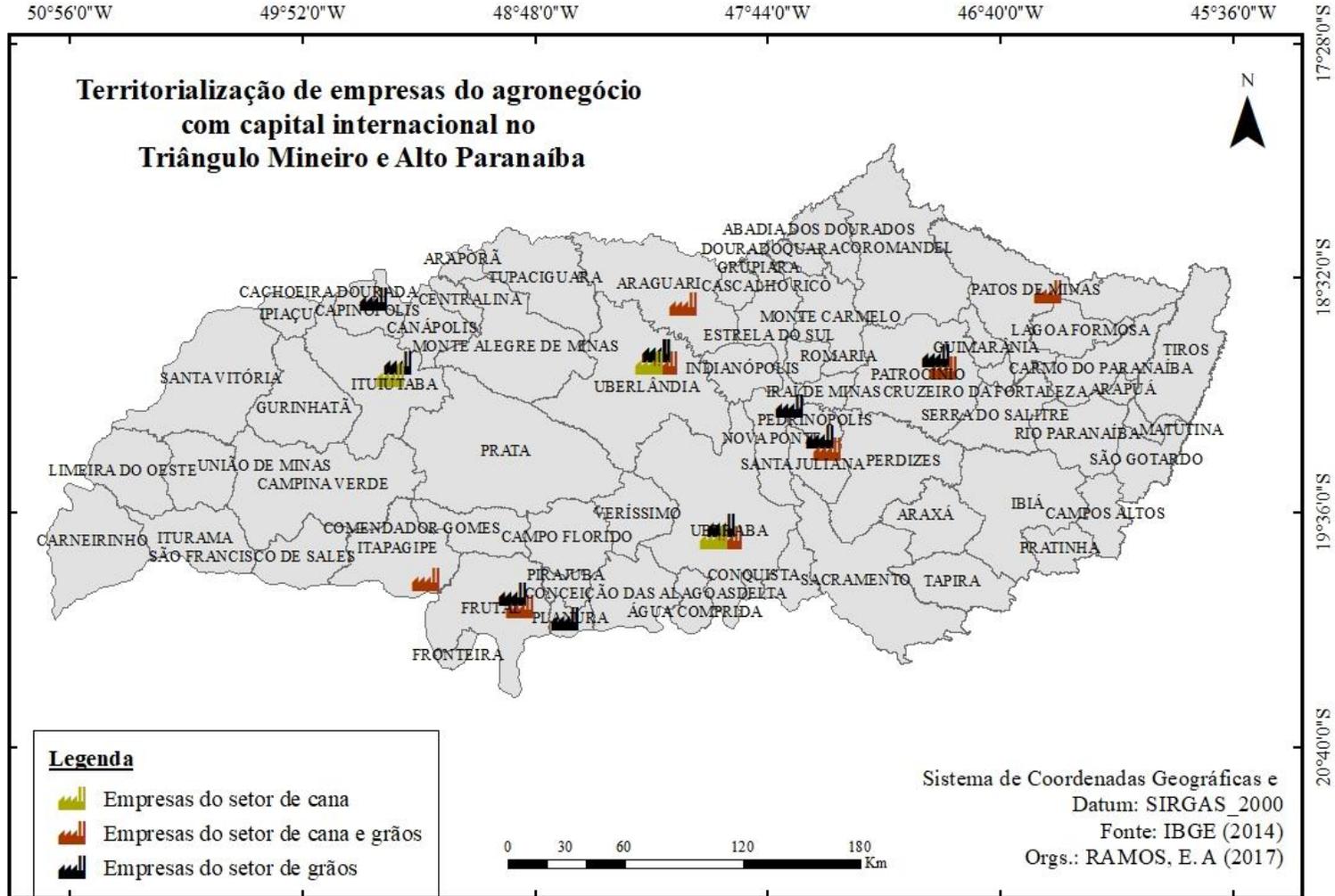
SETOR	CANA	GRÃOS	CANA-DE-AÇÚCAR E GRÃOS
EMPRESAS	Biosev Bionergia S.A.	ADM do Brasil Ltda.	Adeacoagro Brasil Participações S.A
	British Petroleum Biofuels	Agroreservas do Brasil Ltda.	
	Infinity Bio-Energy Brasil Participações S.A.	Brasilagro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	Bunge Alimentos S.A.
	Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Calyx Agropecuária Ltda.	
	Raízen Combustíveis S.A.	Cantagalo General Grains S.A.	Louis Dreyfus Company Brasil S.A
		Cargill Agrícola S.A.	
		Multigrain S.A.	Maeda S.A. Agroindustrial
	Royal Dutch Shell	Naturalle Agro	
		Syngenta	

Fonte: Elaborado a partir de DATALUTA (2015).

Dentre essas empresas agropecuárias identificadas como monopolistas (QUADRO 5), em Ituiutaba, destacam-se a Syngenta no setor de grãos e outras, tais como: Nestlé no setor do leite e JBS (Friboi) no setor de carnes. Esta adquiriu a Swift argentina, a Swift Foods & Company norte-americana, a Inalca italiana, a Smithfield Beef norte-americana, a australiana Tasman e, por fim, associou-se ao grupo nacional Bertin, tornando-se a maior empresa mundial de carne bovina (OLIVEIRA, 2012).

Já o Mapa 6, demonstra a territorialização dessas empresas com capital internacional no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em que se observa a presença dessas nos municípios de Ituiutaba, Santa Vitória, Uberlândia, Araguari, Frutal, Itapagipe, Uberaba, Nova Ponte, Santa Juliana, Patrocínio e Patos de Minas.

Mapa 6. Territorialização de empresas do agronegócio com capital internacional no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, 2015.



Org.: A autora.

É importante ressaltar que, tanto as empresas estrangeiras quanto as empresas nacionais, do setor de sementes e grãos, atuam no mercado de armazenamento, comercialização, processamento e/ou beneficiamento de sementes. Portanto, a produção agrícola do município de Ituiutaba atende à demanda das empresas sediadas nele, bem como de municípios próximos. Já no que se refere ao setor sucroenergético, existe a empresa BP biocombustíveis que iniciou sua atuação em 2008 (NOVACANA, 2016), ao mesmo tempo em que se verifica ampliação da cultura de cana-de-açúcar no município (IBGE, 2017).

Com esta reorganização produtiva da mesorregião e, portanto, do município de Ituiutaba, devido ao estabelecimento dessas empresas, faz-se necessário analisar a dinâmica da atividade agrícola neste.

Na Tabela 9, pode-se identificar a evolução da participação do uso da terra, considerando a área total do município, para as culturas de cana-de-açúcar, soja, milho, culturas familiares e demais culturas (“demais lavouras temporárias” e lavouras permanentes). No ano de 1990, observa-se que a área total cultivada do município de Ituiutaba corresponde a 7,75% do território, sendo o milho a principal atividade desenvolvida, ocupando 3,83% do total do território. O uso do solo pela atividade agrícola atinge um percentual de 19,73% da área do município em 2015, devido principalmente ao aumento da área com a cultura da cana-de-açúcar, que atinge 8,47% da área do município.

Tabela 9. Área das culturas no município de Ituiutaba (MG), nos anos de 1990 a 2015.

Área territorial total (ha)	Cana p/ indústria						Soja						
	1990	1995	2000	2005	2010	2015	1990	1995	2000	2005	2010	2015	
Participação na área territorial total (%)	259.805	0,15	0,15	0,19	2,58	9,24	8,47	1,15	1,15	3,08	6,93	3,08	6,16
Área territorial total (ha)	Milho						Demais Culturas Perenes e Temporárias						
Participação na área territorial total (%)	259.805	3,83	2,82	2,69	3,27	0,77	2,04	2,23	2,19	0,97	2,08	1,61	2,77
Área territorial total (ha)	*Culturas familiares (perene e temporária)						Total						
Participação na área territorial total (%)	259.805	0,38	0,19	0,37	0,43	0,25	0,29	7,75	6,51	7,31	15,29	14,95	19,73

*Considerou-se como culturas familiares as produções de: abacaxi, arroz (em casca), batata-doce, feijão (em grão), mandioca, melancia, banana (cachô).

Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2017).

As *commodities* agrícolas, cana-de-açúcar e soja, se destacam na participação do uso do solo do município. Todavia, as culturas familiares têm a sua participação diminuída no município de 0,38%, em 1990, para 0,29% em 2015.

Diante disso, utiliza-se o Efeito Escala e Efeito Substituição para identificar o quanto essas *commodities* avançam sob o espaço agrícola do município e sob quais culturas há incorporação de áreas, no período entre 1990 e 2015.

No município é observado (TABELA 10) que, assim como no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, há o crescimento da ocupação de áreas pelas culturas de *commodities*, visto que o efeito substituição da soja e da cana-de-açúcar é positivo em 8.366,39 hectares e 20.982,18, respectivamente. Estas culturas substituem as de milho e demais lavouras temporárias, visto que estas apresentam ES negativo.

Tabela 10. Efeito Escala e Efeito Substituição, no município de Ituiutaba, no período de 1990 a 2015.

	Lavouras Anuais (temporária)				Lavouras Permanentes	TOTAL
	Cana-de-açúcar	Milho	Soja	Demais Lavouras temporárias		
Área 1990	400	9.954	3.000	6.652	134	20.140
%	1,03	25,62	7,72	17,12	0,34	100,00
Área 2015	22.000	5.300	16.000	7.163	784	51.247
%	42,93	10,34	31,22	13,98	1,53	100,00
EE 1990/2015	617,82	15.374,33	4.633,61	10.274,27	206,97	31.107,00
ES 1990/2015	20.982,18	-20.028,33	8.366,39	-9.763,27	443,03	0

Fonte: Elaborada a partir de IBGE (2017).

Com isso, observa-se que, no período entre 1990 e 2015, há a ampliação do tamanho da área utilizada pelas diferentes culturas agrícolas, ao mesmo tempo em que se destacam as culturas de *commodities* agrícolas cana-de-açúcar e soja, tanto no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, como no município de Ituiutaba.

O município e a mesorregião localizados em área de cerrado são influenciados pelas políticas de desenvolvimento da agricultura que adotam como modelo o agronegócio. Assim, a ocupação do Cerrado é marcada pelo avanço do capital com base no latifúndio monocultor que, por outro lado, apresenta conflitos por diferentes grupos sociais. (PORTO-GONÇALVES et al., 2016)

As ocupações de terras por grupos sociais podem ser identificadas como parte do conflito agrário existente. Porto-Gonçalves et al. (2016), ao analisarem os conflitos nos diferentes biomas brasileiros, identificam que, a partir de 2010, o índice destes nas áreas de Cerrado está acima da média, exceto em 2015. Recordar-se que, Minas Gerais apresenta o terceiro maior número de ocupações ocorridas no país e a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba destaca-se, dentre as demais, com 235 ocupações e com a participação de 23.240 famílias. Os municípios da mesorregião com maior número de ocupações são:

Uberlândia (54), Prata (19), Santa Vitória (18), Ituiutaba (16) e Araxá (11). (DATA LUTA-MG, 2014)

E ao integrar as informações desse fato, observa-se que as áreas onde se têm movimentos de territorialização do monopólio e monopolização do território, correspondem a áreas em que as determinações territoriais refletem a homogeneização da paisagem e do território (SOUZA; BORGES, 2017), visto que há a alteração das formas de reprodução dos sujeitos. Ademais, o modelo de produção do agronegócio, articulado com as ações do Estado, atua de modo a ocasionar uma tendência à homogeneização do território do município de Ituiutaba, conquanto haja diminuição da produção de alimentos, esta atividade desenvolvida nas unidades familiares, apresentam maior diversidade produtiva. Assim, a relação entre as áreas onde ocorrem os conflitos, as de expansão das *commodities*, e as de pequena produção, demonstram as contradições existentes.

Essa diferença dos moldes de produção e dos conflitos revelam que a partir as relações de poder constituídas nesse espaço, a pequena produção se coloca como uma possibilidade a contribuir para a Soberania Alimentar, bem como possibilitar o desenvolvimento das famílias. Além disso, a partir da organização de movimentos sociais houve o avanço da luta por terra na região em direção ao município de Ituiutaba, o que contribuiu para a constituição dos assentamentos do estudo. Diante do exposto, evidencia-se que são nessas áreas, onde se inicia a espacialização dos primeiros assentamentos rurais existentes no município.

5 A ESPACIALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM ITUIUTABA (MG)

Neste capítulo são apresentados os grupos sociais que compuseram as lutas por acesso à terra em Ituiutaba, o que permite identificar quais movimentos/grupos contribuíram, portanto, para a formação dos assentamentos no município, bem como suas especificidades.

Para analisar de que maneira ocorreu a espacialização desses grupos, utilizaram-se informações obtidas no Incra, Comissão Pastoral da Terra-CPT (1998 e 1999), documentos jurídicos e em entrevista realizada com liderança dos assentamentos (APÊNDICE A). A entrevista foi importante para obter informações mais precisas sobre o processo de conquista do território. E, também, aplicaram-se formulários aos demais membros do assentamento (APÊNDICE B). Estas informações foram transcritas para posterior análise. Foi acordado, com os entrevistados, que a identidade seria mantida em sigilo.

5.1 O processo de luta pela terra no município de Ituiutaba

As lutas desenvolvidas em Ituiutaba, mediante manifestações e ocupações de terras, foram realizadas por vários movimentos de luta pela terra. Dentre os movimentos atuantes no município, destacam-se: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Movimento Populares pelos Sem Terra (MPST) e Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL).

Percebe-se que a luta pela terra no município contou com a presença de movimentos sociais e movimentos sindicais. Segundo FERNANDES (2001), na década de 1960, criam-se as condições de institucionalização das organizações, como meio de conter o crescimento das organizações camponesas, transformando-as em sindicatos subordinados ao governo e, assim, formam-se as federações e a confederação, o que resultou no enfraquecimento dos movimentos camponeses.

A partir da regulamentação dos sindicatos rurais, encontros e reuniões foram realizadas, o que possibilitou a transformação destes em federações e, posteriormente, em confederações. Conforme aponta Fernandes (2001), essas reuniões eram realizadas nas cúpulas das organizações e os trabalhadores estavam à margem da tomada de decisões, dentre os grupos que preteriam o poder político da confederação estavam o Partido Comunista do Brasil e a Igreja católica. E apesar da divergência existente entre as duas instituições, por

meio de um acordo, com candidatos de ambas, criou-se a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura).

Assim, tem-se a criação da CONTAG em dezembro de 1963, sendo esta reconhecida em 31 de janeiro de 1964. É constituída por trabalhadores(as) rurais e tem como pauta a discussão das reformas de base e a reforma agrária. (CONTAG, 2013) Medeiros (1989) aponta que a CONTAG assumia também como compromisso lutar por: reforço e ampliação dos sindicatos e da unidade de movimento; e emancipação do Congresso. Porém, conforme a autora, com o Golpe alteraram-se os caminhos das lutas e do sindicalismo rural.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) é uma entidade sindical filiada à CONTAG, que representa a classe trabalhadora rural em seus diversos segmentos, como os acampados e assentados da reforma agrária, agricultores familiares, assalariados rurais, meeiros, entre outros. (FETAEMG, 2017)

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) surge no ano de 1984, em Cascavel (PR), resultado de um processo histórico de resistência e luta dos camponeses. A partir de experiências com ocupações de terra, da construção política, da participação de espaços de formação, tem-se a formação do MST. (FERNANDES, 2001)

Segundo Fernandes (2001), para compreender a gênese do MST é necessário considerar o conjunto de momentos e ações que duraram aproximadamente quatro anos. Este período é compreendido dos anos 1979 a 1984, aonde ocorreram as primeiras reuniões e ocupações de terras.

Foram diversas lutas travadas pelos trabalhadores rurais e camponeses (como mencionado anteriormente) que contribuíram para a conquista de acesso à terra. Fernandes (2001) aponta que a CPT teve papel importante na defesa das lutas de resistência camponesa e, nesse processo, na gestação do MST, em que a partir de articulação das lutas e criação de espaços de socialização em todo país, os trabalhadores sem terra trocaram experiências e pensamentos a respeito do desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária.

Nos encontros, os participantes analisavam os movimentos nos estados, as formas de lutas, os apoios, as alianças, a participação dos sindicatos, discutiam as formas de luta desenvolvidas pelos diferentes grupos. E, a partir dessa socialização, concluíram que o modelo de desenvolvimento adotado era o grande inimigo da classe, em que priorizava os anseios de latifundiários, posseiros e grandes empresários. Fernandes (2001) destaca que, nos encontros, se reafirmava a necessidade de ampliar as trocas de informações e as lutas pelo país, além de fortalecer a articulação entre os diversos movimentos existentes.

Então, a partir dos encontros regionais ocorridos no Paraná e em Goiás, com representantes de vários estados brasileiros, tem-se o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, no ano de 1984. Neste Encontro objetivou-se a unificação das ações e lutas camponesas, para tal contava com participação de diferentes grupos como indígenas, camponeses e operários.

Fernandes (2001) destaca que a expansão de atividades agropecuárias, como a soja, a cana, o café, o eucalipto e a pecuária, intensificou a expropriação, exclusão e concentração fundiária como características comuns a esse modelo de desenvolvimento econômico e, com isso, as resistências (FERNANDES, 2001) E diante dessa realidade várias formas de resistência foram adotadas (ocupações, acampamentos e pressões exercidas) e, com essas experiências, verificou-se maior possibilidade de conquistar acesso à terra.

O MST possui como característica basear-se no princípio contra o capital, pautado em uma sociedade sem exploração, na luta pelo acesso a terra e pela reforma agrária. No que tange a sua forma de organização, caracteriza-se por uma direção coletiva e uma descentralização administrativa permitindo autonomia de decisão frente a cada luta. Tem o trabalho de base como uma metodologia de luta popular, a fim de garantir a participação de todos e constitui-se de um espaço de socialização política em que se coloca em prática o compartilhamento de informações e conscientização dos principais problemas da luta. (FERNANDES, 2001)

Em Minas Gerais, o MST surge nos Vales do Mucuri e Jequitinhonha, nas comunidades Eclesiais, em 1984, sendo a CPT responsável pelas discussões, nessas reuniões a partir das experiências do movimento no sul do país. Estas eram trazidas para os trabalhadores rurais que tinham como objetivo saber das ocupações e como criar o movimento no estado. (FERNANDES, 2001)

No Triângulo Mineiro, os trabalhos do MST iniciaram no fim do ano de 1989, período em que se observa, na região, o aumento das ações dos sem-terra e quando a questão agrária passa a ser criminalizada, com repressão policial. (FERNANDES, 2001) A violência na região foi instaurada pela polícia militar do estado de Minas Gerais. Conforme elucidada Fernandes (2001), a polícia do estado criou duas armas a serem usadas no confronto com os sem-terras, uma servia como forma de imobilizar os sujeitos e a outra para retirar enxadas e foices.

Os policiais agiam em conjunto com a União Democrática Ruralista (UDR). Assim, nesse período, tem-se o município de Iturama como marco no conflito por terra na região,

onde as famílias tentaram ocupar uma fazenda no ano de 1990. Porém, segundo autor, elas foram impedidas pela ação de policiais e jagunços, como alternativa acamparam a margem das rodovias. Permanecem, neste local, por nove meses, quando decidem ocupar outra fazenda que não cumpria função social. As famílias que participaram da ocupação sofreram com a violência e tiveram seus barracos queimados, sendo as famílias retiradas do local. Estas foram acampar a beira da rodovia novamente, sendo assentadas posteriormente no PA Nova Santo Inácio do Ranchinho. (FERNANDES, 2001)

O MST atua em todo o estado de Minas Gerais e no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, no período de 2000 a 2013, realizou o maior número de ocupações (41) em relação aos demais movimentos atuantes na região. Em Ituiutaba, as ações do MST, contribuíram para assentar famílias no município. (DATA LUTA-MG, 2014) Assim como o MST, as ações do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) também auxiliaram no assentamento de famílias em Ituiutaba.

O MLST é o segundo movimento de luta pela terra que surge no país. Sua criação ocorreu no ano de 1997, período em que se ampliavam as ocupações de terra. O surgimento do movimento é resultado da articulação de quatro sujeitos de histórias de vidas distintas, porém com semelhanças no que tange a militância política. (MITIDIERO JR., 2002)

As estratégias políticas e posições políticas do MLST eram de responsabilidade dessas primeiras lideranças e, de acordo com Mitidiero Jr. (2002), a essência da gênese do movimento surgiu da articulação de pessoas com participação de lutas na cidade e não no campo. A coordenação do MLST, desde o início, era composta por militantes políticos da extrema esquerda. É um movimento desvinculado de partidos políticos, porém, os sujeitos que integravam a coordenação eram da ala mais radical do Partido dos Trabalhadores (PT de aço). (MITIDIERO JR., 2002)

O autor aponta que o MLST é resultado do esforço dos coordenadores, no qual conseguiram unificar grupo de trabalhadores rurais sem terra independentes localizados em sete estados diferentes, sendo eles: Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, São Paulo e Bahia. Acrescenta também que a formação do MLST ocorre a partir das experiências das ações já materializadas nas ocupações e acampamentos e que se difere do MST, pois este tem sua formação na luta, antes e depois das ações das famílias sem terra.

A área de abrangência de ações do MLST era todo o território nacional, porém, como aponta Mitidiero Jr. (2002), não passava de aspirações e desejos construídos pelas lideranças

do movimento. Então, a organização concentrava-se em acampamentos e assentamentos do estado de Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Norte.

O MLST surge mais organizado no estado de Minas Gerais, onde havia maior número de lideranças e militantes atuantes no campo, na década de 1980, a partir de experiências dos grupos atuantes no Triângulo Mineiro, estes contribuíram para a criação do primeiro assentamento nesta região em 1989. (MITIDIERO JR., 2002) O que denota a história de formação e organização do MLST no estado, em consequência das lutas realizadas em defesa da reforma agrária. Segundo o autor, o movimento é definido como uma organização autônoma e independente de trabalhadores rurais e urbanos, no qual defende a pluralidade de forças, organizações e movimentos que lutam em prol da Reforma Agrária.

O MLST foi o movimento que, de 2000 a 2014, realizou o maior número de ocupações no município de Ituiutaba (4) e, também, com o maior número de famílias participantes (356) no processo de ocupação, seguido por duas ocupações pela CONTAG (64 famílias), duas por MPST (235 famílias), uma pelo MST (56 famílias), uma pelo MTL (200 famílias) e cinco por ocupação conjunta (259 famílias). (DATALUTA, 2014)¹⁰

Isto posto, entende-se que a organização e a atuação dos movimentos e grupos revelam as demandas da população e os conflitos ainda existentes, evidenciando a questão agrária no município de Ituiutaba.

5.2 A espacialização dos primeiros assentamentos rurais em Ituiutaba

A construção dos assentamentos rurais no município ocorre a partir da ação de sujeitos ligados aos movimentos sociais e sindicatos rurais engendrados a partir das relações de poder, iniciando-se assim, o processo de espacialização.

As ocupações que contribuíram para a criação dos primeiros assentamentos em Ituiutaba foram realizadas pelos seguintes movimentos: MLST, MST e FETAMG. As primeiras ocupações de terras no município ocorreram no ano de 1998, organizado pelo MLST, movimento responsável pelo maior número de ocupações no município. Posteriormente, no mesmo ano, teve ocupação organizada pela FETAEMG e, no ano de 1999, a ocupação liderada pelo MST.

Identifica-se que, dentre os sujeitos que estão nos assentamentos, nem todos participaram do processo de luta para o acesso a terra. No PA Chico Mendes 33,33% dos

¹⁰ Os relatórios do DATALUTA são anuais, sendo 2005 o primeiro ano do relatório de Minas Gerais, e nesta base não há os dados da década de 1990.

assentados estavam nas ocupações, participação menor do que o observado no PA Engenho da Serra (50%) e ao PA Divisa (55%) (TABELA 11).

Tabela 11. Assentados que participaram do processo de luta pela terra, em porcentagem.

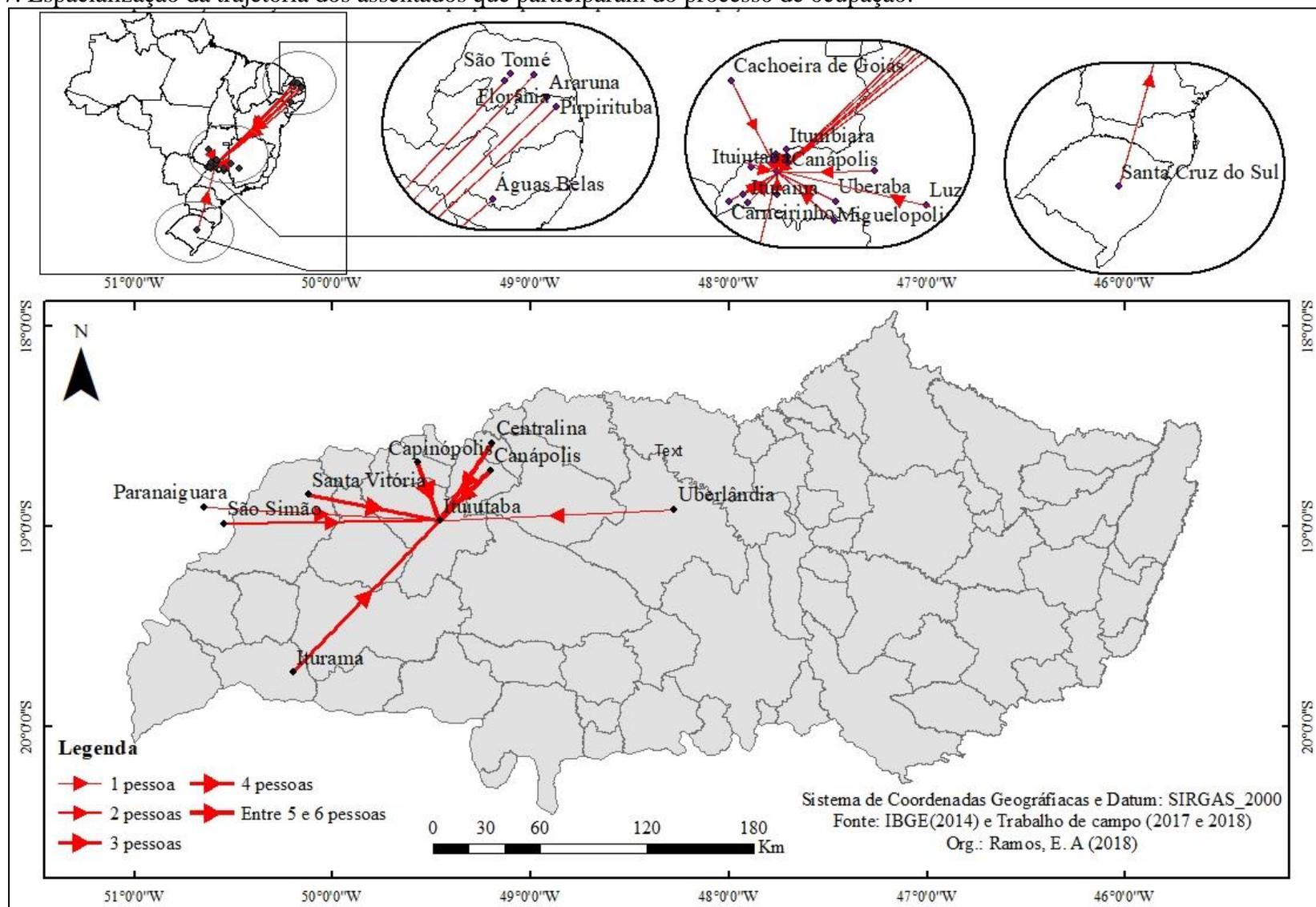
Participação no processo de ocupação por terras (%)		
	Sim	Não
Chico Mendes	33,33	66,67
Divisa	55	45
Engenho da Serra	50	50

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Assim, pode-se constatar que a permanência dos sujeitos nos lotes ocorre de maneira desigual, com permanência de no máximo 55% dos sujeitos, o que indica alta rotatividade. Esta se deve as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades necessárias para a reprodução dos sujeitos, destacando os problemas de saúde. Desse modo, a dificuldade de acesso a um dos direitos fundamentais (saúde), constitui-se como uma das variáveis que impossibilitam a permanência dos sujeitos no campo.

Os sujeitos que participaram da luta pela terra no município originam-se de diversos municípios do país, porém, majoritariamente do Triângulo Mineiro, especificamente, de locais onde são evidenciados conflitos pela terra (MAPA 7). A migração foi identificada em dois momentos distintos, no primeiro fluxo, imagina-se que esta mudança do município de origem para as cidades, está relacionada a busca de melhores condições de vida e trabalho, como também, no segundo fluxo, em que se identifica a migração para o campo por meio da organização coletiva e luta pela terra. Assim, a trajetória geográfica identificada (MAPA 7), revela a busca destes sujeitos em garantir sua reprodução social.

MAPA 7. Espacialização da trajetória dos assentados que participaram do processo de ocupação.



Org.: A autora.

O MAPA 7 mostra a espacialização dos assentados que participaram do processo de luta pela terra em Ituiutaba. Nota-se que os sujeitos são originários de municípios da região Nordeste, dos estados de Goiás e Rio Grande do Sul, e do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG). É importante considerar que parte desses assentados migraram para outras regiões antes de se estabelecerem em Ituiutaba. Destes locais, identifica-se os seguintes municípios: Paranaiguara e São Simão, no estado de Goiás; e Santa Vitória, Capinópolis, Centralina, Canápolis, Ituiutaba, Uberlândia e Iturama, no estado de Minas Gerais, em específico da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Desses municípios mineiros, observa-se contradições expressas na questão fundiária. Em Santa Vitória e Capinópolis são evidenciados conflitos por terra, o que denota a materialidade das relações sociais de poder a partir do conflito.

Conforme os dados apresentados pela CPT (1999, 2000), em Santa Vitória houve cinco tentativas de assassinatos, sendo essas a de um padre, um membro da igreja, dois integrantes da central sindical e um integrante do MST, ou seja, pessoas ligadas às organizações camponesas na região (QUADRO 6). No ano de 1999, houve no município de Capinópolis três tentativas de assassinato de pessoas ligadas ao movimento sem terra. (CPT, 2000)

Quadro 6. Tentativa de assassinatos a pessoas ligadas às organizações camponesas em Santa Vitória e Capinópolis, em 1998 e 1999.

Ano	Município	Organização	Nº de Tentativas de assassinato
1998	Santa Vitória	Padre	5
		Membro da Igreja	
		Central Sindical	
		Movimento dos Sem Terra	
1999	Capinópolis	Sem Terra	3

Fonte: CPT (2000).

A partir dos conflitos e resistência dos sujeitos dos movimentos e sindicatos rurais evidenciam a questão agrária, no qual demonstra a demanda existente por terra na região. Isto posto, diante da organização camponesa e de trabalhadores rurais e ações de desapropriação realizadas pelo Incra, tem-se a criação dos assentamentos no município.

A criação de assentamentos rurais pelo Incra é realizada por meio de publicação no Diário Oficial da União, no qual constam a área do imóvel, a capacidade estimada de famílias, o nome do projeto de assentamento e os próximos passos para assegurar a implantação. Os assentamentos podem ser divididos em dois grupos, por meio da obtenção de terras por:

INCRA; ou por outras instituições governamentais, desde que reconhecidos pelo Incra. (INCRA, 2017a)

Com a informação que se tinha sobre a área a ser desapropriada e utilizando a ocupação como prática de resistência e luta política, os sujeitos integrantes do MST, MLST e FETAENG, por meio de suas ações, apropriaram-se das fazendas que estão localizadas em uma mesma região. Segundo Raffestin (1993), as objetivações do espaço correspondem a processos sociais sustentados por um conhecimento e uma prática. E diante disso, conforme a perspectiva do autor, esse espaço é entendido como elemento construído pelo sujeito, no qual é representado pela imagem do território visto ou vivido, estruturado a partir das intenções e da realidade material destes.

Apesar de identificarem dificuldades no momento em que estavam acampados, as famílias se organizavam de modo que pudessem garantir sua sobrevivência ali. Nota-se ainda que os movimentos, mesmo se diferenciando em seus princípios, se aproximam no que se refere à organização coletiva, como forma de resistir e reproduzir-se socialmente.

A organização dos sujeitos, atividades e ações desenvolvidas pelos movimentos demonstram o poder da coletividade frente ao Estado, diante das lutas políticas travadas pelos trabalhadores. Segundo Fabrini (2002), a experiência das ações coletivas na fase de acampamento, contribuem para motivar na reprodução dessa coletividade nos lotes. O autor destaca que é na produção no assentamento que as questões econômicas possuem mais importância.

Os assentamentos de reforma agrária surgem como resultado da organização e da mobilização dos trabalhadores sem-terra que se materializam a partir das ocupações de terra, principalmente. A posse da terra coloca ao trabalhador rural assentado uma nova condição. A organização da produção no assentamento é uma condição básica para a permanência do trabalhador assentado na terra. (FABRINI, 2002, p. 118)

A partir da afirmação do autor, é possível evidenciar essa nova condição após a posse da terra quando Maria diz que: “quando estávamos no acampamento, era como se fossemos todos parentes”. Essa fala indica a proximidade e a afetividade evidenciada, o que contribui para o desenvolvimento da coletividade. Porém, ao irem para seus lotes, em alguns casos observa-se a alteração da lógica de reprodução, conforme João: “a medida que foram para os lotes as pessoas começaram a ficar individualista sabe, cada um foi cuidar de suas coisas”. Por outro lado, há colocações de assentados ressaltando que este vínculo criado no acampamento permanece no assentamento, como explica um dos assentados (João): “você faz um laço de

amizade muito grande, igual irmãos, nós formamos uma comunidade, fundamos uma igreja, que a gente participa, conseguimos trazer a missa para cá, pessoas que quase não iam a missa, hoje já participa conosco aqui.”

Além disso, como aponta Souza (2009), os movimentos sociais por introduzirem práticas socioespaciais capazes de produzir territórios, trazem grandes contribuições ao confronto às lógicas e práticas socioespaciais do capital. Portanto, a construção do território do assentamento, pelos grupos sociais, altera as formas de uso e ocupação do solo, bem como a dinâmica territorial local.

Para a instalação das famílias, os beneficiários receberam os primeiros créditos para o plantio de alimentos e, posteriormente, foi realizado, via sorteio, a determinação dos lotes. É nesse período que as famílias receberam os primeiros créditos para instalação, para depois ser feito o repasse de créditos produtivos para investimento, diversificação e melhoria do processo produtivo, seguindo a normatização do Incra (2017a).

A construção dos assentamentos em Ituiutaba foi realizada por meio de obtenção de terras pelo Incra e, dentre as tipologias existentes, determinou-se a constituição do tipo “Projeto de Assentamento Federal”. Esta construção teve as seguintes fases: “a) obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários que são de responsabilidade da União através do INCRA; b) aporte de recursos de crédito, apoio a Instalação e de crédito de produção; c) infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) de responsabilidade da União; d) titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade), também”. (INCRA, 2017a)

O Contrato de Concessão de Uso (CCU) corresponde a transferência do imóvel rural ao beneficiário em caráter provisório, assegurando aos assentados o acesso à terra, aos créditos e aos programas do Governo Federal relacionados à agricultura familiar. O Título de Domínio (TD) refere-se ao instrumento de transferência do imóvel rural ao beneficiário em caráter definitivo, este é concedido a partir da verificação que os assentados tenham condições de cultivar a terra e pagar o título de domínio em parcela única no ano, ao longo de vinte anos. (INCRA, 2018)

Desse modo, a partir dos requisitos estabelecidos, poderá ser transferido o imóvel ao beneficiário. E o preço a ser pago é estabelecido com base na Medida Provisória de 2016, esta:

Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a

eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. (BRASIL, 2016)

Conforme este documento jurídico, o preço a ser pago se refere ao valor mínimo da terra nua, que é calculado de acordo com a Planilha de Preços Referenciais (PPR), elaborada pelo Incra. O cálculo é realizado conforme o tamanho da área, em percentuais, em que:

- I - acima de um e até dois módulos fiscais - dez por cento do valor mínimo da PPR;
- II - acima de dois e até três módulos fiscais - vinte por cento do valor mínimo da PPR;
- III - acima de três e até quatro módulos fiscais - trinta por cento do valor mínimo da PPR;
- IV - acima de quatro e até seis módulos fiscais - quarenta por cento do valor mínimo da PPR;
- V - acima de seis e até oito módulos fiscais - cinquenta por cento do valor mínimo da PPR;
- VI - acima de oito e até dez módulos fiscais - sessenta por cento do valor mínimo da PPR;
- VII - acima de dez e até doze módulos fiscais - setenta por cento do valor mínimo da PPR; e
- VIII - acima de doze e até quinze módulos fiscais - oitenta por cento do valor mínimo da PPR. (BRASIL, 2016, § 1º art. 12)

É observada a forma como é estabelecida legalmente a realização do pagamento do título do imóvel rural. Assim, ocorre a possibilidade de obtenção do Título de Domínio pelos assentados de reforma agrária, no qual o Incra estabeleceu, diante da verificação de condições necessárias, o cumprimento função social da terra. Por outro lado, cabe ressaltar que a conquista dessa fração do território ocorreu coletivamente, portanto, é necessário refletir a importância desse constructo social, e, o que a emissão desses títulos pode impactar na organização espacial e no projeto de realização de reforma agrária.

A conquista e a construção do território desses assentamentos são resultados da resistência de famílias que vivenciaram situações difíceis, identificadas pela permanência nos acampamentos e ocupações, pela discriminação da sociedade local e pelos desafios de se iniciar a produção nos lotes. Esta estruturação no espaço e construção do território é parte da história dos primeiros assentamentos do município.

5.2.1 A espacialização do PA Divisa

A fazenda da Divisa localizada no município de Ituiutaba foi declarada de interesse social para fins de reforma agrária, por meio de decreto no dia 14 de outubro de 1998 (BRASIL, 1998d). Isto é oficializado com base nos arts. 84, inciso IV, e 184 da Constituição

Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e nos termos dos arts. da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964), da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 (BRASIL, 1993) e da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993 (BRASIL, 1993). Com isto, o presidente da república Fernando Henrique Cardoso decretou:

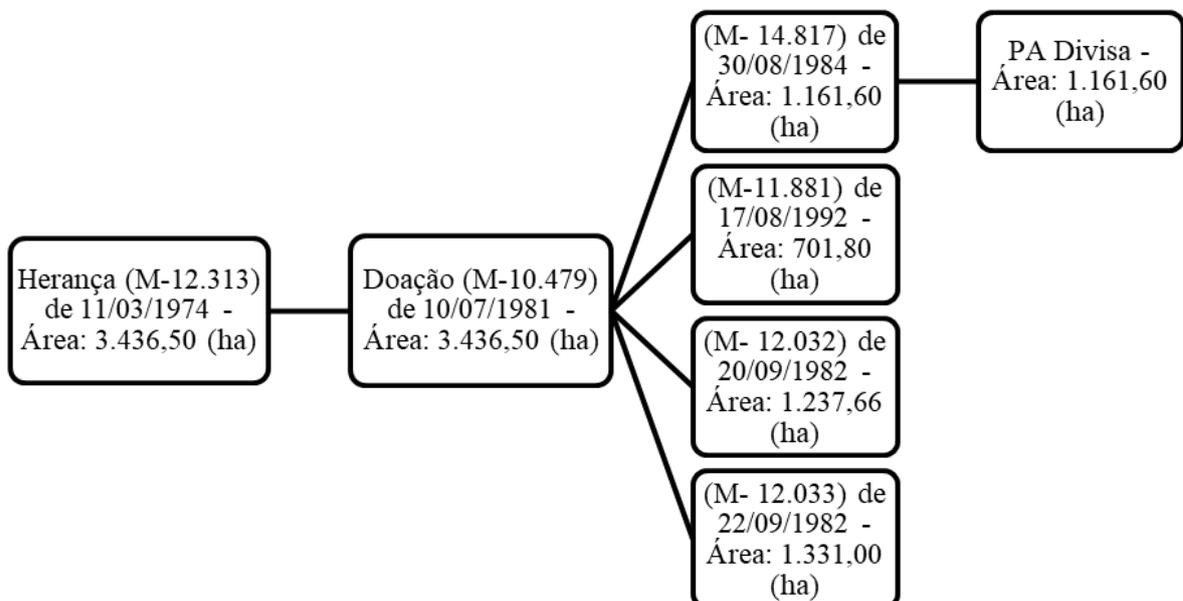
Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária [...] o imóvel rural denominado "Fazenda da Divisa", com área de um mil, cento e sessenta e um hectares e sessenta ares, situado no Município de Ituiutaba, objeto dos Registros nºs R-1-14.817, Ficha 01 e R-2-14.817, Ficha 01, Livro 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que trata este Decreto, na forma prevista na Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e a manter a área de Reserva Legal prevista na Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente. (BRASIL, 1998d)

O último artigo desse Decreto, Art. 4º, afirma que este entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 1998d). Assim, a partir da publicação e conhecimento do Decreto, os grupos sociais se organizaram com o propósito de ocupar propriedade da Fazenda Divisa que foi desapropriada, estando esta localizada na região da Fazenda Capão Rico.

Figura 1. Trajetória de titularidade da terra - “Fazenda Divisa”.

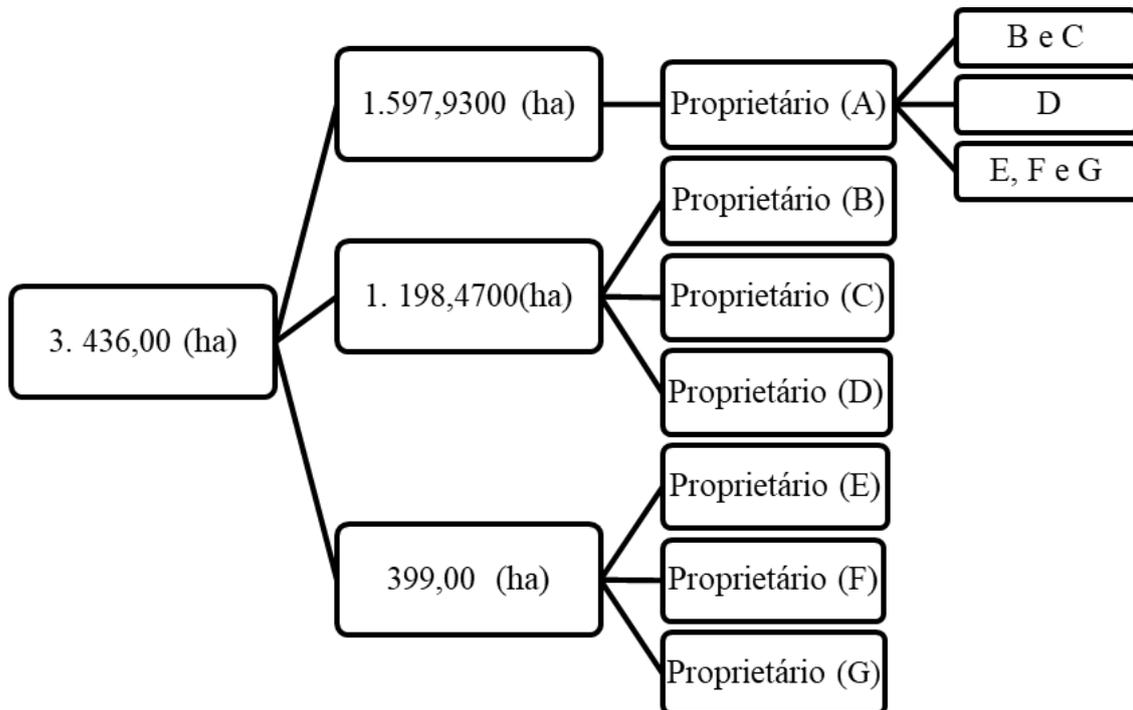


Fonte: 2ºCartório de Ofício (2018).

A Fazenda Divisa, localizada na região da Fazenda Capão Rico, é constituída em 1984, no registro nº 14.817, totalizando uma área de 1.161,60 hectares. E neste registro é destacado que a formação da fazenda é por processo de herança e doação de dois imóveis rurais, com as matrículas nº 12.313 e nº 10.479, registrados no 2º Cartório de Ofício do município de Ituiutaba (FIGURA 1).

Ressalta-se que no histórico descrito no registro nº12.313 há o encerramento desta matrícula no dia 10 de julho de 1981, visto que esta passa a ser matriculada com o registro nº 10.479. Conforme esta matrícula, o imóvel “Fazenda Capão Rico” é formado por uma área de 3.436,5 ha (FIGURA 2), em 1981, sendo subdividido em três áreas: 1.597,93 ha de propriedade de uma pessoa; 1.198,47 ha de propriedade de três pessoas; e 399 ha de três outras pessoas, porém todos pertencentes a mesma família. No documento, já está estabelecido que o proprietário A transmitirá a área de 1.597,93 hectares para os outros seis proprietários qualificados na matrícula (proprietários B, C, D, E, F e G).

Figura 2. Parcelamento do imóvel rural “Fazenda Divisa”.



Fonte: 2ºCartório de Ofício (2018).

A área do imóvel da Fazenda Capão Rico foi dividida em quatro partes (FIGURA 2), originando quatro novos registros: nº 11.881, de 17 de agosto de 1982, constituindo o imóvel

rural de 701,8 ha; nº 12.032, de 20 de setembro de 1982, formando o imóvel rural de 1.237,6647 ha; nº 12.033, de 20 de setembro de 1982, formando o imóvel rural de 1.331 ha; e nº 14.817, de 30 de agosto de 1984, que averba o imóvel rural de 1.161,6 ha. Vale evidenciar que esses quatro imóveis rurais somam, 4.432,0647 ha, extrapolando valor de origem da Fazenda Capão Rico em 995,5647 ha.

A proposta de ação de desapropriação, do imóvel rural no registro nº 14.817, foi averbada em abril do ano de 1999. Para tal, o INCRA fez uma ação registrada na 1ª Instância, na Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, na 12ª Vara contra as proprietárias, em abril de 1999. Foi registrado o domínio do imóvel em nome do INCRA, em julho do mesmo ano, por desapropriação pelo preço, em valor nominal, de R\$642.070,66, que são representados por Títulos da Dívida Agrária e R\$221.143,06 em dinheiro físico. (Cartório do 2º ofício do registro de imóveis, 2017).

O TDA (Título da Dívida Agrária) tem como objetivo viabilizar a realização da reforma agrária do país, é um instrumento criado pelo Governo Federal, previsto no I PNRA. Conforme previsto neste Plano, o TDA, pode ser utilizado para o pagamento de até 50% do Imposto Territorial Rural, dentre outros abatimentos. (BRASIL, 1985) Os Títulos podem ser resgatados em até 20 anos e pode se obter rendimento de até 6 % anual. Conforme a lei nº 8.177 de 1991, art. 5º, o valor do TDA “será atualizado no primeiro dia de cada mês, por índice calculado com base na TR [taxa referencial] referente ao mês anterior”. (BRASIL, 1991)

Segundo os documentos analisados, é evidenciado que o valor pago foi acima do identificado pela avaliação do INCRA, visto que o valor da terra nua era de R\$ 421.010,30 e o valor pago final de R\$ 863.133,02 (QUADRO 7). Conforme o art. 184 da Constituição Federal, define-se no §1º que “As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro”. (BRASIL, 1988) Assim, nota-se que se cumpre o estabelecido por lei, porém o valor pago é superior em R\$ 221.060,36.

Quadro 7. Valores da avaliação e do pagamento do imóvel rural “Divisa”, em termos correntes.

Resumo da avaliação do imóvel rural "Divisa"	
Valor do Imóvel	R\$ 642.072,66
Valor das Benfeitorias	R\$ 221. 060,36
Valor da Terra Nua (TDA)	R\$ 421.010,30
Valor do Imóvel/ha	R\$ 552,75
Custo/Família	R\$ 16.463,35

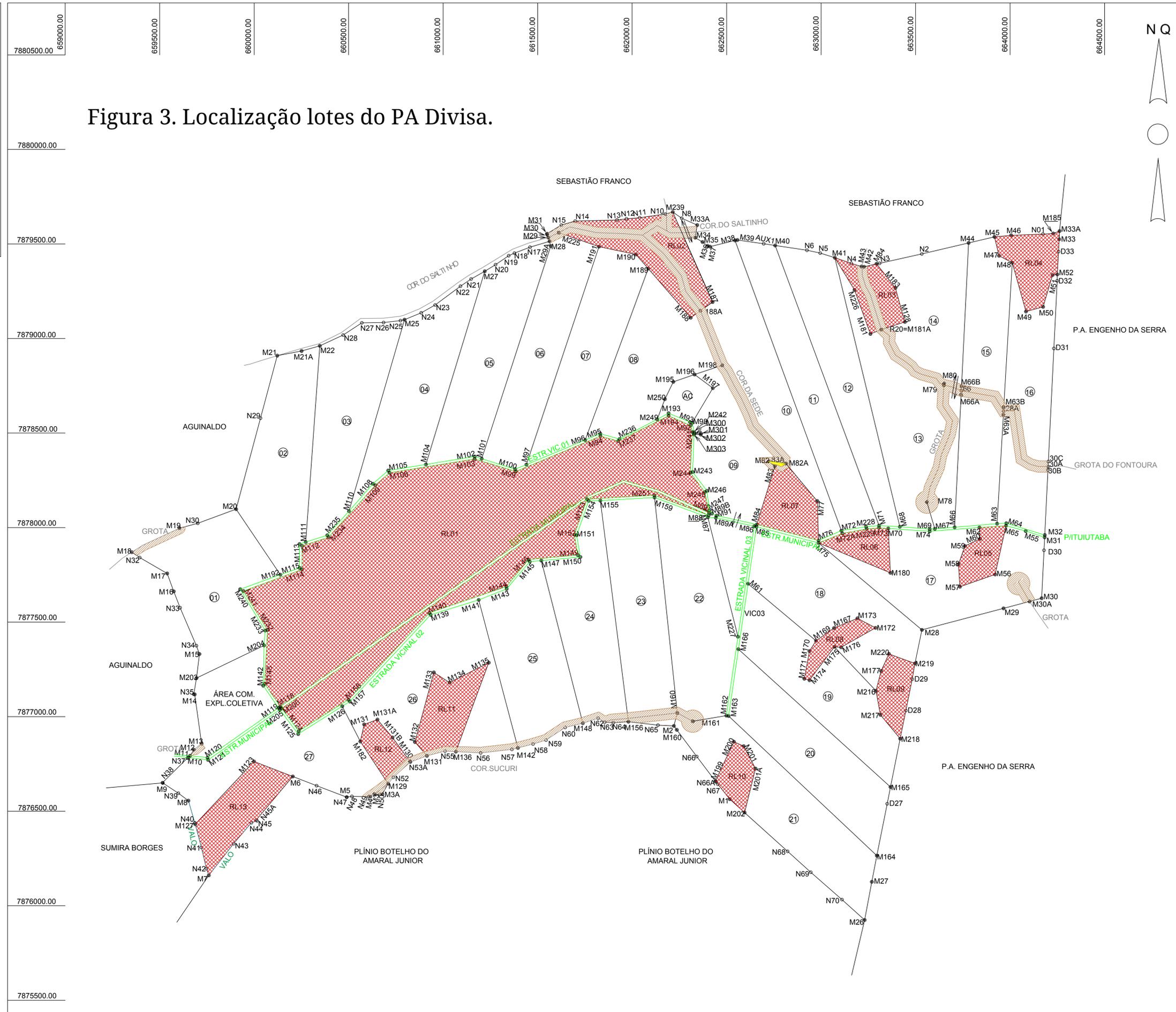
Fonte: INCRA, 1998a.

Para estabelecer os valores, em dezembro de 1998, a fazenda Divisa foi avaliada e julgou-se os seguintes aspectos: valor do imóvel, valor das benfeitorias, valor da terra nua, valor do imóvel (ha) e custo/família. O laudo sugere que a área seja dividida por 39 famílias, com áreas de aproximadamente 30 hectares, respeitando a reserva legal, de preservação permanente e áreas inaproveitáveis. (INCRA, 1998a)

Assim, a Fazenda da Divisa localizada no município de Ituiutaba, ao sul do município, distando 25 quilômetros da cidade, foi ocupada no dia 28 de novembro de 1998. O movimento para a ocupação da fazenda foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais com apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG). A ocupação foi efetuada por 14 famílias, segundo José, composta por pessoas de quatro cidades diferentes: Canápolis, Centralina, Ituiutaba e Monte Alegre de Minas. A ocupação teve duração de aproximadamente seis meses, pois o Assentamento foi instituído, com 1.151.3483 hectares, em 26 de julho de 1999. Área inferior em aproximadamente em 10 ha do estabelecido no documento do imóvel rural e de desapropriação.

A área da fazenda foi dividida em vinte e sete glebas (FIGURA 3), no qual cada família decide a melhor forma de uso da terra. De acordo com José, “cada um produz no seu lote, na sua parcela”

Figura 3. Localização lotes do PA Divisa.



PARCELAS	AREA (ha)	PERIMETRO (m)	PARCELAS	AREA (ha)	PERIMETRO (m)
Lote 01	34,2512	2.780,90	Lote 25	31,2371	2.478,44
Lote 02	33,0653	2.799,54	Lote 26	36,5168	4.147,45
Lote 03	33,4229	2.867,16	Lote 27	30,6690	3.206,63
Lote 04	32,3903	3.122,07	A.Com.Expl.C.	15,4314	1.747,08
Lote 05	32,5196	2.957,31	A.Comunitária	4,3054	872,05
Lote 06	30,0747	2.980,99	Res.Legal 01	147,5111	6.891,63
Lote 07	29,7780	2.817,33	Res.Legal 02	17,3361	2.298,07
Lote 08	29,8156	2.589,64	Res.Legal 03	7,1692	1.219,63
Lote 09	31,5115	3.474,49	Res.Legal 04	8,7804	1.322,21
Lote 10	36,3494	4.224,95	Res.Legal 05	5,0589	971,67
Lote 11	31,0871	3.631,53	Res.Legal 06	4,9604	1.026,07
Lote 12	29,5113	3.477,31	Res.Legal 07	8,5041	1.261,11
Lote 13	31,8624	3.438,58	Res.Legal 08	3,8846	1.065,69
Lote 14	32,2493	3.868,62	Res.Legal 09	5,7053	1.052,63
Lote 15	33,9467	3.435,95	Res.Legal 10	4,5006	888,71
Lote 16	30,8634	3.587,95	Res.Legal 11	10,1739	1.468,31
Lote 17	34,4697	3.866,89	Res.Legal 12	4,5033	883,54
Lote 18	34,2799	3.287,64	Res.Legal 13	12,3652	1.651,11
Lote 19	31,8068	3.240,57	Estr.Vic. 01	4,7324	7.952,78
Lote 20	33,0270	2.890,36	Estr.Vic. 02	3,6451	5.916,33
Lote 21	33,7047	3.658,24	Estr.Vic. 03	1,2141	2.048,56
Lote 22	34,7572	2.792,75	Estr.Municipal	6,1733	-----
Lote 23	32,7920	2.924,17	Caixa Dagua	0,0195	82,11
Lote 24	29,4151	2.896,38	-----	-----	-----

CONVENÇÕES

- CORREGO
- RIO
- MARCO DE PARCELA
- PONTO ESTACAO
- DIVISA DE PARCELA IMEDIATA
- NUMERO DE PARCELA
- RODOVIA PAVIMENTADA
- ESTRADA

CONVERGÊNCIA MERIDIANA RELATIVA AO CENTRO DA FOLHA

ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS

00°30'21"

MERIDIANO CENTRAL DO FUSO:51

UNICA

Fonte: INCRA (2000).

		MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS DIVISÃO TÉCNICA	
COD. IMÓVEL	P. A. DIVISA	ÁREA	1.151,3483 ha
DATA	OUTUBRO/2000	PERIMETRO	16.475,36 m
FONTE	VIA DIRETA	MUNICÍPIO/UF	ITUIUTABA / MG
DESAURELIO MAGNO T. QUEIROZ	RESP. TÉCNICO	CONFERE	VISTO
	Diogo Tomaz da Silva Agrm. CREA-51188/D/INCRA/MG		Eng. Agr. Antônio Carlos da Silva Chefe de Divisão Técnica

ARQ.W:\projetos\pa\divisa\divisapa.dgn

As famílias que participaram do processo de ocupação não possuíam experiências anteriores em ocupações, segundo entrevistado. Nesta, José destaca que após a implantação do assentamento e divisão dos lotes entre as 27 famílias, os primeiros recursos de crédito vieram seis meses após a instalação das famílias. Em 2017. No registro do INCRA há 26 famílias vivendo no PA Divisa. (INCRA, 2017c)

O período em que as famílias ficam acampadas é um momento árduo, visto que passam por uma diversidade de situações, segundo José. As principais dificuldades enfrentadas por essas famílias podem ser evidenciadas em sua fala: “principalmente pela sociedade local, havia uma resistência muito grande, uma discriminação muito grande com a gente, essa foi uma das dificuldades e outra foi por algumas famílias não ter recursos para permanecer acampadas”.

As famílias que participaram do processo de ocupação correspondem a 55% da população que ainda vive no PA Divisa, essas moravam em municípios vizinhos, em geral, na área urbana. Embora, a maioria não residisse no campo, estes sujeitos realizavam trabalho no campo, como assalariados, diaristas, ou eram posseiros/meeiros, logo todos possuíam uma relação com a terra.

5.2.2 A espacialização do PA Chico Mendes

Os sujeitos, que ocuparam a área que hoje corresponde ao PA Chico Mendes, iniciaram suas lutas no município de Santa Vitória. Segundo Júlio, as famílias souberam que havia terras em Ituiutaba, recentemente desapropriadas, e que “eram terras boas, e os proprietários não eram tão ruins quanto este daqui [proprietários do município de Santa Vitória]”.

O conflito em Santa Vitória foi intenso, visto que os proprietários buscavam desarticular o movimento dos sem-terra, retirando-os das áreas ocupadas, tantas vezes o necessário. Este conflito durou aproximadamente três anos e poderia se prolongar por mais tempo, como apontado por Júlio: “poderíamos ficar 10 anos, que não ia aceitar nós lá.” Verificou-se que a fazenda, a qual o entrevistado se referiu, foi ocupada no ano de 1998 em três momentos distintos, em janeiro, março e setembro, por 120 famílias (QUADRO 8).

Quadro 8. Manifestações em Santa Vitória (MG), 1998.

Local	Data	Nº Famílias
Fazenda Jubran (Santa Vitória/Iturama)	22/01/1998	120
	06/03/1998	
	22/09/1998	

Fonte: CPT (1999).

Com os impasses e violência vivenciadas, na luta pela terra em Santa Vitória, e diante da informação obtida de área desapropriada, as famílias decidiram realizar a ocupação em Ituiutaba. Segundo o Júlio, não foram todas as famílias que foram para o município, visto que algumas preferiram permanecer próximas de seus familiares, que residiam em outros assentamentos na localidade.

O movimento de articulação da luta pela terra, neste caso, foi o MST, que inicialmente contou com a participação de aproximadamente vinte e cinco famílias. Porém, observou-se que gradativamente o número de famílias aumentou para quarenta e nove, sendo que todas possuíam experiências anteriores em atividades no campo.

A área do PA Chico Mendes possui um total de 1.512,7965 hectares, no qual as áreas desapropriadas correspondiam a três fazendas distintas, denominadas “Fazenda Terra Rica”, “Fazenda Vargem Grande” e “Fazenda Shalom”. Essas foram declaradas de interesse social para a Reforma Agrária no mês de junho de 1999, por três Decretos (QUADRO 9). (BRASIL, 1999a, 1999b, 1999c)

Quadro 9. Artigo 1º dos Decretos de desapropriação das: “Fazenda Terra Rica”, “Fazenda Vargem Grande” e “Fazenda Shalom”.

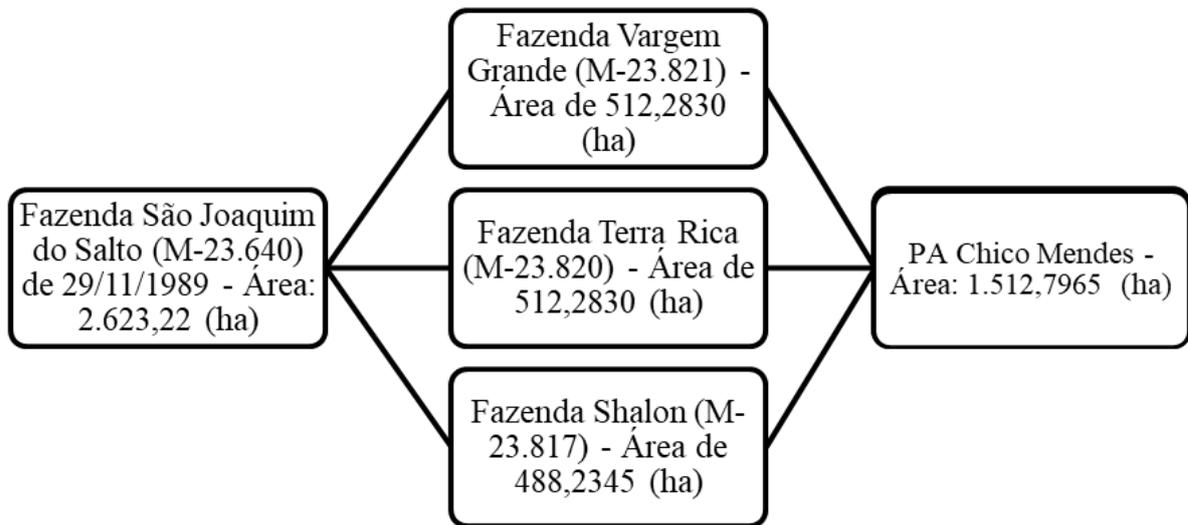
Fazenda	Data do Decreto	Decreto
Fazenda Vargem Grande	22 de Junho de 1999	Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Vargem Grande", com área de quinhentos e doze hectares, vinte e oito ares e trinta centiares, situado no Município de Ituiutaba, objeto do Registro nº R-1-23.821, Ficha 01, Livro 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.
Fazenda Terra Rica	23 de Junho de 1999	Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Terra Rica", com área de quinhentos e doze hectares, vinte e oito ares e trinta centiares, situado no Município de Ituiutaba, objeto do Registro nº R-01-23.820, Ficha 01, Livro 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.
Fazenda Shalom	23 de Junho de 1999	Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Shalom", com área de quatrocentos e oitenta e oito hectares, vinte e três ares e quarenta e cinco centiares, situado no Município de Ituiutaba, objeto do Registro nº R-1-23.817, Ficha 01, Livro 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Fonte: BRASIL (1999a, 1999b, 1999c).

Os Art. 1º dos Decretos (QUADRO 8) dispõem sobre a área, localização e registros das fazendas. A área das “Fazenda Vargem Grande” e “Fazenda Terra Rica” correspondem a 512,2830 ha cada, enquanto a “Fazenda Shalom” 488,2345 ha.

As fazendas supracitadas estão situadas em uma área denominada “Aldeia” e faziam parte da Fazenda São Joaquim do Salto (FIGURA 3). Esta Fazenda em 30 de novembro de 1989 divide a sua área em três registros: nº 23.821 com área de 512,2830 ha (Fazenda Vargem Grande); nº 23.820 com área de 512,2830 ha (Fazenda Terra Rica); nº 23.817 com área de 488,2345 ha (Fazenda Shalom). Nos registros, os imóveis pertencem a proprietários distintos, porém com registro de usufruto vitalício a favor de uma mesma pessoa (Proprietário original da Fazenda São Joaquim do Salto).

Figura 4. Trajetória de titularidade da terra - “Fazenda São Joaquim do Salto”.



Fonte: 2º Cartório de Ofício (2018).

Observa-se que, a partir da análise dos registros, em 17 de novembro de 1995 foi realizada a renúncia do usufruto desse agente, identificado como produtor rural domiciliado na cidade de Ituiutaba. E, nessa mesma data, foi dada a denominação individualizada das fazendas.

Em 27 de novembro de 1998, os proprietários das fazendas, firmaram com documentação hábil, que os imóveis estão cadastrados no INCRA e são descritos as áreas das respectivas fazendas. No dia 16 de dezembro de 1999, tem-se a averbação em cumprimento ao mandato do Juiz Federal Titular da 12ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais a proposta de ação de desapropriação contra os proprietários das matrículas 23.817, 23.820 e 23.821. Com base no mesmo documento, a ação de expropriação movida em desfavor do proprietário de matrícula 23.817, teve sentença proferida no ano de 2003, com o valor da indenização fixado em R\$ 611.754,76.

Porém, conforme o extrato de laudo de avaliação da fazenda “Shalom” realizada pelo INCRA, no ano de 1999, a área corresponde a 486,67 hectares e o valor do imóvel apresentado foi de R\$ 306.361,93. O valor das benfeitorias corresponde a R\$ 68.380,30 e o valor da terra nua R\$ 237.981, 63. (INCRA, 1999a)

Quadro 10. Resumo da avaliação da “Fazenda Shalon”

Resumo da avaliação do imóvel rural "Shalon"	
Valor do Imóvel	R\$ 306.361,93
Valor das Benfeitorias	R\$ 68.380,30
Valor da Terra Nua (TDA)	R\$ 237.981,63
Valor do Imóvel/ha	R\$ 629,51
Custo/Família	R\$ 16.124,31

Fonte: INCRA (1999a).

Evidencia-se que o valor da indenização declarado no documento, foi maior que o valor apresentado pelo INCRA. E, conforme a sentença proferida, este valor corresponde a 99,5% acima do que foi examinado pelos responsáveis pelo laudo. De acordo com o extrato de avaliação, as características dos solos e capacidade do uso das terras e diante destes aspectos os imóveis desapropriados apresentam potencialidade agropecuária. (INCRA, 1999a)

A Fazenda Terra Rica foi avaliada em R\$ 331.454,00 (QUADRO 11) e a Fazenda Vargem Grande em R\$ 329.782,65 (QUADRO 12). A primeira não tem discriminado o valor pago, não podendo, portanto, avaliar se houve ou não supervalorização. Já para a segunda Fazenda foi firmado o valor de indenização, em 9 de dezembro de 2003, de R\$ 725.185,18, o que representa um valor superior em 119,9% do que foi avaliado.

Quadro 11. Resumo da avaliação da “Fazenda Terra Rica”

Resumo da avaliação do imóvel rural "Terra Rica"	
Valor do Imóvel	R\$ 331.454,00
Valor das Benfeitorias	R\$ 73.996,80
Valor da Terra Nua (TDA)	R\$ 257.457,20
Valor do Imóvel/ha	R\$ 648,65
Custo/Família	R\$ 16.572,70

Fonte: INCRA (1999b).

Quadro 12. Resumo da avaliação da “Fazenda Vargem Grande”

Resumo da avaliação do imóvel rural "Vargem Grande"	
Valor do Imóvel	R\$ 329.782,65
Valor das Benfeitorias	R\$ 73.932,70
Valor da Terra Nua (TDA)	R\$ 255.849,95
Valor do Imóvel/ha	R\$ 649,43
Custo/Família	R\$ 16. 489,13

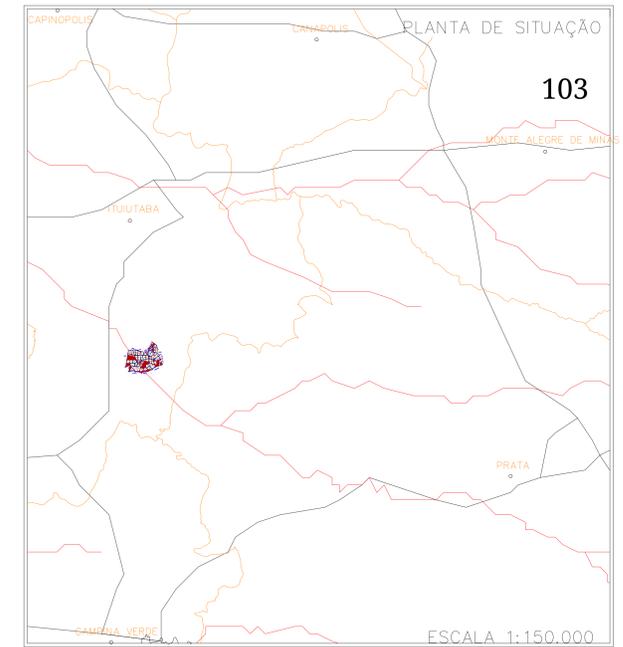
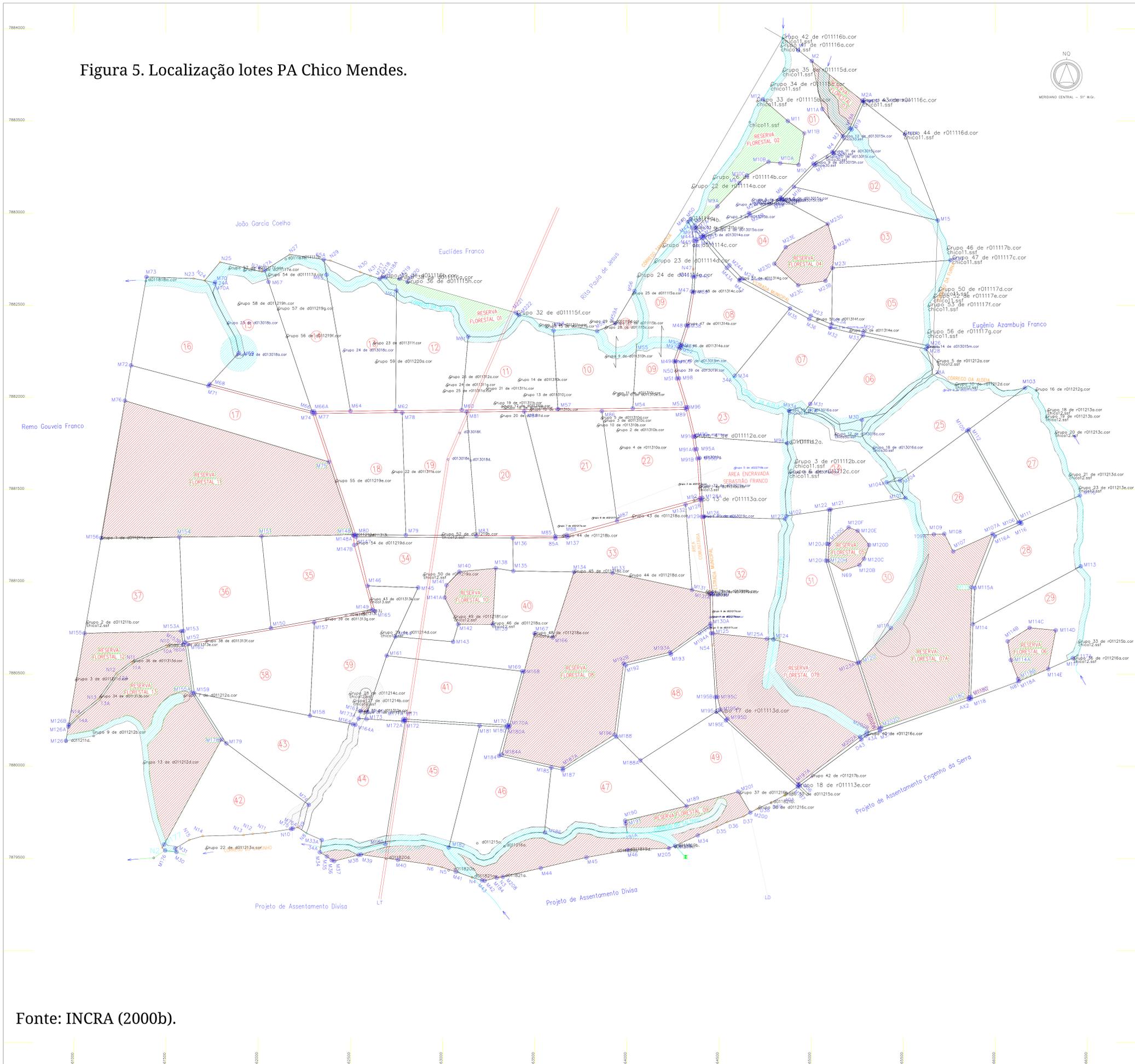
Fonte: INCRA (1999c).

Os laudos dos imóveis das fazendas desapropriadas, indicam a potencialidade agropecuária dessas áreas e recomendam para essa área total o assentamento de 59 famílias, com áreas médias de 25 hectares. No entanto, a divisão final da área foi de 49 lotes (FIGURA 5).

A partir do que foi verificado, nota-se a importância que há na terra diante das relações envolvidas no espaço. Demarcam a intencionalidade de diferentes agentes e sujeitos, no qual para uns aparecem como valor de uso e para outros, valor de troca. Além disso, para os proprietários desses imóveis improdutivos, a terra é um elemento que possibilita a reserva de valor. E o pagamento da área desapropriada por Toda garantiu, a esses proprietários, preços acima do valor de mercado.

Logo, nesse cenário, evidenciou-se o processo de financeirização, principalmente, por meio de crédito público, o que possibilitou a ampliação de ganhos a esses produtores por meio de domínio sobre a terra, neste caso, pela improdutividade e posterior pagamento via TDA, sustentado pelo Estado. Isso possibilitou a geração de renda da terra a esses proprietários, portanto, a financeirização viabilizada pelo poder público, garante a apropriação da renda da terra pelo capital.

Figura 5. Localização lotes PA Chico Mendes.



Elementos da Poligonal			
PARCELAS	ÁREA(ha)	PARCELAS	ÁREA(ha)
GLEBA 01	21.8736	GLEBA 18	24.6294
GLEBA 02	23.5196	GLEBA 19	24.4559
GLEBA 03	21.4141	GLEBA 20	24.9276
GLEBA 04	20.7741	GLEBA 21	24.6738
GLEBA 05	21.7677	GLEBA 22	25.4348
GLEBA 06	19.2679	GLEBA 23	17.5809
GLEBA 07	21.6832	GLEBA 24	25.3583
GLEBA 08	21.8914	GLEBA 25	23.3738
GLEBA 09	22.1527	GLEBA 26	23.1752
GLEBA 10	20.8415	GLEBA 27	24.1210
GLEBA 11	21.5480	GLEBA 28	22.4186
GLEBA 12	21.5700	GLEBA 29	22.4362
GLEBA 13	23.4009	GLEBA 30	28.0379
GLEBA 14	22.6022	GLEBA 31	22.4087
GLEBA 15	24.5963	GLEBA 32	24.7366
GLEBA 16	25.0973	GLEBA 33	25.9411
GLEBA 17	22.9228	GLEBA 34	25.8933
GLEBA 35	23.9088	GLEBA 36	24.6837
GLEBA 37	24.6673	GLEBA 38	25.3514
GLEBA 39	24.9538	GLEBA 40	25.3859
GLEBA 41	24.4707	GLEBA 42	22.8774
GLEBA 43	25.2299	GLEBA 44	25.6848
GLEBA 45	24.3940	GLEBA 46	24.6238
GLEBA 47	24.5064	GLEBA 48	24.3229
GLEBA 49	24.1696		

RESUMOS DAS ÁREAS	
49 GLEBAS	1.155,7498ha
14 ÁREAS DE RESERVA FLORESTAL	351,8211ha
1 ÁREA COMUNITÁRIA	04,3041ha
1 ÁREA ENCRAVADA	19,8501ha
ÁREA EM ESTRADA MUNICIPAL	06,9338ha
ÁREA EM ESTRADA VICINAL	19,0002ha

CONVENÇÕES	
	MARCO DE PARCELA
	PONTO LEVANTADO
	DIVISA DE PARCELA MEDIDA
	NÚMERO DA PARCELA
	CONTINUIDADE DE PARCELA
	LINHA DE TRANSMISSÃO
	ESTRADA EXISTENTE
	CÓRREGO
	PONTE
	GROTA
	LINHA DE DISTRIBUIÇÃO

<p>CONVERGÊNCIA MERIDIANA RELATIVA AO CENTRO DA FOLHA</p> <p>MERIDIANO CENTRAL DO FUSO: 51°</p>	<p>ARTICULAÇÃO DAS FOLHAS</p> <p>ÚNICA</p>
---	--

Fonte: INCRA (2000b).

		INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS DIVISÃO TÉCNICA	
REG. COG.	MOVEL :	PROJETO ASSENTAMENTO CHICO MENDES	ÁREA : 1.557,6591ha
DATA : JUNHO/2.001	MUNICÍPIO :	ITUIUTABA-MG	PERÍMETRO : 18.019,89m
DESENHO :	CONFERE :	MARLUCE	ESCALA : 1:10.000
		FUNARBE	R.T.
		DIODO TOMAZ DA SILVA ENGENHEIRO AGRÔNOMO CREA 51.186/0-MG	AURÉLIO MAGNO TORRES QUEIROZ ENGENHEIRO AGRÔNOMO CREA 74.315/0-MG

5.2.3 A espacialização do PA Engenho Da Serra

Os sujeitos que participaram do processo de ocupação da área onde está o PA Engenho da Terra vieram dos municípios de Capinópolis (majoritariamente) e Santa Vitória. Municípios onde houve o registro de conflitos por terra, resultando em cinco tentativas de assassinato, como apresentado anteriormente no Quadro 5.

Alguns dos participantes já haviam participado de outras ações como acampamentos em Santa Vitória. O local ocupado no município de Ituiutaba corresponde a uma área de duas fazendas denominadas Capão Rico e Engenho da Serra, equivalendo ao PA Engenho da Serra.

As primeiras famílias vieram de Santa Vitória e ocuparam a área ao lado do Córrego, que equivale a área da Fazenda Engenho da Serra. Após vieram as famílias de Capinópolis que se estabeleceram áreas próximas. Ambos os grupos eram formados por integrantes do MLST. Maria destaca que no início a quantidade de famílias era insuficiente para viabilizar a construção do assentamento, o que motivou a vinda de novas famílias, dentre as quais a sua. Ela destaca que este movimento de migração foi motivado por um “sonho”, ao mesmo tempo que ressalta a dificuldade deste processo e da vida no campo.

Mas assim, aí depois, quando eles já estavam lá, já tinham ocupado lá, precisavam de mais pessoas, então eles, a meu esposo ficou sabendo, e me perguntou se eu viria com ele pra cá. Aí eu falei, uai eu vou, e a gente tinha o sonho de ter a terra né, pensava que era tudo de bom, mas não é o sonho não, o sonho quando vira realidade é difícil né. [risos] Foi isso, essa é a história que eu conheço.

Segundo Maria e João, um dos marcos deste processo foi a emissão de posse, que ocorreu no ano de 2000, e a partir disso as famílias tiveram acesso efetivo à terra onde estão assentadas. Com isso, observa-se o início da territorialização das famílias, visto que a posse da terra garante que estas se apropriem do espaço, por meio de suas ações, vivências, práticas, como expresso nos textos de Raffestin (1993) e Souza (2009).

O processo de ocupação nessa área durou aproximadamente de 4 a 5 meses, porém, como havia sujeitos que estavam há mais tempo na luta pela terra, estes chegaram a resistir por 6 a 7 anos. A decisão de ocupação era realizada a partir de reuniões organizadas pela diretoria do movimento (MLST) e, nessas reuniões, havia instruções de como se organizarem e agirem, bem como eram informados quanto ao andamento do processo no INCRA.

Durante o processo em que estiveram acampados, as famílias enfrentaram dificuldades, tais como o preconceito da sociedade, a dificuldade em manter uma atividade

produtiva em local temporário e a falta de meio de transporte. A fala de João expressa estes pontos:

outra dificuldade foi o transporte que a gente não tinha, então uma caminhonete pra servir a comunidade toda né. As necessidades são muitas, então isso foi uma dificuldade, e a discriminação, a maior delas. A discriminação, até pelas famílias, os nossos parentes, discriminavam, achavam que a gente estava tomando terra dos fazendeiros. Coitadinhos dos fazendeiros, trabalharam tanto pra comprar a terra, a gente tava tomando deles, e era um absurdo. E não era assim, mas eles não entendiam, não adiantava falar.

O PA Engenho da Serra é constituída a partir de dois Decretos de desapropriação da: Fazenda Engenho da Serra que ocorreu no dia 18 de Setembro de 1998; e Fazenda Capão Rico que foi desapropriada em 30 de Outubro do mesmo ano (QUADRO 13).

Quadro 13. Decretos de desapropriação dos imóveis rurais: “Fazenda Engenho da Serra” e “Fazenda Capão Rico”

Fazenda	Data do Decreto	Decreto
Fazenda Engenho da Serra	18 de Setembro de 1998	Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Engenho da Serra", com área de um mil, trezentos e trinta e um hectares, situado no Município de Ituiutaba, objeto da Matrícula nº 12.033, Ficha 01, Livro 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.
Fazenda Capão Rico	30 de Outubro de 1998	Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o imóvel rural denominado "Fazenda Capão Rico", com área de um mil, duzentos e trinta e sete hectares, sessenta e seis ares e quarenta e sete centiares, situado no Município de Ituiutaba, objeto do Registro nº R-1-12.032, Ficha 01, Livro 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

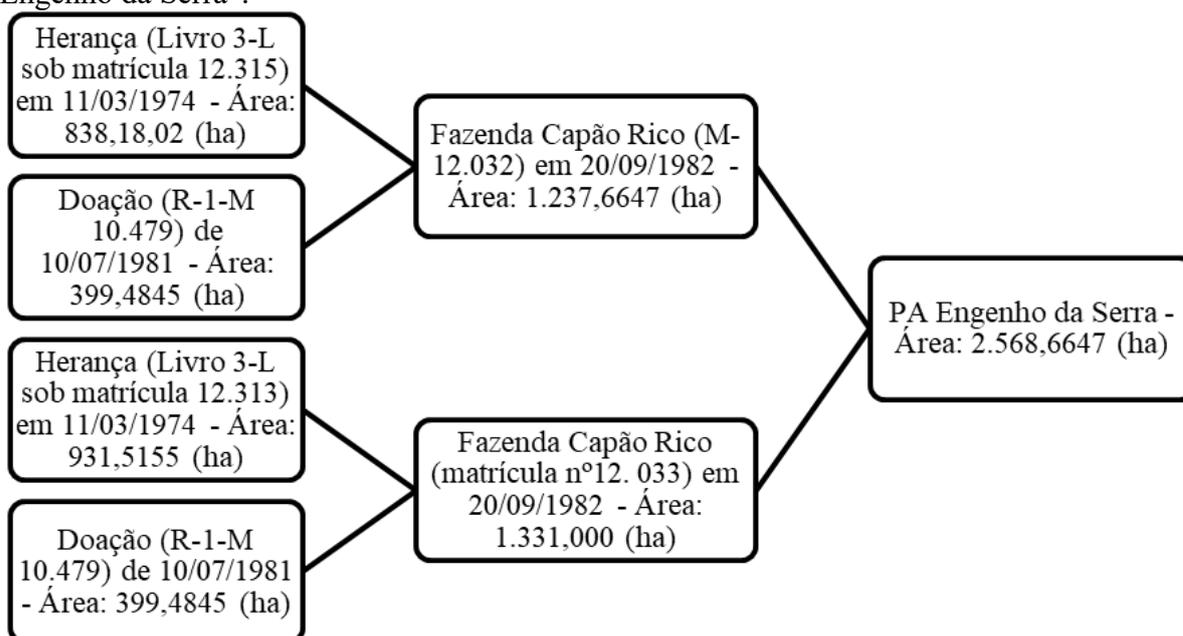
Fonte: BRASIL (1998c, e).

A partir do número de matrícula obtido nos Decretos de desapropriação dessas áreas, utilizou-se a vintenária dessas propriedades, a fim de identificar o histórico desses imóveis rurais. Observa-se na Figura 5 que as Fazendas supracitadas se originam de processo de herança, em que seu registro se inicia em 11 de março de 1974, com o nº 12.313 e nº 12.315. Posteriormente, estas fazendas são doadas no ano de 1981, estabelecendo-se novo registro (nº

10.479). Ressalta-se que estas fazendas participam do mesmo processo descrito na Figura 1, que trata do PA Divisa.

A partir da área do imóvel rural, no registro nº 10.479 de 1981, tem-se a constituição da “Fazenda Capão Rico”, também denominada como Engenho da Serra, no registro nº 12.032, com 1.237,6647 ha, e da “Fazenda Capão Rico” no registro nº 12.033, com 1331 ha.

Figura 6. Histórico da titulação dos imóveis rurais – “Fazenda Capão Rico” e “Fazenda Engenho da Serra”.



Fonte: 2º Cartório de Ofício (2018).

O imóvel rural (Fazenda Capão Rico) nº 12.033 foi subdividido, em 21 de setembro de 1998, em três glebas distintas, correspondendo a um quinhão com área de 443,6666 hectares (registro nº R02-32.781) e os outros dois quinhões com 443,6667 hectares cada (registro nº R02-32.783 e nº R02-32.784). Com isso, encerra-se o registro nº 12.033 em 21 de setembro de 1998. (2º Cartório de Ofício, 2018)

É importante ressaltar que, segundo art. 185 da Constituição Federal,

são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I – a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II – a propriedade produtiva. (BRASIL, 1988)

Assim, as áreas mais suscetíveis a reforma agrária são as grandes propriedades rurais, que segundo o INCRA são imóveis rurais com área superior a 15 módulos fiscais. No caso de Ituiutaba, 15 módulos equivalem a 450 ha (INCRA, 2018). Esta ressalva ajuda a compreender o motivo da subdivisão da Fazenda Capão Rico.

Porém, anteriormente a data de encerramento da matrícula dessa Fazenda, este imóvel rural (matrícula 12.033 Ficha 01, Livro 2, do Cartório do 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais) é declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo Decreto de 18 de setembro de 1998 (BRASIL, 1998c), anulando, portanto, a tentativa de subdivisão da Fazenda.

A “Fazenda Capão Rico” (Engenho da Serra), com matrícula nº 12.032, tem pelo a declaração de interesse social para fins de reforma agrária no Decreto de 18 de setembro de 1998. A proposta de desapropriação pelo INCRA ocorre em 18 de março de 1999, no entanto, o registro de domínio do imóvel em nome deste só ocorre em 28 de abril de 2014.

Os laudos de avaliação dos imóveis desapropriados apresentam sugestão de quantas famílias poderão ser assentadas na área desapropriada. De acordo com os laudos seriam 40 famílias na área da “Fazenda Capão Rico” (Engenho da Serra) e 25 famílias na “Fazenda Capão Rico”, logo, a capacidade total visa atender 65 famílias. Entretanto, a área foi dividida com capacidade para atender 60 famílias (FIGURA 7).

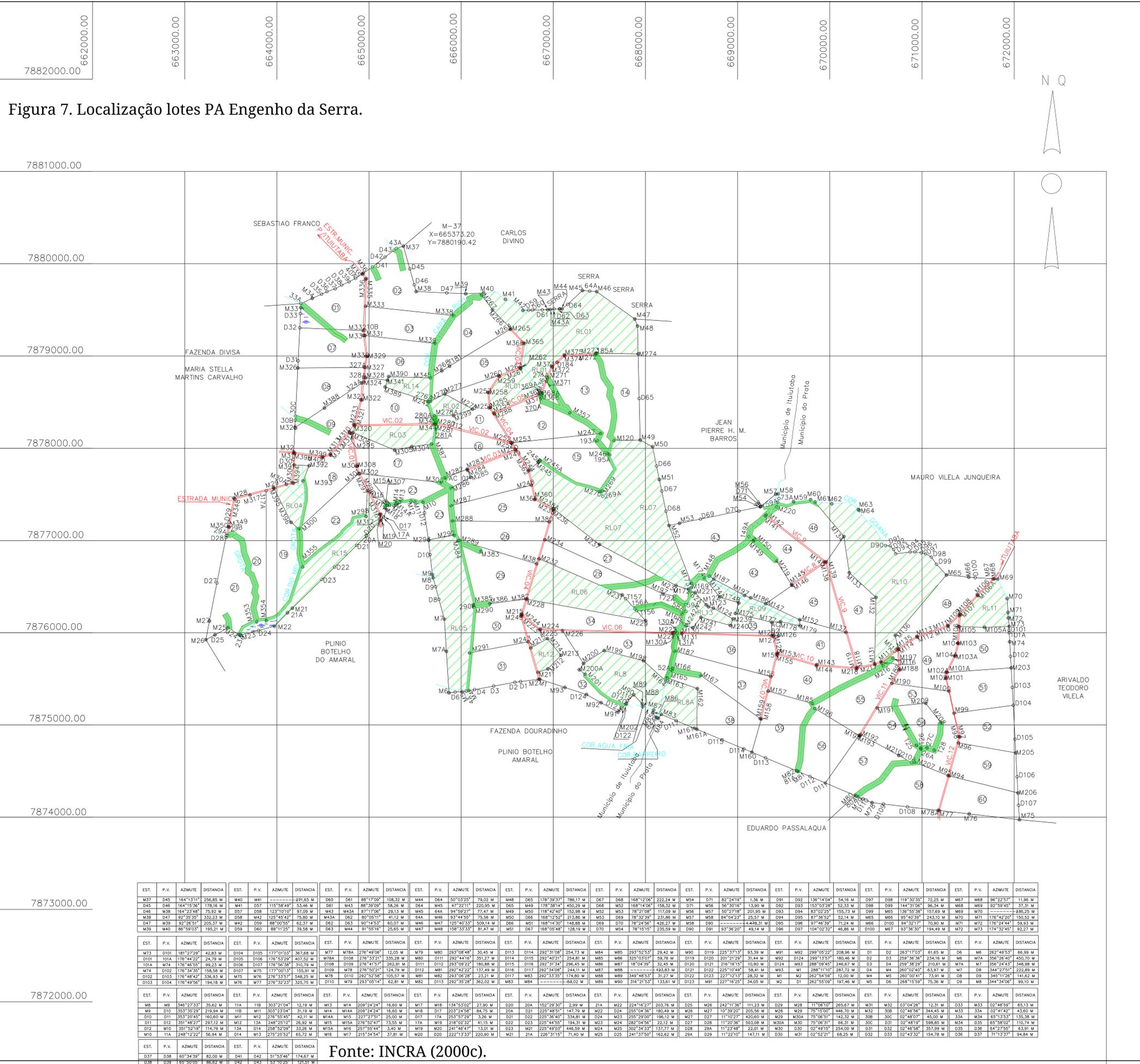
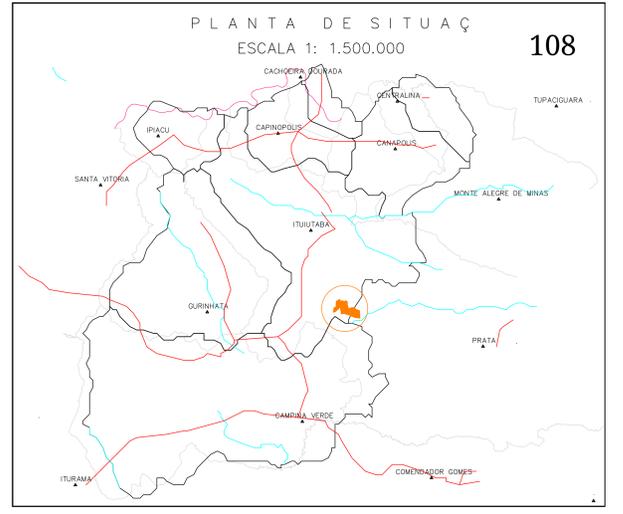


Figura 7. Localização lotes PA Engenho da Serra.

Fonte: INCRA (2000c).



PARCELAS	AREA (ha)	PERIMETRO (m)	PARCELAS	AREA (ha)	PERIMETRO (m)
Lote 01	30,0665	2.315,44	Lote 41	31,6479	2.473,86
Lote 02	41,5493	3.546,10	Lote 42	35,5777	2.382,94
Lote 03	27,5849	2.409,09	Lote 43	44,8832	3.389,23
Lote 04	34,8959	2.661,92	Lote 44	25,1465	2.248,49
Lote 05	34,6657	2.792,61	Lote 45	31,2999	2.501,55
Lote 06	30,2146	2.340,79	Lote 46	28,6340	2.263,49
Lote 07	29,8736	2.250,29	Lote 47	37,1507	3.227,76
Lote 08	28,9603	2.416,60	Lote 48	32,6334	2.817,14
Lote 09	30,6133	2.410,35	Lote 49	34,0748	2.634,43
Lote 10	29,4195	2.463,59	Lote 50	27,4093	2.212,79
Lote 11	24,3798	3.142,39	Lote 51	29,0911	2.204,54
Lote 12	33,1187	2.682,61	Lote 52	26,0174	2.128,87
Lote 13	46,8604	3.106,80	Lote 53	32,4734	3.681,29
Lote 14	31,4396	2.704,70	Lote 54	36,5508	2.412,24
Lote 15	41,5601	3.060,40	Lote 55	33,8076	2.799,07
Lote 16	28,6223	2.368,71	Lote 56	31,4559	2.249,66
Lote 17	32,6966	2.699,72	Lote 57	28,8606	2.394,00
Lote 18	31,9563	3.052,45	Lote 58	33,3634	2.463,27
Lote 19	39,9003	3.183,62	Lote 59	27,6646	2.206,90
Lote 20	32,6474	3.382,44	Lote 60	27,5192	2.323,39
Lote 21	38,1472	2.947,69	AC 01	3,1621	782,17
Lote 22	33,2876	2.687,45	AC 02	1,2333	465,74
Lote 23	35,4656	3.395,46	INAP. ESTRADA	29,7511	-----
Lote 24	27,7278	2.395,74	Res. Legal 01	102,4509	5.826,49
Lote 25	28,9476	2.640,06	Res. Legal 02	6,6703	1.123,79
Lote 26	32,1174	2.641,40	Res. Legal 03	17,5398	2.063,20
Lote 27	34,2912	3.939,31	Res. Legal 04	12,3054	1.799,16
Lote 28	32,6318	3.752,52	Res. Legal 05	50,1855	3.875,81
Lote 29	38,6203	2.582,33	Res. Legal 06	37,4694	3.129,33
Lote 30	27,5686	2.213,89	Res. Legal 07	125,1482	5.989,58
Lote 31	29,2317	2.280,55	Res. Legal 08	36,6249	2.705,19
Lote 32	28,6889	3.884,38	Res. Legal 08A	15,9773	1.728,82
Lote 33	34,5912	3.232,94	Res. Legal 09	15,1575	2.529,61
Lote 34	39,4514	4.247,07	Res. Legal 10	86,3881	5.113,59
Lote 35	24,2248	3.777,16	Res. Legal 11	18,6204	1.777,88
Lote 36	34,1401	2.760,28	Res. Legal 12	6,9114	1.032,80
Lote 37	30,5766	2.879,73	Res. Legal 13	9,3242	1.585,22
Lote 38	36,9786	3.045,49	Res. Legal 14	8,8337	1.326,68
Lote 39	36,6558	2.497,81	Res. Legal 15	31,3736	4.647,06
Lote 40	33,1592	2.970,61	Res. Legal Area Total	580,9806	-----

CONVENÇÃO

- CORREGO
- RIO
- MARCO DE PARCELA
- PONTO ESTACAO
- DIVISA DE PARCELA IMEDIATA
- NUMERO DE PARCELA
- RODOVIA PAVIMENTADA
- ESTRADA

Area de Preservação 122,3664 ha Permanente

CONVERGÊNCIA MERIDIANA RELATIVA AO MERCIDIANO CENTRAL DO FUSO: 51°

00°31'20"

ARTICULAÇÃO

UNICA

		MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE DIVISÃO DE SERVIÇOS SEQ	
COD. IMÓ	MÓ	P. A. ENGENHO DA SERRA	
DATA	ABRIL/2000	MUNICI	ITUIUTABA E PRATA / MG
FONTE	VIA DIRETA	RESP. TÉCNICO	DIOGO TOMAZ DA SILVA ENGR. AGRÍCOLA - CRÉD. Nº 5188/D/MG INCRA/MG
DES.	AURELIO QUEIROZ	CONFERE	RICARDO FRANCISCO MENDONÇA CHEFE DE SEÇÃO DE PROJETO INCRA/MG
2.567,9170 ha 29.531,64 m ESCALA: 1 : 20.000		WISTO	

O documento não apresenta o preço pago pelas áreas desapropriadas, no entanto, o extrato de avaliação aponta os valores dos imóveis (QUADRO 13).

Quadro 14. Resumo da avaliação da “Fazenda Capão Rico e Fazenda Engenho da Serra”.

Resumo da avaliação do imóvel rural "Capão Rico"	
Valor do Imóvel	R\$ 485.899,76
Valor das Benfeitorias	R\$ 122.849,80
Valor da Terra Nua (TDA)	R\$ 363.049,96
Valor do Imóvel/ha	R\$ 393,61
Custo/Família	R\$ 19.435,99
Resumo da avaliação do imóvel rural "Engenho da Serra"	
Valor do Imóvel	R\$ 595.365,69
Valor das Benfeitorias	R\$ 170.676,84
Valor da Terra Nua (TDA)	R\$ 424.688,85
Valor do Imóvel/ha	R\$ 448,22
Custo/Família	R\$ 14.884,14

Fonte: INCRA (1998b,c).

O imóvel desapropriado denominado “Fazenda Engenho da Serra” teve seu valor definido em aproximadamente R\$ 595 mil dos quais o Valor da Terra Nua foi pago por Título da Dívida Agrária (6.129 títulos), ao longo de 10 anos (QUADRO 14), e as benfeitorias e da sobra de TDAs que foram pagas em espécie no valor de R\$ 170.676,84 (QUADRO 13). Como o TDA é pago ao longo de 10 anos, no final o valor será superior, visto o reajuste (6% ao ano), a partir de 11 de novembro de 1998. Este valor é dividido para os três proprietários.

O imóvel “Fazenda Capão Rico” tem o lançamento de pagamento dos TDAs em 01 de dezembro de 1998, sendo pago o valor de R\$ 363 mil representados por 5.209 TDAs, e o pagamento em dinheiro foi de R\$ 122.884,55 que corresponde ao valor das benfeitorias e da sobra de TDAs.

Os Títulos correspondentes ao pagamento dos imóveis foram resgatados, a partir do segundo ano de sua emissão, conforme previsto em Lei, os resgates iniciaram em 01/11/2000 (Fazenda Engenho da Serra) e 01/12/2000 (Fazenda Capão Rico). No que se refere ao imóvel Engenho da Serra, o proprietário B, resgatou por ano 227 TDAs enquanto os proprietários C e D resgataram 226, para o mesmo período. Já no último resgate os valores foram diferentes dos períodos anteriores (QUADRO 15). Enquanto, o imóvel Capão Rico, os resgates foram de 578 Títulos por ano e no último período 585.

Quadro 15. Lançamento de TDAs do imóvel desapropriado “Fazenda Capão Rico e Fazenda Engenho da Serra”.

<i>Fazenda Engenho da Serra</i>						
Favorecido	Prazo	Data de Lançamento	Valor de lançamento (em reais)	Quantidade total TDA	Período de realização dos resgates	TDA'S Resgatados por ano
B	10 Anos	01/11/1998	141.795,69	2.047	9 anos	227 *231
C	10 Anos	01/11/1998	141.380,07	2.041	9 anos	226 *233
D	10 Anos	01/11/1998	141.380,07	2.041	9 anos	226 *233
<i>Fazenda Capão Rico</i>						
Favorecido	Prazo	Data de Lançamento	Valor de lançamento (em reais)	Quantidade total TDA	Período de realização dos resgates	TDA'S Resgatados por ano
M	10 Anos	01/12/1998	363.015,21	5.209	9 anos	578 *585

*Refere-se a quantidade de TDA'S resgatados em 01/11/2008 (Fazenda Engenho da Serra) e 01/12/2008 (Fazenda Capão Rico) (data do último resgate realizado)

Fonte: INCRA(1998d,e).

A base Legal para a atribuição desse documento é o Decreto nº 433 de 24 de janeiro de 1992, esse documento dispõe sobre aquisição imobiliária para fins de reforma agrária. E conforme o art. 2º desse Decreto, isso ocorrerá em áreas em que se evidencia conflito por terra, na tentativa de promover o cumprimento da função social da terra. (BRASIL, 1992))

O Decreto nº 2.614, de 1998, altera o Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, dispondo sobre o processo de compra e venda de imóveis para fins de Reforma Agraria. Ao tratar a forma de pagamento dos Títulos, o Decreto apresenta:

Art. 11. O pagamento do preço contratado somente será efetuado após o registro da escritura pública no registro de imóveis competente.
§ 1º O pagamento será efetuado de forma escalonada, em Títulos da Dívida Agrária, resgatáveis em parcelas anuais, iguais e sucessivas, a partir do segundo ano de sua emissão, observadas as seguintes condições:
I - imóveis com área de até três mil hectares, no prazo de cinco anos;
II - imóveis com área superior a três mil hectares:

- a) O valor relativo aos primeiros três mil hectares, no prazo de cinco anos;
 - b) O valor relativo à área superior a três mil e até dez mil hectares, em dez anos;
 - c) O valor relativo à área superior até quinze mil hectares, em quinze anos;
 - d) O valor da área que exceder quinze mil hectares, em vinte anos.
- (BRASIL, 1998a)

Nota-se que, o resgate dos Títulos das Fazendas ocorreu em um prazo superior ao definido pela legislação vigente desse processo. Diante da legislação que sustenta o preço

pago dos Títulos, tem-se a Taxa Referencial como parâmetro e os juros anuais de 6%, que garantem aos proprietários preço de mercado.

Segundo Pereira (2015), os TDAs acabam se tornando em uma moeda de alta liquidez, e o Estado por meio da política adotada, é o viabilizador da renda da terra obtida por esses proprietários, mesmo diante da improdutividade evidenciada em seus imóveis.

Nesse contexto, em que estas áreas do estudo foram desapropriadas, destaca-se as reflexões de Delgado (2012) a respeito do pagamento realizado aos proprietários de imóveis improdutivos. O autor aponta que:

No período 1995-2002 as ações de desapropriação para fins de reforma agrária geraram uma desproporcional valorização do patrimônio desapropriado, mediante procedimentos financeiros e judiciais que oneraram e desvirtuam a chamada “Dívida Fundiária” [...] Um exemplo peculiar desta distorção ocorre em períodos de queda do preço da terra - a exemplo do período 1994 – 1999. Um imóvel rural que teve preço de 100 em 1994, pelo critério de mercado valeria 60 em 1999. Mas pelo critério de desapropriação com correção monetária plena e juros de 6% ao ano, tal imóvel foi pago por equivalente a 141. Seu custo fiscal é mais do que o dobro de sua cotação de mercado. (DELGADO, p.21, 2012)

Ainda conforme o autor, essas formas de pagamento das áreas desapropriadas, alteram os fundamentos legais e os objetivos da dívida fundiária. Em vista disso, Delgado (2012) destaca que:

Em razão dessa distorção na aplicação do instituto de desapropriação, acrescidos de outros tantos, impostos pelas freqüentes revalorizações das terras improdutivas mediante sentença judicial, o custo fiscal das desapropriações tem criado um mercado paralelo para a grande propriedade e um ônus desmesurado à Dívida Fundiária. Estes fatores terminam por paralisar o processo e inverter o sentido do gasto social nesse campo: ao invés de viabilizar a economia familiar nos assentamentos, valoriza latifúndios improdutivos e ainda lhes garante generosa renda de juros sobre o principal, indexado à inflação, ao longo de todo o período de resgate. (DELGADO, p. 22, 2012)

Assim, a legislação que sustenta os meios de realizar o pagamento de áreas desapropriadas, propicia a esses proprietários garantia de ganhos (renda da terra) sobre o não cumprimento da função social da terra.

Por fim, a espacialização dos assentamentos rurais do município de Ituiutaba é viabilizada pela luta e resistência dos sujeitos que integravam os movimentos/organizações para fins de reforma agrária e que contribuíram na possibilidade de que 136 famílias pudessem ter acesso à terra. Desse modo, as ações engendradas no espaço permitem a estas modificar sua condição que antes consistia de assalariamento e sem terra, para uma condição

de autonomia, visto que cada família conquistou seu “chão”, possibilitando novas formas de produção, reprodução e de modos de vida.

6 CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO NOS PA'S DIVISA, CHICO MENDES E ENGENHO DA SERRA

Neste capítulo, realiza-se a caracterização social e estrutural desses assentamentos rurais, o que demonstra as diversidades e singularidades dos sujeitos, ao mesmo tempo que permite articular a sua relação com o território, visualizando, portanto, as expressões da territorialidade nos assentamentos.

Além disso, identifica-se o uso da terra por meio do que foi produzido a partir da criação dos assentamentos, bem como se deu o desenvolvimento do trabalho, as estratégias adotadas e a organização territorial, produtiva e social. Elementos que contribuem para a territorialização, retratada nas ações e práticas dos assentados.

6.1 Territorialidade e territorialização dos PAs

A constituição dos assentamentos PA Chico Mendes, PA Divisa e PA Engenho da Serra, se deu a partir de diferentes grupos sociais, resultado de resistência e luta desses sujeitos. E essas ações não se restringem ao momento de ocupação, pois é algo constante nas práticas das famílias, no território conquistado.

É importante destacar nesta luta que, mesmo depois de quase vinte anos, as famílias que ali vivem não têm o título de propriedade da terra¹¹. Condição em desacordo com o Art. 189. da Constituição Federal de 1988, que trata que “Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de dez anos”. (BRASIL, 1988) Frente a esta situação, quando perguntado a eles o porquê, eles respondem que o INCRA não o fez ainda. José aponta:

[...] nós já estamos com o contrato vencido, já quase há oito anos, segundo o contrato de posse, a partir de dez anos, essas parcelas eram para ser titularizadas, e até hoje elas não foram, [...] titularizada, o Incra já veio aqui um tempo desse, disseram que vão entrar no processo, mas a gente sabe que é muito demorado, [...], no ponto negativo que eu vejo, são muitas famílias desistem de sua parcela e repassam isso para outras pessoas.

Apesar destas famílias não terem recebido seus títulos, a ausência da emissão dos documentos não as impede de produzir. Assim, ao longo dos anos, a partir da criação dos

¹¹ Em Minas Gerais, foram expedidos 231 títulos de domínio, os beneficiários destes são de 8 municípios mineiros: Betim (PA Dom Orione), Governador Valadares (PA Oziel Alves Pereira), Janaúba (PA União), Mariana (PA Cafundão), Minas Novas (PA Adrião Capivari), Santa Vitória (PA Porto Feliz), Senador Modestino Gonçalves (PA Lagoa Bonita) e Uberlândia (PA Nova Tangará). (INCRA, 2018) O número de títulos expedidos é irrisório, diante da quantidade de assentamentos que foram implantados e famílias assentadas. (INCRA, 2018)

assentamentos, foi produzida uma diversidade de produtos para o consumo interno e para a comercialização.

Segundo José, os principais produtos no PA Divisa foram: “no início o abacaxi, arroz e algodão, e o leite é o mais produzido, algumas hortas, mas para consumo interno, frango, porco, milho, mandioca.” Ele afirma inclusive que tentou produzir o abacaxi, inicialmente, pois era a cultura que produzia antes de migrar para Ituiutaba, mas que “não deu certo, ficava difícil para vender, as vezes perdia, então o leite foi a melhor coisa para nós aqui”.

Complementando, a sua fala, ele destaca que concomitantemente a essas produções agrícolas, há a criação de gado leiteiro que se dá com a “aquisição dos primeiros animais, praticamente um ano depois.” A mesma tendência se verifica no Engenho da Serra e no Chico Mendes. Porém, vale ressaltar que os assentados do PA Engenho da Serra tentaram produzir leite orgânico e, conforme João, “o grupo caminhou bem, mas depois não tivemos apoio pra continuar, faltou orientação pra a gente continuar”.

Segundo Souza, Gebara e Jorge (2009), a adoção de novos fazeres representa uma forma estratégica de sustentabilidade econômica e manutenção da estrutura familiar na unidade da produção. Portanto, a adoção de novas atividades no campo, constitui-se de uma alternativa ao desenvolvimento produtivo e social das famílias assentadas.

Desse modo, as estratégias adotadas pelos assentados permitem o desenvolvimento da territorialidade a partir das ações e práticas observadas nesses assentamentos. A territorialidade, portanto, vai além da relação do sujeito com o território, correspondem ao conjunto de elementos relacionados aos modos e meios de vida e representação no território. Segundo Raffestin (1993), a territorialidade compreende a relação entre sociedade-espaco-tempo, ou seja, origina-se da relação entre elementos que variam ao longo do tempo.

Entende-se o território desses assentamentos, com a seguinte afirmação de J. Souza (2014, p. 4): “o território é a organização espacial da diferença, das diferentes formas de exercício e consolidação do poder sobre determinada espacialidade”. Desta forma, a partir das diferenças que possam vir a ter o território, compreende-se a realidade destes, baseado no desenvolvimento da territorialidade.

Em vista disso, as famílias que vivem, nesses assentamentos, são compostas por pessoas de diferentes procedências, em sua maioria do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o que revela, portanto, a demanda por terra e trabalho na mesorregião.

6.1.1 Características sociais e estruturais

Esses assentamentos são caracterizados por diversos elementos relevantes para a territorialidade e territorialização, com destaque para: quantidade de membros por família, faixa etária dos responsáveis pela renda, nível de escolaridade e estrutura das habitações.

As famílias são compostas principalmente por até duas pessoas, para o PA Chico Mendes esta composição representa 52,38%, no PA Divisa por 75% e no PA Engenho da Serra por 53,85%. E a composição de três a seis pessoas representa: 47,62% no PA Chico Mendes, 25% no PA Divisa e 46,15% no PA Engenho da Serra (TABELA 12). Isso posto, nota-se de forma geral que as residências são composta por até 2 pessoas.

Tabela 12. Participação do número de membros por família

	Número de membros por família (%)	
	até 2 pessoas	de 3 a 6 pessoas
Chico Mendes	52,38	47,62
Divisa	75,00	25,00
Engenho da Serra	53,85	46,15

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Outro atributo destacado é a idade dos responsáveis pela renda da família (Tabela 13), em que 68,29% das pessoas do PA Divisa, 53,12% do PA Engenho da Serra, e 29,63% do PA Chico Mendes têm idade entre 45 e 60 anos (inclusive). Isso revela que a população adulta e idosa é responsável pela reprodução das famílias que ali vivem, visto que os jovens, em idade de trabalho, têm baixa participação e presença na composição das famílias. Observa-se esta tendência, visto que uma minoria dos assentados, sendo 6,25% no PA Engenho de Serra, 9,76% no PA Divisa e 14,81% no PA Chico Mendes, têm faixa de idade entre 18 anos e 35 anos (inclusive).

Tabela 13. Participação da idade dos responsáveis pela renda da família dos PA'S Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra, 2017/2018

	Idade dos responsáveis pela renda da família (%)			
	> 18 anos até 35 anos (inclusive)	> 35 anos até 45 anos (inclusive)	> 45anos até 60 anos (inclusive)	Mais de 60 anos
Chico Mendes	14,81	22,22	29,63	33,33
Divisa	9,76	7,32	68,29	14,63
Engenho da Serra	6,25	9,37	53,12	31,25

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Nota-se que o nível de escolaridade dos responsáveis pela renda das famílias corresponde ao Ensino Fundamental Incompleto, sendo de 64,7% no PA Engenho da Serra, 53,66% PA Divisa e no PA Chico Mendes 39,28 % (TABELA 13). Destaca-se, neste último PA, que 35,71% dos responsáveis pela renda das famílias têm Ensino Médio Completo.

Verifica-se que estes sujeitos, em sua maioria, inclusive para os outros dois PAs, não participaram do processo de construção dos assentamentos e tiveram o acesso à terra pelo cadastramento realizado pelo INCRA ou via “repassê” pelos antigos proprietários, forma ilegal.

Tabela 14. Participação da escolaridade dos responsáveis pela renda da família dos PAs Chico Mendes, Divisa e Engenho da Serra.

Escolaridade dos responsáveis pela renda da família (%)							
PAs	Sem escolaridade	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo
Chico Mendes	7,14	39,28	7,14	3,57	35,71	-	7,14
Divisa	2,44	53,66	4,88	14,63	17,07	2,44	4,88
Engenho da Serra	16,65	64,70	2,94	2,94	5,88	-	5,88

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Diante desse perfil das famílias, identifica-se que estas possuem vivência em um contexto de transformações do campo brasileiro, marcado principalmente pela modernização da agricultura e seus diversos impactos sobre a sociedade. É possível inferir que esses assentados possuem identidade rural e retornam ao campo com o objetivo de ter novas condições de vida e trabalho, diferentemente da condição de trabalhador assalariado rural (SOUZA; GEBARA; JORGE, 2009), no entanto, identifica-se que os jovens não têm o mesmo interesse/vínculo que seus pais e avós.

Além disso, os dados apresentados na Tabela 13 indicam a possibilidade de ampliação da taxa de dependência da população, pois, há elevada participação dos responsáveis pela renda, aqueles que possuem idade superior a 45 anos, e, por outro lado, reduzida participação dos jovens e adultos. Com isso, pode-se inferir tendência de redução da capacidade de geração de renda por essa população.

O que se observa diante desta realidade é o problema da recriação camponesa nesta territorialidade. Segundo Paulino e Almeida (2006), a recriação camponesa pode ser entendida como o processo em que os “filhos da Reforma Agrária”, dão continuidade ao modo de vida camponês, expresso pela materialidade do território construído. Portanto, a recriação camponesa é o processo em que se tem a manutenção do modo de vida camponês, expresso pela reprodução das famílias centrada na terra e do trabalho (espaço de vida e de trabalho) e não na lógica de acumulação.

Porém, foi possível observar que é comum os filhos dos assentados, não permanecem no campo, estes desempenham atividades nas cidades como estudo e trabalho, e não retornam para o campo. Por consequência, um dos desafios que se esbarram é a recriação camponesa nessa territorialidade.

Como já exposto no capítulo anterior, a maioria dos assentados dessas áreas moravam em cidades, porém, desempenhavam trabalhos no campo. A relação de produção existente consistia do trabalho assalariado, pareceria, diaristas, boia-fria. Paulino (2006) identificou, no assentamento Paulo Freire, que uma minoria dos titulares dos lotes nunca tinha residido em zona urbana e que devido a expropriação dos camponeses nas últimas décadas, estes foram impossibilitados de sua reprodução. Desse modo, a possibilidade de reprodução desses assentados, ocorre a partir do momento em que o sujeito tem a posse da terra e nela pode viver e trabalhar.

Quanto a condição das moradias, estrutura relevante para a permanência dos assentados, observa-se que estas são de alvenaria com revestimento, possuem de 3 a 5 cômodos e um banheiro. Possuem e fazem uso tanto do fogão a lenha quanto a gás. Todas habitações têm acesso ao serviço de energia elétrica e a forma de obtenção de água mais usual é por meio de poços ou nascentes (TABELA 15).

Tabela 15. Infraestrutura das habitações, 2017/2018.

	Engenho da Serra	Chico Mendes	Divisa
Alvenaria com revestimento	41,66	52,38	95,00
Poço ou nascente	100,00	95,23	95,00
Energia elétrica	100,00	100,00	100,00
Fogão (gás)	23,08	54,14	25,00
Fogão (lenha e gás)	76,92	42,86	75,00
Cômodos (de 3 a 5)	83,33	76,19	70,00
Não possui banheiro	3,85	-	-
1 banheiro	80,77	85,71	65,00
Até 2 banheiros	15,38	9,52	35,00
Mais de 3 banheiros	-	4,76	-
Meio de transporte próprio	91,66	90,47	95,00

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Outro ponto relevante para a permanência destes sujeitos é um meio de transporte de fácil acesso à área urbana, para que estes possam vender suas produções e acessar serviços e comércios. Identifica-se a ausência de transporte público dos assentamentos para a cidade, bem como estradas não pavimentadas (FIGURA 8). A alternativa destes sujeitos é deslocar-se por veículos individuais, o que exige a propriedade de carros e/ou motocicletas.

Figura 8. Estrada de acesso aos assentamentos, 2017.



Fonte: Trabalho de campo, dezembro de 2017.

Na área dos assentamentos não há escolas básicas de ensino, então a Prefeitura Municipal de Ituiutaba se responsabiliza pela condução das crianças até as escolas, sendo este o único transporte público realizado até os assentamentos.

Assim, como há a ausência de estradas pavimentadas, transporte público e escolas, os entrevistados indicam outras dificuldades da vida nos assentamentos, tais como acesso à saúde, falta de apoio técnico e falta de lazer. Pontuam, também, a discriminação sofrida frente as demais pessoas da sociedade. Os entrevistados Maria, João e José tratam deste problema vivenciado pelos assentados, como pode ser observado nas falas a seguir:

As dificuldades é principalmente, pela sociedade local, havia uma resistência muito grande, uma discriminação muito grande com a gente, é essa foi uma das dificuldade, outras por exemplo não tinha recursos pra permanecer, então teve alguns sindicatos ajudou pra que aquelas famílias permanecesse até vim os primeiros recursos. (JOSÉ, 2017)

Outra dificuldade foi o transporte que a gente não tinha, então uma caminhonete pra servir a comunidade toda né, as necessidade são muitas, então isso foi uma dificuldade, e a discriminação, a maior delas a discriminação, até pelas famílias, os nossos parentes, discriminavam, achavam que a gente estava tomando terra dos fazendeiros, coitadinhos dos fazendeiros trabalharam tanto pra comprar, a terra, a gente tava tomando deles, e era um absurdo, e não era assim, mas eles não entendiam, não adiantava falar. (JOÃO, 2017)

Aqui é meu lugar [...] Eu acho que as pessoas não entendem é como se você fosse um marginal, mas hoje em dia tem gente que brinca, a não vou na sua casa não, porque você é do sem terra, é um tipo de preconceito e discriminação, mas eu sou feliz aqui. (MARIA, 2017)

Por outro lado, destacam como ponto positivo a tranquilidade, o modo de vida, o autoconsumo e a autonomia na decisão produtiva. Além disso, quanto a infraestrutura dos assentamentos, destacam-se os espaços comuns que atendem as famílias para a alfabetização de jovens e adultos, para práticas religiosas e festividades (FIGURA 9). Como os assentamentos são limítrofes, as áreas comuns são utilizadas por assentados dos três PAs, o que possibilita uma maior integração e, portanto, o estabelecimento de uma nova territorialidade com os três PAs.

Figura 9. Arredores dos assentamentos – PA Divisa, PA Chico Mendes e PA Engenho da Serra.



Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Isso pode ser observado com a realização e participação dos três assentamentos em festividades, tais como festa junina, destaque para a festa realizada no PA Chico Mendes, e festas das Igrejas ao longo do ano, em especial as realizadas pela Capela Nossa Senhora Aparecida (FIGURA 7).

Assim, os vínculos e relações desenvolvidas por esse grupo de sujeitos, desde o acampamento, permanecem nos assentamentos e são um indicativo de sua identidade de classe e expressos pelo modo de vida.

6.2 A produção nos assentamentos de reforma agrária: organização produtiva e renda

Nos PAs foi identificado que, mesmo com atividades diversificadas, a principal atividade desenvolvida dos lotes é a pecuária leiteira. Segundo o extensionista do EMATER, a aptidão agropecuária da área onde se localizam os assentamentos corresponde a pecuária, assim como indicado pelos laudos de avaliação dos imóveis rurais realizado pelo INCRA (1998) e EMATER (2018).

O leite é matriz produtiva e, portanto, a manutenção da pecuária, como principal atividade, contribui para a ampliação da produção leiteira nos assentamentos e no município. Isto é evidenciado na fala de José, ao contar sobre a atividade leiteira no PA Divisa

[...] mas o que a gente vê é que parte de produtividade avançou muito nas áreas de assentamento, [...] eu avalio assim, quando a gente chegou aqui o proprietário produzia 154 litros de leite por dia aqui, e hoje essa propriedade produz aqui cerca de 5 a 6 mil litros de leite dia, 10, 15 vezes mais, [...] aumentou a produtividade, fora outras coisas. Ele tinha na propriedade cerca de 500 animais, essa propriedade aqui hoje tem de 3 a 4 mil animais então tudo isso são pontos positivos [...], a terra realmente está produzindo, então se há mais propriedades disponíveis e são parceladas, com certeza vai haver um aumento de produtividade em todo sentido, isso é bom, pras famílias, isso é bom, [...] pro município que recebe mais renda, todo recurso que a gente recebe aqui é gasto dentro da cidade. Então isso gera muito benefício, não só pras famílias, como pra sociedade em geral, pro governo, que tudo isso gera imposto. (JOSÉ, 2017)

A partir desta fala do entrevistado A do PA Divisa e das informações da Tabela 16, evidencia-se que a principal atividade desenvolvida para geração de renda nos assentamentos é a pecuária leiteira. O desenvolvimento desta atividade praticada corresponde a 92,3% no PA Engenho da Serra, 90% no PA Divisa e 61,9 % no PA Chico Mendes (TABELA 16).

Tabela 16. Principais atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, dos assentamentos, 2017/2018.

Principais atividades econômicas (%)				
PAs	Agricultura	Pecuária	Agricultura e Pecuária leiteira	Pecuária de corte e gado solteiro
Chico Mendes	14,29	61,90	23,81	-
Divisa	-	90,00	10,00	-
Engenho da Serra	-	92,30	-	7,70

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Pressupõe-se que a pecuária é a atividade econômica principal em todos os assentamentos, visto que mais de 60% das famílias entrevistadas a destacam. A agricultura é observada como atividade econômica relevante, principalmente no assentamento Chico Mendes, sendo a única para 14,29% das famílias e conjuntamente com a pecuária para 23,81%. Neste, os principais produtos destinados para a comercialização são PA: cenoura, mamão, jiló, pimenta, hortaliças, manga, abóbora, batata, laranja, melancia, milho, limão e mexerica, esses produtos são vendidos via PAA e PNAE para unidades da rede de ensino e, a produção excedente, são vendidos a sacolões e/ou pessoas na cidade de Ituiutaba. Para o assentamento Engenho da Serra, a agricultura não é indicada por nenhuma família como atividade econômica. No entanto, 7,7% indicam que há outras atividades econômicas

consideradas como principais, são elas: pecuária de corte e gado solteiro. A quantidade de gado criado pelas famílias nos assentamentos está apresentada na Tabela 17.

Tabela 17. Famílias com criação de gado (por quantidade de cabeças) nos PAs.

Famílias com criação de gado (%)			
PAs	Até 30 cabeças	De 31 a 50 cabeças	Acima de 50 cabeças
Chico Mendes	58,82	35,29	5,88
Divisa	10,53	26,32	63,16
Engenho da Serra	56,25	31,25	12,50

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

A escolha por esta atividade, principalmente a leiteria, se deve a: segurança, facilidade, custos baixos de produção e garantia de renda. Razões também destacadas por Paulino (2003). Além disso, os assentados evidenciaram dificuldades para a realização da atividade agrícola, como a preparação da terra (falta de instrumentos de trabalho, condições da terra e apoio técnico insuficiente) e de comercialização dos produtos agrícolas (estrada e transporte). No que se refere ao apoio técnico, conforme aponta o extensionista da Emater, o serviço oferecido não é suficiente para atender as demandas das famílias, devido ao reduzido número de profissionais.

A produção de leite pelas famílias nos assentamentos pode ser observada na Tabela 18. Nesta identifica-se que mais de 50% das famílias, que tem a atividade econômica leiteira, produzem mais de 50 litros dia, indicativo da relevância desta atividade para a renda dos assentados.

Tabela 18. Famílias produtoras de leite (capacidade de produção) nos PAs.

Famílias produtoras de leite (%)			
PAs	Até 50 litros	De 51 a 100 litros	Acima de 100 litros
Chico Mendes	31,25	25,00	43,75
Divisa	-	33,33	66,67
Engenho da Serra	47,06	47,06	5,88

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Porém, é importante considerar que se observa a formação de outras rendas para essas famílias, que são as rendas não monetárias. Segundo Belletani (2010), a renda não monetária corresponde a produção de animais e/ou vegetais produzidos para o consumo das famílias. Entende-se, assim, como a produção realizada para o autoconsumo e auto abastecimento. (BELLETANI, 2010)

Dos produtos relacionados a renda não monetária, evidenciados nos assentamentos, destacam-se: mandioca, hortaliças, limão, jaca, guapeva¹², pimenta, mexerica, laranja, milho,

¹² Fruto típico do Cerrado.

manga, cana-de-açúcar¹³, guariroba, goiaba, batata-doce, abóbora, jiló, banana, abacate, cajá-manga, melancia, feijão-macáçar, quiabo, jurubeba, abacaxi, manga, dentre a produção agrícola, e frango, ovos, leite, queijos, doces e suínos, da pecuária.

Outra fonte de renda é daquelas atividades que destinam sua produção ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). O PA Chico Mendes é o único, dos assentamentos analisados, que possui famílias cadastradas nesses programas (TABELA 19). Dentre aqueles que desenvolvem a agricultura, 75% estão inseridos nas políticas públicas de desenvolvimento rural.

Tabela 19. Produção e Renda das famílias vinculadas ao PAA e PNAE, no PA Chico Mendes.

	Produção destinada aos programas	Renda familiar proveniente destes programa
Até 50%	0	33,33
Mais de 50%	50	50
100%	50	16,67

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

Na Tabela 19, das famílias cadastradas nos programas, 50% destinam toda sua produção ao PAA e PNAE (FIGURA 9) e 50% destinam mais da metade de sua produção. Isso indica a significância desses Programas para composição das rendas, visto que para 66,67% das famílias a renda tem esta origem.

Ao serem questionados quanto a importância dos programas na venda dos produtos, as respostas variaram em relação a conseguirem comercializar seus produtos, os preços, melhoria nas condições de vida e renda, assim como a sobrevivência no lote. Todos esses assentados perceberam mudança a partir do cadastro nesses programas. Dentre as mudanças evidenciadas pelos assentados destacam-se: garantia de contrato, preço e renda. Assim, as dificuldades financeiras familiares foram diminuídas, bem como os prejuízos produtivos (garantia de venda e de recursos para investir na melhoria da produção).

¹³ A cana-de-açúcar existente é utilizada para a alimentação do gado.

Figura 10. Produção agrícola destinada ao PAA/PNAE no PA Chico Mendes, 2018.



Fonte: Trabalho de campo (2017).

Observa-se que nos lotes onde as famílias são cadastradas nos programas públicos (PAA e PNAE), há uma diversidade produtiva. As famílias garantem sua reprodução por meio de sua inserção nessas políticas, permitindo a reprodução das famílias camponesa e, portanto, fortalecendo a produção de alimentos para o município e para a merenda escolar.

Segundo Lopes e Almeida (2012), os recursos para o desenvolvimento do PAA, ainda são insuficientes, porém, demonstra resultados importantes aos “produtores da agricultura familiar camponesa”. Os autores afirmam que esses resultados revelam a dimensão das ações do Estado que, por meio de políticas como essa, possibilita a esses sujeitos vantagens em relação a comercialização de seus produtos e, também, no estabelecimento dos preços a serem praticados. Porém, há um baixo percentual de famílias inseridas nesses programas e isso permite inferir que alternativas são tomadas pelas famílias, na busca por outros meios de garantir sua reprodução social.

Com outra lógica de funcionamento, tem-se a produção leiteira que é destinada para laticínios de Ituiutaba e de municípios próximos. O leite produzido é armazenado em tanques de expansão (FIGURA 11). Há assentados que armazenam o leite coletivamente e fazem o controle diário do volume de depósito nos tanques, para posteriormente calcular os

rendimentos oriundos de sua produção. Nos assentamentos, há produção leiteira realizada manualmente, bem como por ordenha mecânica.

Figura 11. Pecuária leiteira nos assentamentos PA Divisa, PA Chico Mendes e PA Engenho da Serra.



Fonte: Trabalho de campo (2017).

A coleta do leite é realizada a cada dois dias, pela empresa responsável pelo transporte do produto. A produção leiteira, majoritariamente, é destinada a agroindústrias leiteiras. De acordo com o levantamento realizado foi identificado o fornecimento de leite para três laticínios distintos: Alimentos Triângulo Mineiro, Laticínio Canto de Minas e Piracanjuba.

A empresa Laticínio Canto de Minas localiza-se no município de Ituiutaba e foi criada no ano de 1994. Tem unidades de produção, além do estado de Minas Gerais, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará, Amapá e Maranhão. O leite utilizado na produção é coletado a cada 48 horas, para após ser pasteurizado. A empresa produz diferentes tipos de queijo, requeijões e fermentados (CANTO DE MINAS, 2017). A outra empresa é a Alimentos Triângulo Mineiro que foi fundada no ano de 1985 e está localizada no município de Canápolis na BR-153. A atividade inicial da empresa consistia na produção de doces caseiros, mas hoje é formada por leite condensado e leite UHT, que são distribuídos e comercializados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso,

Paraná e Mato Grosso do Sul (ALIMENTOS TRIÂNGULO MINEIRO, 2017). A empresa Piracanjuba, faz parte do grupo Laticínios Bela Vista, que possui unidades de produção próprias e terceirizadas, em diferentes estados (Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais). A unidade ao qual os assentados fornecem o leite localiza-se no município de Santa Vitória - MG. (PIRACANJUBA, 2018).

O contrato com as empresas pode ser firmado de forma individual ou coletiva (Associações). As associações são importantes enquanto alternativa à produção e reprodução das famílias, visto que propicia a participação daqueles que tem baixa produção. Segundo o José, o contrato estabelecido por associação garantiu melhores condições de negociação, com o pagamento de preços mais justos aos fornecedores de leite. Além disso, garantiu uma previsão da renda, diminuindo as incertezas dos assentados. José aponta as mudanças que foram percebidas, a partir da criação da associação e o estabelecimento de contratos com laticínios:

Fez diferença, porque o leite quando tem muito, ele baixa o preço, quando tem pouco sobe, e nessa variação se você tem um preço estável, com contrato de um ano, você sabe programar toda a sua produção, o que você vai investir em ração pros animais, porque você já tem, mais ou menos a sua renda definida, né, você tem mais ou menos uma visão do que você vai ganhar. Então, antes de a gente se organizar nesse sistema, acontecia que a gente previa que o leite daqueles 2 ou 3 meses ia melhorar de preço e o que que acontecia, a gente acabava fazendo um investimento maior em ração, né em alguns produtos, pra aumentar o leite e acontecia que o leite baixava. Então acabava que as vezes a sua renda diminuía muito e isso gerava um desânimo no pessoal, isso aconteceu muito, de pessoas vender todo seu gado de leite por essa situação, né. Não, não compensa. E a partir disso, de uns 4 anos pra cá, que a gente começou a se organizar, nesse sistema, você não vê ninguém falar que quer vender o gado, que está desanimado, é pelo contrário, as pessoas querem investir mais, mais matriz, mais animais, pra aumentar a produção. Então, eu vejo que houve um avanço muito grande em relação a isso. (JOSÉ, 2017)

Por outro lado, percebe-se uma dependência das famílias aos laticínios, em que por mais que tenham a garantia de venda de seus produtos, estabelece-se a sujeição dos assentados aos laticínios da região. Identifica-se, portanto, a sujeição da renda da terra, a partir da integração dos assentados com os laticínios, transferindo a riqueza gerada pelos camponeses aos capitalistas do setor. É possível entender a partir de Paulino e Almeida (2010), que esse fenômeno ocorre, pois, nessa integração, a exploração sobre o assentado se dá de maneira indireta, em que a preservação da propriedade da terra, e sua força de trabalho, aparecem ocultas ao seu produto. Consequentemente, monopolização do território pelo capital do setor leiteiro.

Nesses assentamentos, seguindo a lógica apresentada pelas autoras, a pesquisa de campo identificou que a maioria das famílias vende a produção do leite para laticínios, em destaque a empresa de Alimentos Triângulo Mineiro (TABELA 20). Esta está localizada em outro município, distando a 75 km da Capela Nossa Senhora Aparecida (PA Engenho da Serra).

Tabela 20. Laticínios de destino da produção do leite das famílias nos PAs.

Laticínios			
PAs	Alimentos Triângulo Mineiro	Canto de Minas	Piracanjuba
Chico Mendes	60,00	33,33	6,67
Divisa	78,95	21,05	-
Engenho da Serra	81,82	9,09	9,09

Fonte: Trabalho de campo (2017 e 2018).

A fala de José ajuda a explicar esta escolha: “[...] e houve uma modificação, os líderes se reuniram e procurou outro laticínio [Alimentos Triângulo Mineiro], dentro das condições, das propostas da comunidade, né o preço, o valor, contrato.”

No acordo estabelecido de compra e venda do leite, considera-se o índice CEPEA (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada) do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TABELA 21). O índice CEPEA utilizado como base para o cálculo do valor pago do leite é definido mensalmente, considerando os preços brutos do leite, que se referem aos valores pagos por laticínios/cooperativas e os preços líquidos dos valores recebidos pelos produtores (CEPEA, 2017).

Tabela 21. Preços pago ao produtor: Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - Preço Líquido (Abr/Mai), 2017.

	Máximo Líquido	Mínimo Líquido	Médio Líquido
Preço	1,4543	1,1507	1,3104

Fonte: Elaborada a partir de CEPEA/ESALQ (2017).

A determinação dos preços pagos aos assentados corresponde ao índice CEPEA e um adicional que varia de R\$ 0,08 a R\$ 0,12 de acordo com a qualidade do leite fornecido. Desse modo, para que os assentados consigam atingir melhor preço pago no litro do leite precisam garantir padrão de qualidade. Segundo Paulino (2003), ao analisar a instituição do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), verifica que essa medida faz com que a responsabilidade sobre a qualidade do leite seja dos produtores, beneficiando as indústrias em detrimento destes.

Assim, como outros setores já mencionados nos capítulos anteriores, o setor leiteiro também é impactado pela liberalização econômica e isso amplia o poder das empresas frente ao produtor (Paulino, 2003). Com essa liberalização, o Estado viabiliza o “fortalecimento dos oligopólios”, o que acarreta diminuição dos níveis de renda dos pequenos produtores.

De acordo com as informações coletadas, as atividades desenvolvidas no lote não são suficientes para a geração de renda de algumas famílias. Assim, algumas famílias, para garantir sua reprodução e permanência nos lotes, optam pelo trabalho na área urbana e em fazendas próximas, retornando para a relação capital/trabalho. Esta dificuldade é observado desde o início do acampamento, como relato de José,

Outras [dificuldades] por exemplo não tinha recursos pra permanecer, então teve alguns sindicatos ajudou pra que aquelas famílias permanecesse até vim os primeiros recursos. Pra poder ele começar a trabalhar normal, alguns de nós conseguimos é serviços em propriedades aqui, é vizinha, isso é que garantiu o sustento até a gente normalizar. (JOSÉ, 2017)

Assim, as rendas são complementadas por trabalho registrado (professoras e secretárias) e temporário “bicos” em fazendas próximas ou na cidade (corte da cana-de-açúcar, capina, construção civil, construção de cercas nas fazendas, plantio de milho e cana-de-açúcar, dentre outras). Destaca-se, também, a relevância das aposentadorias para a renda das famílias.

Para identificar o valor da renda das famílias assentadas, utilizou-se como parâmetro o salário mínimo nacional para o ano de 2017, dividido em quatro categorias: até 1 salário mínimo, até 2 salários mínimos, até 3 salários mínimo e mais de 4 salários mínimos (TABELA 22).

Tabela 22. Renda média mensal oriunda na produção no lote, 2017/2018.

PAs	Renda média das famílias (%)			
	Até R\$937,00	De R\$937,01 a R\$1.874,00	De R\$1.874,01 a R\$2.811,00	Mais de R\$2.811,01
Chico Mendes	23,81	47,62	19,05	9,52
Divisa	10,00	45,00	5,00	35,00
Engenho da Serra	61,54	23,08	15,38	-

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2017/2018).

Verifica-se que, no PA Chico Mendes e PA Divisa, as rendas médias estão principalmente dentro da faixa “De R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00”, sendo de 47,62% e 45% respectivamente, e para PA Engenho da Serra na faixa de “até R\$ 937,00” (61,54%). É importante destacar que este assentamento possui 64,7% dos assentados responsáveis pela

renda com Ensino Fundamental Incompleto (TABELA 14) e 84,37% com idade maior de 45 anos (TABELA 13).

Frente a relevância da atividade leiteira, pode-se afirmar que esta é a principal geradora de renda. Esta produção se justifica, visto que, segundo CLEPS JR. (1998), o setor do leite é o de maior tradição na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, além de ser o setor mais relevante para ocupação econômica e renda dos produtores da região. Os autores Souza, Gebara e Jorge (2009), também, destacam que o leite, como matriz produtiva nos assentamentos, consiste em uma importante atividade econômica e de subsistência. Assim como Almeida (2006), ao afirma que

[...] para o campesinato o gado [leiteiro] tem função de garantir a reprodução do grupo familiar, porque, para ele, acumulação tem sentido de melhoria das condições de vida. Situação esperada por qualquer grupo social, caso contrário, seria idealismo. (p.286)

Portanto, essa atividade é a grande responsável por satisfazer as necessidades das famílias dos PAs. Paulino e Almeida (2010, p. 43) salientam que “A apropriação da renda aparece convertida em bem estar. Assim, ela é responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares.” Além disso, é importante considerar a importância do leite como matriz produtiva nos assentamentos. O desenvolvimento de práticas, durante a construção desse território e diante da busca por alternativas para garantir a reprodução do grupo familiar, possibilita a construção de uma diversidade de saberes a partir das realidades vivenciadas.

A produção dos PAs difere, portanto, da produção capitalista, pois não se observa nos assentamentos a utilização das rendas como capital, mas sim como meio para a subsistência. Para Marx (1985, p. 660), a lógica capitalista se dá quando “Uma pessoa só assume a feição econômica de capitalista quando seu dinheiro funciona continuamente como capital.”

Desse modo, verifica-se que a integração nos assentamentos permite possibilitar melhores condições de vida para as famílias. Essa integração caracteriza-se como uma lógica diferenciada, conforme Souza, Gebara e Jorge (2009), pois a inserção se dá a partir do princípio básico de reprodução e não de acumulação. Desse modo, a permanência dessas famílias se estabelece a partir das relações sociais, de suas práticas socioespaciais e de seus entendimentos sobre o trabalho, utilizando da terra como valor de uso e não de troca ou reserva (SOUZA, 2009).

Assim, a partir da materialização destes territórios e diante da integração com a agroindústria leiteira e os programas públicos PAA e PNAE, os assentados conseguem

garantir sua reprodução social, bem como a possibilidade de melhores condições de vida. Os pontos positivos e negativos indicam as contradições vivenciadas pelos sujeitos dessas espacialidades, tanto na luta pela terra quanto na terra, como nas objeções da recriação camponesa.

Isso posto, a territorialização e territorialidade são processos contínuos no qual as práticas sociais inseridas nessa espacialidade, são determinantes para se analisar as transformações oriundas do processo de espacialização dos assentamentos rurais em Ituiutaba. De modo que, a partir das relações de poder observadas, representam a materialidade e imaterialidade dessa fração do território, expressa pelas relações sociais e de produção na diversidade das características dos sujeitos, das habitações, dos movimentos e do modo de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo brasileiro passa por diversas transformações ao longo das décadas, marcado por diferentes formas de uso e ocupação do território, que está explicitado na questão agrária brasileira. O histórico desta é evidenciado por meio de lutas e conflitos travados pelas primeiras organizações camponesas e de trabalhadores rurais, em busca do acesso à terra e de políticas e leis que garantam as suas demandas, ancoradas na justa distribuição de terras e no bem estar social.

Na segunda metade do século, tem-se a ampliação das lutas e organizações, ao mesmo tempo em que se avançam as políticas agrárias, com a elaboração do I PNRA. Essas mobilizações são reduzidas com o Golpe de 1964, quando o governo adota ações repressivas. Em contrapartida, este governo adota políticas que priorizam o crescimento econômico, por meio de incentivos, subsídios fiscais e expansão de fronteiras, privilegiando a indústria e o agronegócio em detrimento de avanços na reforma agrária.

Diante disso, a atuação do Estado sobre as políticas agrárias e agrícolas, reorienta a integração da produção agrícola à economia urbana industrial, que denota mudanças na base técnica de produção, revelando aspectos modernizantes na produção agrícola e atendendo as demandas do mercado externo. Essa articulação garantiu as formas de produção e reprodução do capitalismo no campo, bem como a manutenção da concentração fundiária.

Frente a esta situação, na década de 1980, há a resposta do movimento camponês e dos trabalhadores sem terra se organizando, a fim de conquistar a minimização das contradições no campo. Nesse período, tem-se a formação do principal movimento social dos sem terra (MST).

A reestruturação econômica do país, na década de 1990, impacta diversos setores da economia, como também a questão agrária. A articulação do Estado com os agentes econômicos revela as formas de apropriação do espaço que geram crescimento econômico e ampliação das desigualdades. As políticas agrárias, para o período, demarcam a regulação do desenvolvimento econômico pelo mercado, sustentado na lógica que beneficia a produção agrícola do grande produtor.

Os instrumentos legais apresentam formas de garantir a viabilização do reordenamento fundiário e o assentamento rural, porém, as ações do Estado nesse período não demonstram a intencionalidade em solucionar a questão agrária do país. Nesse sentido, a atuação do Estado

revelou que as ações direcionadas à reforma agrária, consistiam de estratégia para conter os conflitos crescentes no período.

A liberalização econômica, no período, ocasiona novas formas de desenvolvimento econômico, sendo a mundialização do capital um elemento marcante dessa reorganização produtiva. Isto se desenha a partir da integração da produção aos mercados financeiros, o que impacta nas dinâmicas espaciais e territoriais. Com a financeirização, amplia-se o poder e capital de grupos que passam a atuar nos mais diversos setores, dentre os quais a agropecuária, onde há a disputa pelo uso e ocupação da terra, a fim de produzir *commodities*. Assim, expressam seu domínio e monopolizam o território, amplificando as contradições com a anuência do Estado.

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, assim como Ituiutaba sofrem influência dessas políticas de desenvolvimento da agricultura mundializada. Observa-se a territorialização de empresas do agronegócio, com a ampliação da produção de leite e de áreas de produção de *commodities*, do qual se destacam a soja, a cana-de-açúcar e o milho.

A concentração de terras e de renda, nesse contexto de subordinação ao capital mundializado, ampliam a especificidade da terra como mercadoria e reserva de valor, em detrimento de seu valor de uso. Desta maneira, o oligopólio instaurado a partir da participação do Estado via políticas modernizantes, viabiliza a territorialização do monopólio e monopolização do território por grupos (internacionais, produtores de *commodities*, financeiros, dentre outros) que ampliam a sujeição de uma camada da sociedade.

Com isso, há a manutenção e ampliação da luta e resistência dos sujeitos frente a esses processos de exclusão e marginalização. As mobilizações pautam o rompimento com a hegemonia do grande capital, em que a resistência e luta são práticas importantes na busca por transformação social e, desta maneira, promovem a construção e reconstrução de territórios. A década de 1990, foi o período onde houve maior número de ocupações de terra no país, o que contribuiu para a criação e reconhecimento de assentamentos rurais.

Os conflitos evidenciados, a partir do número de ocupações, revelam a questão agrária no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tal como em Ituiutaba. Esses conflitos sinalizam as áreas onde se tem o avanço da política de desenvolvimento econômico, centrado no modelo de produção capitalista na agricultura (caracterizado pela expansão de *commodities*, apropriação de terra, acumulação renda e capital e subordinação de sujeitos do campo e da cidade). Logo, evidencia-se que as relações de poder existentes induzem às contradições e, portanto, ampliam as demandas sociais por terra e trabalho.

Em Ituiutaba, os principais grupos/movimentos de luta pela terra atuantes na década de 1990 foram: o MLST, o MST, e a FETAEMG. Estes realizaram ocupações no município e os seus integrantes, em geral, migram de municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com destaque para o município de Santa Vitória e Capinópolis. Estes apresentam conflitos pela terra, que resultaram em tentativas de assassinatos, nos anos de 1998 e 1999.

A política fundiária, ao tentar minimizar as contradições no campo, promove o assentamento de famílias. No entanto, os trâmites para efetivar essa política mantem, de forma “não aberta”, a lógica de acumulação do capital. Isso porque o processo de criação de assentamentos garante ao proprietário dos imóveis rurais, que não cumprem função social, preços e formas de pagamento vantajosos frente ao valor efetivo dos imóveis. Dessa forma, o Estado revela novamente as benesses à elite agrária brasileira, visto que a desapropriação acaba por favorecer a acumulação e, manter, as contradições existentes na sociedade.

A partir da conquista dessa fração do território, os assentados se organizam, a fim de alcançar melhores condições. Inicialmente, para garantir as necessidades das famílias, há várias tentativas de produção agrícola, porém isto resulta em custos e riscos decorrentes do desconhecimento da condição real da terra, do mercado local e da falta de recursos, problemas que poderiam ser reduzidos com a assistência técnica e apoio do Estado.

Com o desenvolvimento dos assentamentos estudados, observa-se a diversificação da produção para autoconsumo e comercialização. Há o predomínio da produção agrícola no PA Chico Mendes que se sustenta com a integração aos programas de desenvolvimento rural (PAA e PNAE). Neste caso, observa-se a menor dependência a lógica de mercado e a garantia da reprodução das famílias.

Por outro lado, nos três assentamentos, a produção predominante é a leiteira que é negociada, principalmente, com laticínios. Para aumentar o poder de negociação, visto que a lógica é de mercado, os assentados formam associações. A partir dessa organização conseguem firmar contratos mais vantajosos quanto ao preço, visto que negociam volumes maiores de leite. Além disso, diminuem a incerteza quanto a produção, pois nos contratos estão estipulados a média da produção. No entanto, esses contratos aumentam a dependência dessas famílias quanto a relação com os laticínios. Assim, ao mesmo tempo que esta atividade e meio de comercialização garante a manutenção dos sujeitos nos lotes, mantem parte do poder exercido, pelas empresas, sobre as relações sociais engendradas no espaço. Assim, conserva-se a situação de monopolização do território, que induzem formas de reprodução social subordinadas à lógica de mercado.

Isto posto, tem-se que os sujeitos destes assentamentos são parte integrante da contradição do capital no campo. E o modo de vida por meio de suas estratégias e sujeição da renda ao capital, garante seu modo de reprodução. Neste estudo, evidencia-se que a exploração do capital ocorre por meio da produção leiteira. E os laticínios/agroindústrias se valem dessas relações para conseguir a produção de capital. Logo, para garantir a reprodução social dos assentados, estes se inserem nessa lógica de produção.

Os sujeitos dessa espacialidade, de acordo com suas demandas, buscam estratégias a fim de garantir seu modo de vida e trabalho. Entretanto, a resistência nos lotes ocorre não só pela renda monetária obtida da relação mencionada, mas também, dos trabalhos realizados fora de seus lotes, aposentadorias, da renda proveniente de políticas públicas e da renda não monetária.

Ademais, com o acesso a terra estes sujeitos se emancipam da relação capitalista de produção, tendo em vista que eram trabalhadores assalariados, parceiros, temporários e/ou volantes. Portanto, as políticas públicas possuem papel relevante frente ao desenvolvimento socioeconômico, de modo a possibilitar a emancipação e autonomia dos sujeitos frente à lógica de acumulação do capital. Sendo assim, a realização de uma reforma agrária no país se faz necessária, pois, por meio de ações e políticas públicas, criam-se possibilidades para ampliar o acesso dos sujeitos às melhores condições de vida e trabalho. Além dos aspectos econômicos, têm-se os modos de vida, as relações existentes entre o grupo, a identidade construída e os aspectos sociais como elementos fundamentais para a apropriação do espaço, a territorialização e desenvolvimento da territorialidade.

Logo, o território é resultante das práticas sociais nessa espacialidade, que é constituída a partir da resistência e luta dessas famílias pela e na terra, em que se expressa na sua materialidade, a imaterialidade das relações engendradas. Estas relações exprimem os modos de vida, a relação desses sujeitos com o território e com as demais famílias dos assentamentos. Assim, a territorialidade é identificada a partir das formas de reprodução dos sujeitos no território conquistado.

REFERÊNCIAS

- ALIMENTOS TRIÂNGULO MINEIRO. Disponível em: <https://www.docemineiro.ind.br/>. Acesso em: Jun/2017.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. (Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo. Ed. Unesp, 2006. 377 p.
- ANDRADE, Manuel Correa de. - A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- ANDRADE, Manuel Correa de. Latifúndio e reforma agrária no Brasil. São Paulo: Duas Cidades, 1980. (Coleção história e sociedade).
- BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; FACTORE, C. O. Concentração e integração vertical do setor sucroalcooleiro no centro-sul do Brasil entre 2000 e 2007. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 17-28, mar. 2009.
- BACCARIN, J.. USO DOS DADOS DO CENSO AGROPECUÁRIO NO ESTUDO DOS EFEITOS DA EXPANSÃO CANAVIEIRA SOBRE A ESTRUTURA AGRÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, BRASIL. *Cadernos CERU*, 28(1), 11-32. 2017.
- BELLENTANI, Nathalia. Freire. Indicadores de desenvolvimento humano no campo e na cidade - Ribeirão Preto, SP. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente/SP.
- BERGAMASCO, S. M. P. P., NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p. (Coleção Primeiros Passos, 301).
- BERTRAND, Jean-Pierre; LAURENT; Vicent Leclercq. O mundo da soja. Hucitec, São Paulo, 1987. 139p.
- BOMBARDI, Larissa Mies. Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária (A Lei de Revisão Agrária em São Paulo). São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo – USP. 2005.
- BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da Geografia Agrária no Debate Teórico sobre os conceitos de Campesinato e Agricultura Familiar. *Revista GEOUSP*. Nº 14. São Paulo. 2003.
- BORGES, Ana Claudia Giannini. Competitividade e Coordenação no Agronegócio Citrícola. Araraquara/SP: Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras/ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004.
- BRASIL. CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 18 DE SETEMBRO DE 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: Ago/2018.
- BRASIL. Coletânea de legislação e jurisprudência agrária e correlata / Organizadores Joaquim Modesto Pinto Junior, Valdez Farias. -- Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2007. (NEAD Especial; 7)

BRASIL. DECRETO Nº 55.889, de 31 de Março de 1965. Aprova o Regulamento Geral do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-55889-31-marco-1965-396177-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em Ago/2018.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 1.110, DE 9 DE JULHO DE 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1110.htm. Acesso em Jun/2018.

BRASIL. DECRETO Nº 91.766, DE 10 DE OUTUBRO DE 1985. Aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, e dá outras providências. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/pnra/i_pnra.pdf. Acesso em: Jul/2017.

BRASIL. DECRETO Nº 2.614, DE 3 DE JUNHO DE 1998b. Altera a redação do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1998/decreto-2614-3-junho-1998-437363-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em Jun/2018.

BRASIL. DECRETO DE 18 DE SETEMBRO DE 1998. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Engenho da Serra", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.1998c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1998/Dnn7353.htm. Acesso em Jul/2017.

BRASIL. DECRETO DE 14 DE OUTUBRO DE 1998. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda da Divisa", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.1998d. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1998/Dnn7500.htm. Acesso em: Jul/2017.

BRASIL. DECRETO DE 30 DE OUTUBRO DE 1998. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Capão Rico", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. 1998e Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1998/Dnn7535.htm. Acesso em: Jul/2017.

BRASIL. DECRETO DE 22 DE JUNHO DE 1999. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Vargem Grande", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8157.htm. Acesso em Nov/2017.

BRASIL. DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 1999. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Terra Rica", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8159.htm.
Acesso em: Nov/2017.

BRASIL. DECRETO DE 23 DE JUNHO DE 1999. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda Shalon", situado no Município de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/Anterior%20a%202000/1999/Dnn8158.htm. Acesso em Nov/2017.

BRASIL. DECRETO No 433, DE 24 DE JANEIRO DE 1992. Disponível em: Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. Acesso em: Ago/2018.

BRASIL. Estatuto da Terra. LEI Nº 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4504.htm. Acesso em: Jul/2017.

BRASIL. LEI DELEGADA Nº 11, DE 11 DE OUTUBRO DE 1962. Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Ldl/Ldl11.htm. Acesso em Ago/2017

BRASIL. LEI Nº 8.177, DE 1 DE MARÇO DE 1991. Estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8177.htm. Acesso em: Ago/2018.

BRASIL. LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8629.htm. Acesso em: Jun/2018.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp76.htm. Acesso em: Jun/2018.

BRASIL. LEI Nº 9.393, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1996. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9393.htm. Acesso em Jun/2018.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. 1998a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp93.htm. Acesso em Ago/2017.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 55.891, DE 31 DE MARÇO DE 1965. Regulamenta o Capítulo I do Título I e a Seção III do Capítulo IV do Título II da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D55891.htm. Acesso em: Ago/2018.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2016. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia

Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759impresao.htm. Acesso em: Ago/2018.

CALDART, Roseli Salete (org.) Dicionário da Educação do Campo. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CANTO DE MINAS. A empresa. Disponível em: <http://www.cantodeminas.com.br/>. Acesso em Jun/2017.

CEPEA. Índice de Captação de Leite Cepea. Leite ao produtor – mesorregiões. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br>. Acesso em Junho/2017

CHESNAIS, François. A mundialização do capital; tradução Silvana Finzi Foá. 1.ed. São Paulo: Xamã, 1996.

CLAVAL, Paul: Espaço e Poder, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1979.

CLEPS JUNIOR, João. Dinâmica e Estratégias do Setor Agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. Rio Claro. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/teses/TESE%20JOAO%20CLEPS%20JUNIOR.pdf>.

CONTAG. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. Documento de Lutas e Conquistas no Campo. 2013. Disponível em: <https://www.contag.org.br/index.php?action=1>. Acesso em Jun/2016.

CORREA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES; Paulo César da Costa; CORREA Geografia: conceitos e temas. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p. 15-47.

Costa, Vera Mariza Henriques de Miranda; Borges, Ana Cláudia Giannini. Distribuição dos desembolsos do BNDES no setor sucroenergético no Brasil. Estudos Geográficos, v. 9, n. 2, p. 73-88, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/133622>. Acesso em Mai/2017

CPDOC. Regulamentação dos Decretos nº 55.889 e nº 55.890 do Estatuto da Terra em 1964. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>. Acesso em: Ago/2017

CPT. Conflitos no Campo Brasil 1985. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: Jun/2018

CPT. Conflitos no Campo Brasil 1988. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: Jun/2018

CPT. Conflitos no Campo Brasil 1989. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: Jun/2018

CPT. Conflitos no Campo Brasil 1998. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: Jun/2018

CPT. Conflitos no Campo Brasil 1999. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: Jun/2018.

CPT. Conflitos no Campo Brasil 2000. Disponível em: www.cptnacional.org.br. Acesso em: Jun/2018.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Brasil - 2015. Presidente Prudente –SP/FCT/UNESP. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosmg.php>>. Acesso em: maio/2017.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Relatório Minas Gerais - 2013. Presidente Prudente –SP/FCT/UNESP. Disponível em: < <http://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosmg.php>>. Acesso em: maio/2017.

DELGADO, Guilherme Costa. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. cap. 2. p. 51-90. In: A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf. Acesso em: Maio/2017.

DELGADO, Guilherme Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. JACCOUD, L. (ed.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005. DELGADO, Guilherme Costa. Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012), UFRGS, 2012. 142p.

DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. In: *Desenvolvimento em Debate*. v.1, n.2, p.111-125, janeiro–abril e maio–agosto 2010

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ. Vozes, 2000. ISBN 85.326.2345-X.

FONSECA, Rogério Gerolineto.; SANTOS, Joelma Cristina dos. Os recentes processos migratórios em Ituituba (MG) e a inserção das agroindústrias canavieiras. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente, v. 1, n. 33, jan./jul. 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: Ago/2018.

HAESBAERT, Rogério., O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade., RJ, Bertrand Brasil, 2004.

HOFFMANN, José Hermeto. A política agrícola do governo Collor. *Revista Eletrônica FEE – SEGLA*, v.8, n.3, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de Dados Agregados – SIDRA. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: Jun/2017.

INCRA. Extrato laudo de avaliação do imóvel “Fazenda Divisa”. 1998a.

INCRA. Extrato laudo de avaliação do imóvel “Fazenda Engenho da Serra”. 1998b.

INCRA. Extrato laudo de avaliação do imóvel “Fazenda Capão Rico”. 1998c.

INCRA. Demonstrativo lançamento de pagamento dos imóveis desapropriados. 1998d.

INCRA. Guia de depósito judicial. 1998e.

INCRA. Extrato laudo de avaliação do imóvel “Fazenda Shalon”. 1999a.

INCRA. Extrato laudo de avaliação do imóvel “Fazenda Vargem Grande”. 1999b.

INCRA. Extrato laudo de avaliação do imóvel “Fazenda Terra Rica”. 1999c.

INCRA. II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), 2005. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra/file/482-ii-pnra>. Acesso em: Jul/2017.

INCRA. Índices Básicos de 2013. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf. Acesso em: Out/2016.

INCRA. Assentamentos. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em Jun/ 2017.

INCRA. Criação e modalidades de assentamentos. 2017a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em Jun/ 2017.

INCRA. Informações Gerais Assentamentos - Brasil. 2017b. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php> Acesso em Ago/ 2017.

INCRA. Informações Gerais Assentamentos-Superintendência Regional Minas Gerais - SR 06. 2017c. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em Ago/ 2017.

INCRA. Titulação. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao>. Acesso em Ago/2018.

LAPIG. Mapbiomas. Áreas de pastagem do Brasil. Disponível em: <http://maps.lapig.iesa.ufg.br/>. Acesso em Jun/2018.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000.

LOPES, Dóri Edson., ALMEIDA Rosemeire Aparecida de. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. *Revista Pegada* – vol. 13 n.1 132 junho/2012. p. 132-148.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. A pesquisa qualitativa em debate. Anais... Bauru: USC, 2004. CD-ROOM. ISBN: 85-98623-01-6. 10p.

MARX, Karl. O capital. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Vol. II. 10ªed. Trad. Reginaldo Sant'anna. Ed. Difel. 1985.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. 9. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de., ESTERCI, Neide. Introdução. In: MEDEIROS et al. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Sérvo de. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro FASE, 1989. 216p.

MITIDIERO, Marco Antônio Junior. As Contradições da Luta Pela Terra: o caso do Movimento de Libertação dos Sem Terra. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo - USP (FFLCH), São Paulo, 2002.

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. Documento de fundação: nova estratégia socialista. Goiânia, agosto 2002. Disponível em: http://www.geocities.ws/design_pe/mtl_oque.html. Acesso: Jun/ 2016.

NOVACANA. Usinas de Açúcar e Álcool no estado. Disponível em: <https://www.novacana.com/usinas-brasil/sudeste/minas-gerais/>. Acesso em 04 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia das lutas no campo. 2ªed. São Paulo. Contexto, 1989.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, 2012, Bogotá. Actas do XII Colóquio. Barcelona: Geocrítica, v. 1. p. 1-15, 2012. Acesso em: Maio/2017

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária. São Paulo. FFLCH/Labur Edições. 2007. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf. Acesso em Mai/2017

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Perspectivas da Geografia Agrária” In: II Simpósio Nacional de Geografia Agrária/ I Simpósio Internacional de Geografia Agrária – “O Campo no Século XXI”. São Paulo, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e vida: a Geografia dos camponeses no Norte do Paraná. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2003.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma Geografia dos camponeses. São Paulo: Unesp, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, no 56, p. 385-404, julho-dezembro 2015.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Ação do Estado e as Transformações Agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba – MG. 1988. Tese - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988.

PINHEIRO, Francine Damasceno. Poder Judiciário e Reforma Agrária: uma reflexão a partir dos conflitos no Norte fluminense. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

PIRACANJUBA. História da empresa. Disponível em: <https://www.piracanjuba.com.br/>. Acesso em Ago/2018.

PORTO-GONÇALVES et al . Os cerrados e os fronts do agronegócio no Brasil. In: (Coord.) Canuto, Antônio; Luz, Cássia Regina da Silva; Andrade, Thiago Valentim Pinto. Conflitos no Campo – Brasil 2016. Goiânia. CPT Nacional. 2016. p. 74-86.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006). Presidente Prudente: UNESP. 2008. Tese de Doutorado.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Joelma Cristina dos. Dos canaviais à “etanolatria”: o (re)ordenamento territorial do capital e do trabalho no setor sucroalcooleiro na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. 2009. 374 f. Tese (Doutorado em Geografia) IG-UFU, 2009, Uberlândia, 2009.

SAUER, Sérgio. Reflexões esparsas sobre a questão agrária e a demanda por terra no século XXI. In: Stedile, João Pedro (org). 1. Ed. São Paulo. Expressão Popular. 2013. p. 167 – 187.

SEFMG. Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.fazenda.mg.gov.br/index.html>. Acesso em Jul/2017.

SOUZA, J . ; JORGE, W. J; GEBARA, J. J . Política de Crédito: Condições de vida e resultados na produção. In: SOUZA, J . G, GEBARA, J. J e JORGE, W. J. (Orgs.) Reforma agrária e crédito rural: os resultados de assentamentos rurais frente à inepta política de crédito para a Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 132-179.

SOUZA, José Gilberto de. O imposto territorial rural: renúncia, evasão fiscal e inadimplência no estado de São Paulo. 1999. Tese -, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1999.

SOUZA, José Gilberto de. Limites do Território. Agrária (USP). v.10-11, (2009). Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155>. Acesso em: Mar/2017

SOUZA, José Gilberto de. A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do agronegócio). *Prima Facie- International Journal*, João Pessoa, v. 12, n. 22, ano 12, Jan-Jun, 2014, p. 1-42. Disponível em: Acesso em: Abr/2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. p.77-116.

SOUZA, José Gilberto de. BORGES, Ana Claudia Giannini. As determinações territoriais da lógica do valor e do autovalor – análise da produção de soja no Mato Grosso – Brasil. In: *Outras fronteiras, novas geografias: intercâmbios e diálogos territoriais*. Coord. Rui Jacinto. Âncora Editora. Coleção Iberografias. Volume 32. 1.ª edição: Março 2017. p. 247-270.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº12.313.. Ituiutaba, MG, 11 de março de 1974.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº12.315.. Ituiutaba, MG, 11 de março de 1974.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº10.479. Ituiutaba, MG, 10 de julho de 1981.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº12.032. Ituiutaba, MG, 20 de setembro de 1982.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº12.033. Ituiutaba, MG, 20 de setembro de 1982.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº14. 817. Ituiutaba, MG, 30 de agosto de 1984.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº23.817. Ituiutaba, MG, 30 de novembro de 1989.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº23.820. Ituiutaba, MG, 30 de novembro de 1989.

VINTENÁRIA. Histórico do imóvel rural. Cartório do 2º ofício do registro de imóveis. Matrícula nº23.821. Ituiutaba, MG, 30 de novembro de 1989.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. IX Colóquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 2007.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevistador: _____ **Dia:** ___/___/___ **Horário:** __:__

Objetivos:

- Identificar as formas de organização e articulação dos movimentos envolvidos no processo de ocupação;
- Verificar a história dos assentamentos;
- Identificar o processo produtivo nos assentamentos.

Entrevistado

Nome: _____ **Idade:** _____ **anos**
Assentamento: _____ **Lote:** _____

Questões:

A. Processo de ocupação

1. Qual é a história do assentamento?
2. Quais são os marcos/períodos importantes ao longo da história do assentamento?
3. Por que vocês, as famílias se organizaram, para conseguir o acesso à terra?
4. Como vocês se organizaram para lutar em prol de acesso à terra?
5. Quando ocorreu a primeira ocupação?
6. Qual era a sua função enquanto no momento de ocupação?
7. Em qual município iniciou essa organização do movimento?
8. As famílias estavam associadas a qual movimento social?
9. Quantas famílias participaram desse processo?
10. Todas as famílias foram assentadas aqui? Se não, onde foram assentadas?
11. Os participantes já tinham experiências de outras ocupações ou acampamentos?
12. Quanto tempo durou todo o processo (implantação do projeto até o assentamento)?
13. Ficaram em um mesmo lugar ou tiveram que se deslocarem para outras áreas?
14. Como vocês escolheram a área a ser ocupada?
15. Como eram definidas as decisões?
 - Ocupações;
 - Área;
 - Quem participa do processo;
 - Quem é o líder?

16. Quais são as dificuldades enfrentadas?
 17. Sofreram alguma repressão? Se possível, detalhar.
 18. Qual é a importância das ocupações para o acesso a terra?
 19. Quais são os pontos positivos e negativos do processo de ocupação?
 20. Na sua opinião, quais são as medidas que podem ser tomadas para melhorar as desigualdades sociais vivenciadas por trabalhadores?
-

B. Configuração socioespacial nos assentamentos

21. Há algum espaço para reuniões das famílias no assentamento?
22. Com que frequência ocorre essas reuniões e espaços de diálogo?
23. O que é decidido nesses espaços?
24. Como está organizado espacialmente o assentamento? (tipos de organização de assentamentos)
25. Por que se organizaram assim?
26. Quais são os principais produtos ao longo dos anos no assentamento?

Agricultura	Pecuária
<input type="checkbox"/> soja	<input type="checkbox"/> suíno
<input type="checkbox"/> arroz	<input type="checkbox"/> bovino (leite)
<input type="checkbox"/> cana-de-açúcar	<input type="checkbox"/> bovino (carne)
<input type="checkbox"/> milho	<input type="checkbox"/> ovos
<input type="checkbox"/> feijão	<input type="checkbox"/> frango
<input type="checkbox"/> mandioca	<input type="checkbox"/> outros:
<input type="checkbox"/> sorgo	
<input type="checkbox"/> melancia	
<input type="checkbox"/> laranja	
<input type="checkbox"/> abacaxi	
<input type="checkbox"/> couve	
<input type="checkbox"/> alface	
<input type="checkbox"/> outros:	

27. Qual foi o tempo para o assentamento começar a produzir para o consumo e o excedente?
28. Como identifica a condição econômica (produção e renda) dos lotes?
29. Qual a função do líder nesse processo? E do grupo?
30. O grupo tem práticas associativistas? Se sim, quais são elas?

APÊNDICE B

FORMULÁRIO

Entrevistador: _____ **Dia:** ___/___/___ **Horário:** __:__

Objetivos:

- Identificar os meios, modos de produção, tipos de cultura;
- Verificar a forma de organização das famílias nos assentamentos e sua relação com o território;
- Identificar a participação em programas governamentais e a influencia deste no aspecto socioeconômico.

Entrevistado

Nome: _____ **Idade:** _____ **anos**
Assentamento: _____ **Lote:** _____

Questões:

- 1- Qual seu sexo?
 Masculino Feminino

- 2- Qual seu estado Civil?
 Solteiro
 Separado/ Divorciado/ Desquitado
 Casado/ Mora com companheiro (amasiado)
 Viúvo

- 3- Quantas pessoas moram no lote?
 até 2 de 3 a 6 mais de 6

- 3.1 Qual o grau de parentesco das pessoas que moram no lote?
 Esposo (a)
 Filhos
 Irmãos, avós ou netos
 Enteados, sobrinhos ou tios
 Outro. Qual? _____

- 4- Quais moradores são responsáveis pela renda?
 1 - _____
 2 - _____
 3 - _____

5- Qual é a idade do(s) responsável (eis) pela renda?

≤18 anos

>18 anos até 35 anos (inclusive)

>35 anos até 45 anos (inclusive)

>45 anos até 60 anos (inclusive)

mais de 60 anos

6- Escolaridade do(s) responsável (eis) pela renda?

ensino fundamental incompleto

ensino fundamental completo

ensino médio incompleto

ensino médio completo

ensino superior incompleto

ensino superior completo

7- Os sujeitos, que moram no lote, participaram do processo de ocupação para obtenção de acesso à terra?

Sim Não

7.1- Se sim, onde residiam antes do acampamento?

campo cidade Nome do município: _____

7.1.1- Qual/quais sujeitos participaram do processo de ocupação?

7.1- Se não, como obteve o lote no assentamento?

compra arrendamento outro

Como: _____

8- Qual é o município de origem do(s) sujeito(s) que participaram do processo de ocupação?
E qual o município de origem da família?

Ocupação: _____

Origem: _____

9- Há quanto tempo estão no lote?

_____ meses ou _____ anos

10- Já possui a posse da terra regularizada?

Sim Não

10.1- Se não, por quê?

11- Como é a infraestrutura da habitação em que reside?

Material da habitação	Alvenaria com revestimento ()	Alvenaria sem revestimento ()	Madeira ()	Outro:
Quantos cômodos há na habitação	Até 2 ()	De 3 a 5 ()	Mais de 5()	
Banheiro (quantidade)	1 ()	Até 2 ()	Mais de 3()	
Obtenção de água	Poço ou nascente ()	Cisterna (obtenção água da chuva ou outro) ()	Rede de distribuição de água ()	Outro:
Energia Elétrica	Sim ()	Não ()	Se não, qual a fonte de energia?	
Fogão	Gás ()	Lenha ()	Outro:	
Telefone	Sim ()	Não ()		
Televisão	Sim ()	Não ()		
Computador	Sim ()	Não ()	Se sim, com acesso a internet?	
Automóvel ou moto	Sim ()	Não ()	Qual?	

12- Qual é a principal atividade econômica desenvolvida no lote?

() Agricultura () Pecuária () Extrativismo

() Outro: _____

13- O que é produzido no lote, por prioridade, e seu destino?

Produtos por prioridade	Consumo no Lote		Excedente	
	Para a Família	Para a produção	Troca	Venda
() abacaxi				
() arroz				
() batata				
() berinjela algodão				

() bovino () leite () corte				
() cana-de-açúcar				
() cenoura				
() feijão				
() frango				
() hortaliça				
() laranja				
() leite				
() mamão				
() mandioca				
() melancia sorgo				
() milho				
() ovos				
() soja				
() suíno				
() Outros				

14- Sempre produziram esses gêneros agropecuários?

() Sim () Não

14.1 Se não, o que era produzido antes?

14.2 Por que mudou o tipo de atividade produtiva no lote?

14.3 Como é decidido o que produzir?

A.

15- Se produz(em) cana-de-açúcar, soja ou milho, desde quando há esta(s) produção(ões)?

() Sim () Não Qual? _____

Se sim, responda:

15.1 Por que passou a plantar?

15.2 O que mudou na propriedade e na vida da família depois do plantio?

15.3 A quem vende estes produtos?

15.5 Como é o contrato de venda? Por quem é estabelecido?

15.4 Quem determina os preços da produção?

15.5 Qual é a área (ha) destinada ao plantio?

___ ha de cana-de-açúcar

___ ha de soja

___ ha de milho

15.5 Quanto é produzido em toneladas no lote?

___ ton. de cana-de-açúcar

___ ton. de soja

___ ton. de milho

B.

15- Se há criação de bovinos para produção de leite, desde quando há esta produção leiteira?

() Sim () Não Qual? _____

Se sim, responda:

15.1 Por que passou a criar?

15.2 O que mudou na propriedade e na vida da família depois da criação?

15.3 A quem vende estes produtos?

15.4 Como é o contrato de venda? Por quem é estabelecido?

15.5 Quem determina os preços da produção?

15.6 Qual é a área (ha) destinada à criação de gado? E qual a quantidade de cabeças de gado?

15.7 Quanto é produzido em litros de leite?

16- A família esta cadastrada em algum programa governamental?

SIM NÃO

16.1 Se sim, em qual programa está cadastrada? (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE)

16.2 Quanto da produção é destinada aos programas?

< 25 % até 50% mais de 50% 100% da produção

16.3 Qual é o percentual da renda da família a partir da participação neste(s) programa(s)?

< 25% até 50% mais de 50% 100% da renda

17- Qual é a importância dos programas na venda dos produtos?

18- Percebeu alguma mudança a partir do cadastro no programa?

Sim Não

18.1 Se sim, quais foram elas?

19- O trabalho desenvolvido no lote é suficiente para garantir as necessidades da família?

Sim Não

19.1 Se não, quais são as ações para conseguir sanar as necessidades de vida da família?

20- De onde é que vêm os instrumentos de trabalho? Quais instrumentos utilizam?

21- A quem é destinada a produção do lote:

- Trocada _____

- Vendida _____

22- Como fazem para transportar os produtos?

23- Algum morador da residência trabalha fora do lote?

() Sim () Não

23.1- Se sim, onde trabalha e qual a renda?

23.2- Se sim, trabalha:

() fora do lote e desempenha alguma atividade no lote. Qual atividade? _____

() somente fora do lote

23.3- Se sim, a renda obtida no trabalho fora do lote é utilizada para atender as necessidades das pessoas que moram no lote?

() Sim () Não

24. Qual é a renda mensal (total) das pessoas que moram no lote?

() até R\$ 937,00 (1 salário)

() de R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00 (até 2 salários)

() de R\$ 1.874,01 a R\$ 2.811,00 (até 3 salários)

() mais de R\$ 2.811,01 (+de 4 salários)

24.1- Qual o rendimento médio mensal originário do lote?

() até R\$ 937,00 (1 salário)

() de R\$ 937,01 a R\$ 1.874,00 (até 2 salários)

() de R\$ 1.874,01 a R\$ 2.811,00 (até 3 salários)

() mais de R\$ 2.811,01 (+de 4 salários)

25. Quais são as dificuldades para produzir no campo?

() Instrumentos de trabalho

() Condições da terra

() Apoio técnico

() Obtenção de financiamentos para auxiliar na produção

() Outro. Quais: _____

26. Gostam de viver no assentamento?

Sim () Não ()

25.1 Por quê? _____

27. Sobre a vida no assentamento, conte:

- os pontos positivos

- os pontos negativos

APÊNDICE C

FORMULÁRIO

Entrevistador: _____ **Dia:** ___/___/___ **Horário:** __:__

Objetivos:

- Identificar a questão do desenvolvimento agropecuário nas áreas dos assentamentos rurais;
- Verificar o apoio técnico oferecido às famílias assentadas;

Entrevistado

Nome: _____ **Empresa:** _____

Cargo: _____

1- A Emater presta serviços aos assentamentos do município? Se não, por que?

1.1- Quais assentamentos?

2- Quais os serviços prestados?

3- Qual a maior demanda de serviços evidenciada?

4- Na fase em que as famílias estavam acampadas houve algum tipo de assistência técnica por parte da Emater? Se sim como foi realizada?

5- Como e quando foi a 1ª assistência prestada?

6- Houve projetos de desenvolvimento agropecuário direcionado às famílias dos assentamentos de Ituiutaba?

6.1- Qual/quais?

6.2- Quantas famílias envolvidas?

6.3- Qual era o objetivo?

6.4- Conseguiu atender aos objetivos? Como?

6.5- Qual aptidão agropecuária da área onde estão os assentamentos rurais de Ituiutaba?

7- Na área onde estão localizados os assentamentos, quais são os principais problemas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias?

- () Condições da terra
- () Apoio técnico
- () Instrumentos de trabalho
- () Insumos
- () Outro. Quais: _____

8- Nas proximidades dos assentamentos há o plantio da cana-de-açúcar. Os insumos e defensivos agrícolas utilizados na monocultura da cana-de-açúcar nos arredores, impactam a produção agropecuária nos lotes dos assentamentos? Como?

Atualmente a Emater oferece apoio técnico as famílias dos assentamentos?

9.1- Esse apoio é suficiente para atender as demandas das famílias?

() Sim () Não Por que?

10- A Emater possui alguma ação ou projeto de desenvolvimento agropecuário direcionado às famílias dos assentamentos?

10.1- Se sim, quais?

10.1.1- Quando teve início?

10.2 Se não, por que?
